



UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS/INSTITUTO
MULTIDISCIPLINAR/INSTITUTO TRÊS RIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO

DISSERTAÇÃO

ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICA SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE
AGRICULTORES FAMILIARES DO RIO DE JANEIRO

Loreane da Silva Francisco

2018

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS/INSTITUTO
MULTIDISCIPLINAR/INSTITUTO TRÊS RIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICA SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE
AGRICULTORES FAMILIARES DO RIO DE JANEIRO**

LOREANE DA SILVA FRANCISCO

Sob a Orientação da Professora

Dra. Maria Gracinda Carvalho Teixeira

Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Administração**, no Programa de Pós-Graduação em Administração com área de concentração em Gestão e Estratégia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Seropédica, RJ
Junho, 2018

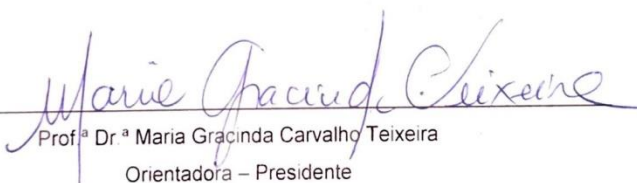


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Instituto Multidisciplinar/Instituto Três Rios
Programa de Pós-graduação em Administração-PPGA
Mestrado Acadêmico em Administração-MAA

LOREANE DA SILVA FRANCISCO

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em Administração, na área de concentração em Gestão e Estratégia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 22/06/2018



Prof.^a Dr.^a Maria Gracinda Carvalho Teixeira
Orientadora – Presidente
Membro Interno
UFRRJ



Prof. Dr. Paulo Lourenço Domingues Junior
Membro Interno
UFRRJ



Prof.^a Dr.^a Ana Alice Vilas Boas
Membro Externo
UFLA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F818 Francisco, Loreane da Silva, 1992-
e Economia solidária e política social: um estudo
sobre agricultores familiares do Rio de Janeiro /
Loreane da Silva Francisco. - 2018.
109 f.

Orientadora: Maria Gracinda Carvalho Teixeira.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO, 2018.

1. Economia Solidária. 2. Política Social. 3.
Agricultura familiar. 4. Circuito Curto. 5. Magé. I.
Carvalho Teixeira, Maria Gracinda, 1952-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO III. Título.

**O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.**

DEDICATÓRIA

À minha família, em especial à minha mãe,
pela força e apoio, sem os quais eu não prosseguiria.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, acima de tudo, à Deus, por estar ao meu lado em todas as situações, nas intempéries, nas alegrias e nos momentos de superação em minha trajetória acadêmica até então.

À minha mãe Loren, a menina dos meus olhos que sempre serviu de exemplo e é o meu alicerce e fonte de inspiração de força e superação.

Ao meu pai Marcos sempre pacífico e acolhedor, à minha irmã Francyne que me encoraja e me motiva a seguir sempre em frente não importando o que aconteça e ao meu namorado e amigo Gleyson, que me acompanha desde a graduação, que sempre me incentivou e faz toda a diferença em meus dias.

Aos verdadeiros amigos, pelo apoio, amizade, paciência e compreensão da minha ausência nesse período.

À minha orientadora, Professora Dr.^a Maria Gracinda Carvalho Teixeira, por todo o suporte em meu processo de orientação, pela paciência e pelos ensinamentos compartilhados que levarei em minha trajetória profissional.

Aos colegas da turma 2016, em especial Célio Pupo, Tamirez Grammatikopoulos, Natália Contesini, Camila Arantes, Elines Santos e Phillipe Inglat, que me ajudaram e me apoiaram através de nossa troca de experiências e fazendo com que esse período fosse engrandecedor e divertido, aprendi muito com vocês.

Aos professores do Programa de Mestrado Acadêmico em Administração da Rural, em especial à Professora Dr.^a Fabiana Saboia, agradeço pelos ensinamentos em sala de aula do Mestrado.

Aos membros das bancas de qualificação e de defesa, que dispuseram do seu tempo e contribuíram com valiosas sugestões para a melhoria da pesquisa.

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, obrigada pelos anos como discente de graduação e pós-graduação nesta instituição, agradeço pelas oportunidades proporcionadas e demonstro imensamente minha gratidão e reconhecimento.

Por fim, agradeço a todos aqueles que não foram mencionados, mas que de alguma forma fizeram parte do meu percurso até aqui.

RESUMO

FRANCISCO, Loreane S. **Economia solidária e Política Social: Antecedentes históricos e expressões atuais em vivência dos agricultores familiares da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. 2018, 119p. Dissertação (Curso de Mestrado em Administração). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Instituto Multidisciplinar/Instituto Três Rios, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

A pesquisa tem como objetivo apresentar uma discussão com base nos antecedentes históricos e expressões atuais da Economia Solidária (ES), conectando-a a análise empírica da experiência de um grupo social de agricultores familiares, do Município de Magé, na região metropolitana do Rio de Janeiro. Tal grupo, tem se apropriado de princípios da ES, mas incorporando inovações, na busca de soluções para a sua situação de desproteção das políticas sociais. Ainda que se conceba como um resultado – direto e indireto – das consequências do capitalismo, sobre a situação de desemprego e pobreza dos trabalhadores, a ES tem provado ser uma nova forma de subsistência que vem acrescentar às operações mercantis, ocasionando um compósito entre o sistema de capital e a pequena produção de mercadoria. A suposição inicial da pesquisa foi de que expressões mais recentes de Economia Solidária, apropriadas por um grupo de agricultores familiares, podem se constituir no enfrentamento e busca de soluções para a sua situação de desproteção de políticas sociais. Os achados da pesquisa corroboram com esse pressuposto e apontam que o Circuito Curto de Comercialização promove o fortalecimento e reconhecimento da agricultura familiar local, se constituindo uma importante dimensão da economia solidária. Conclui-se que os fatores de proximidade geográfica e regional entre consumidor e produtor são recursos que elucidam o reconhecimento do agricultor familiar enquanto sujeito social. E que a constituição dos agentes sociais envolvidos na iniciativa (consumidores, agricultores familiares, instituições governamentais e não governamentais) é fundamental para garantir que os Circuitos Curtos de comercialização sejam de fato uma alternativa ao sistema dominante de comercialização, propiciando a diversificação da produção, a valorização da produção agrícola familiar e o resgate de princípios morais e éticos da economia por meio da edificação de iniciativas locais pensadas coletivamente.

Palavras-chave: Economia Solidária; Política Social; Circuito Curto; Agricultura Familiar; Magé.

ABSTRACT

FRANCISCO, Loreane S. **Solidarity Economy and Social Policy: Historical antecedents and current expressions in the experience of the familiar farmers of the metropolitan region of Rio de Janeiro.** 2018, 119p. Dissertation (Master's Degree in Administration). Institute of Applied Social Sciences / Multidisciplinary Institute / Instituto Três Rios, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018

The research has as objective the presentation of a discussion embased in the historical precedants and actuals expressions of the “Solidary Economy”, conecting it to the empiric analysis of the experience of a familiar agriculture social group that takes place in the city Magé, in Rio de Janeiro state. This worker group has taken many articles of the “Solidary Economy”, adding inovations, atempting to find solutions for their situation of being uncovered by social politics. Even that the “ES” is noticed as a result – direct or undirect – of the consequences broughted by the capitalism, about the workers unemployment and poverty, as stated by Singer (2012) the ‘ES” has proved to be a new way of subsistence that improves market operations leading to a joint between small and large sistems of comodities production. The first research suposition was about the most recently expression of Solidary Economy, taken by an agriculture family group, it could be a part in the confront and in the searching of solutions for their problems with not receiving protection of social politcs. However, the found dates of the research corroborates this suposition. As we will see with the analysed information those research concepts and results shows that this small comercialitazion circuit strenghts up the local agriculture and also make it well recognized. Conclunding that the geographical and regional proximity factor between producers and consumers are resources that bring recognition of the small “familiar” producer as social subjective. And that the constitution of social agnts evolved in the iniciative (consumers, farmers, relatives, government and nongovernment institutions) is fundamental to guarantee that those comercialization small circuits are going to be as matter of fact a good option against the dominating comercialization system, bringing diversity of production, raising the value of the familiar agriculture production and the recognizing of their roll in the local feeding sovereignty anda the rescue of the economy etic and moral principles brought by the edification of the local iniciative- collectively thought.

Key Words: Solidarity economy; Social Policy; Short Circuit; Family farming; Magé.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Distinções entre Circuito Curto e Circuito longo.....	52
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Recortes e Características temporais do SPPS.....	37
Quadro 2. Tipologias de economia Solidária e suas Definições.....	47
Quadro 3. Sujeitos de Pesquisa.....	58
Quadro 4. Questões Norteadoras e Roteiro de Perguntas.....	59
Quadro 5. Categorias de Análise de Pesquisa	62
Quadro 6. Categorias e Subcategorias Analíticas.....	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AS - PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa

CC - Circuito Curto de Comercialização

CL – Circuito Longo de Comercialização

CLT – Consolidação dos Direitos Trabalhistas

COOPAGÉ – Cooperativa dos Produtores Agroalimentares de Magé

ES – Economia Solidária

EES – Empreendimentos Econômicos Solidários

EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAFM – Feira da Agricultura Familiar de Magé

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FSM – Fórum Social Mundial

IAP’S – Instituto de Aposentadora e Pensão

IDACO – Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

SMDEA – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Agricultura de Magé

SBPS – Sistema Brasileiro de Políticas Sociais

SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIPAF - Selo de Participação da Agricultura Familiar

ONG – Organização Não Governamental

PEA – População Economicamente Ativa

WE – Welfare State

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	9
LISTA DE QUADROS	10
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	11
I – INTRODUÇÃO	14
1.1. Contextualização	14
1.2. Problema da Pesquisa	18
1.3. Objetivos.....	21
1.3.1. Objetivo Geral.....	21
1.3.2. Objetivos Específicos.....	22
1.4. Suposição da Pesquisa.....	22
1.5. Delimitação do Estudo.....	23
1.6. Relevância da Pesquisa.....	24
II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	26
2.1. Políticas Sociais: fundamentos históricos e aspectos conceituais.....	27
2.2. Políticas Sociais e Estado de Bem-Estar Social no Brasil.....	32
2.3. Economia Solidária e Política Social: Diferentes Perspectivas.....	42
2.4. Economia Solidária e suas Tipologias	48
2.5. Expressões Recentes de Economia Solidária: Serviços de Proximidade ou Circuito Curto.....	50
III - METODOLOGIA DA PESQUISA	56
3.1. Tipo de Pesquisa.....	56
3.2. Coleta de Dados.....	57
3.2.1. Pesquisa Documental.....	57
3.2.2. Abordagem Empírica com Fontes Oraís: Entrevistas.....	57
3.3. Observação Participante.....	59
3.3. Sujeitos da pesquisa.....	60
3.3.1 Questões Norteadoras das Entrevistas.....	61

3.4. Tratamento e Análise dos Dados	62
3.5. Categorias de Análise da Pesquisa.....	63
Quadro 5 . Categorias de Análise da Pesquisa.....	64
IV- ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA.....	65
4.1. Análise de Dados da Pesquisa Documental.....	65
4.1.1 Caracterização do Município de Magé.....	65
4.1.2. Feira da Agricultura Familiar de Magé	66
4.2. Análise de Dados Empíricos – Entrevistas.....	73
4.2.2 Categoria de Análise: Dimensão Econômica.....	74
V - RESULTADOS DA PESQUISA	85
VI – CONCLUSÕES	88
REFERÊNCIAS	91
APÊNDICES	99
APÊNDICE A - Autorização do entrevistado para conceder entrevista.....	100
ANEXO I - Mapeamento de Teses e Dissertações	103
sobre Economia Solidária e Circuito Curto (2007 a 2016)	103
ANEXO II – Regimento Interno da Feira da Agricultura Familiar de Magé	107
ANEXO III – Lei nº 2165/2012.....	108

I – INTRODUÇÃO

Contextualização

Os países em desenvolvimento são os que mais sofrem com altos índices de desigualdade social, o que denota uma forte relação com o acesso aos direitos sociais fundamentais em contextos desprovidos de um Estado de Bem-Estar Social¹ pleno, pautado na justiça social.

O Brasil, assim como os demais países em desenvolvimento e na sua condição capitalista periférico² vivencia a crise do Estado de Bem-Estar Social, no que tange a estrutura responsável pela implementação e manutenção das políticas sociais destinadas a reduzir as mazelas inerentes a esta condição (TAUILLE; RODRIGUES, 2004).

A crise da empregabilidade, a precarização do trabalho, gerando altos índices de exclusão social e econômica sugerem a formulação de uma nova agenda para o Poder Público que venha combater, por meio de políticas sociais, o desemprego estrutural e a incapacidade do mercado de trabalho de absorver este contingente de modo a suprir a necessidade de bem estar.

Nesse sentido, apresenta-se como de fundamental importância a adoção de soluções que venham ao encontro dessa situação. Soluções tem se convertido em iniciativas surgidas no seio da sociedade civil, como uma forma de “sobrevivência”- ações coletivas vêm se transformando em transações coletivas como um tipo de resposta ao sistema socioeconômico excludente. Uma dessas iniciativas que vem sendo estudadas e ganhando destaque no meio científico é a Economia Solidária como um movimento social que se insere no conjunto dessas ações coletivas.

Os estudos de Gaiger (2009), recorrentemente citados na literatura especializada do tema, nos diz que buscar estudar a práxis que envolve os movimentos sociais, significa

¹ O conceito de Estado de Bem-Estar Social é baseado na ideia de que o homem possui direitos indissociáveis à sua existência enquanto cidadão; tais direitos são os direitos sociais (NAVARRO, 1997).

² O termo “capitalismo periférico” vem do binômio centro-periferia (PREBISH, 1949/2000) divulgado nos documentos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que denuncia as assimetrias nas relações entre as regiões do Norte e do Sul e tem como característica a concentração de renda e riqueza acima da observada no capitalismo desenvolvido. A CEPAL registra que na América Latina, a produção capitalista está pautada em duas premissas principais: abundância de recursos naturais e a superexploração do trabalho. Esta condição tanto esteve presente como se reproduziu, na América Latina, ganhando o sentido de especificidade. Tal fato se deu, principalmente, devido às bases econômicas de monocultura e à abundância de mão de obra. A superexploração seria a única maneira dos países latino-americanos gerarem excedentes para transferirem aos países desenvolvidos, já que não possuem os aparatos tecnológicos para a produção de bens com alto valor agregado e, conseqüentemente, não haverem maneiras de competir com os países centrais dentro da lógica imposta pelos mecanismos da economia e da divisão internacional do trabalho, perpetuando a situação de dependência em relação aos países centrais.

procurar o potencial transformador de que estes são portadores. Ele também relaciona o agir destes movimentos à criação da identidade social e a redefinição da cidadania do indivíduo envolvido. Por isso, de certa forma, esta redefinição, para Gaiger (2009), se dá como uma resistência ao modelo político existente e seu sistema econômico e indica a formulação de novas relações societárias.

Neste contexto o entendimento de Economia Solidária (ES) possui interpretações diversas, que vão desde posturas mais críticas às mais idealistas conforme será visto no trabalho. Utilizando não somente as contribuições teóricas dos estudiosos desse movimento dos trabalhadores, também as da práxis de ES, tem se observado que a formação desses empreendimentos coletivos surge em geral, em momento de crise estrutural. As leituras atuais dos empreendimentos solidários tendem a polarizar os debates: de um lado, a crítica filiada a uma tradição marxista clássica que enxerga nessas iniciativas um elemento de desmobilização dos trabalhadores frente ao capital; de outro, posturas de certa forma entusiastas em relação aos efetivos impactos desses empreendimentos na superação da pobreza (MACHADO, 2014).

As reflexões dos estudiosos também apontam que o movimento sugere uma dupla alternativa: por um lado, como organizações funcionais ao sistema, logo, uma alternativa produtiva de geração de renda e de trabalho; e por outro, como uma forma de resistência dos trabalhadores. Dado o caráter de crise permanente do capital, as ações da economia solidária também estão permeadas de contradições, com a particularidade de que os trabalhadores podem experimentar algum grau de auto-gestão dentro do processo produtivo, o que aponta para novas possibilidades históricas derivadas de uma consciência coletiva em construção (FIGUEIREDO NETO; BENINI; BENINI, 2010).

Na América Latina, formas de Economia Solidária surgem na década de 1980 e o conceito refere-se essencialmente ao conjunto de iniciativas que, a partir da associação livre e democrática dos trabalhadores, visam ganho econômico e benefícios como qualidade de vida, reconhecimento e participação cidadã.

No Brasil, ganhou expressão ao longo dos anos 1990, à proporção que suas atividades econômicas despontaram no país, notabilizando-se e sendo reconhecidas por sua natureza associativa e suas práticas de cooperação e autogestão (GAIGER, 2009). Nos países da periferia mundial como o Brasil, sempre foi comum a sobrevivência de iniciativas econômicas que se fundamentam no trabalho e utilizam princípios de reciprocidade que adaptam a produção material às necessidades coletivas como um fundamento primordialmente social.

Desde o século XIX, em paralelo ao domínio do capitalismo, estratégias associativas e cooperativas têm buscado assegurar condições de vida a importantes contingentes e, ademais,

vêm mantendo vigentes princípios de produção de bens, de organização do trabalho e de circulação da riqueza distintos da racionalidade estrita do capital (LAVILLE, 2004).

Visando adotar critérios de igualdade e a socialização dos recursos produtivos, estas iniciativas sociais são caracterizadas como organizações econômicas (de viés coletivo ou sob a forma de autogestão) que operam atividades como: produção de bens e serviços, trocas solidárias (comércio e consumo), cooperativas e grupos informais de pequenos produtores e prestadores de serviços, entre outros. Ao caracterizar essas atividades, Laville (2004) as vê como “espaços públicos de proximidade” que utilizam mecanismos de poder baseados na participação direta dos agentes envolvidos.

Os estudiosos da Economia Solidária no Brasil quaisquer que sejam suas visões sobre ES, convergem no ponto de partida de que as transformações históricas no mundo do trabalho e o modelo de desenvolvimento na América Latina foram responsáveis pelo surgimento e fortalecimento de práticas cooperativas e associativas no país. Esse ponto de partida é importante, inclusive para se compreender não somente a trajetória histórica da ES no Brasil, mas também como esta foi tomando novas formas até chegar a expressões³ mais recentes.

Nas últimas décadas no Brasil, assim como em outros países latino-americanos com sua população em franco crescimento demográfico, evadindo-se em grandes proporções para as cidades, deparou-se com a incapacidade de absorção pelo mercado formal de trabalho e com a falta de instrumentos para inserir-se estavelmente na economia formal.

Conta Gaiger (2009) que, compelido a sobreviver de trabalhos por conta própria e de ocupações temporárias informais, esse contingente modificou a paisagem urbana, expandindo os bairros periféricos pobres e convertendo a economia informal em um fenômeno de grande magnitude. A informalidade, nos estudos de Gaiger, deixou de ser negligenciada apenas como um resíduo marginal do capitalismo, ou como um elemento funcional incorporado ao exército industrial de reserva, e passou a ser considerada um traço estrutural, irreversível no quadro solidamente instituído pelos modelos de desenvolvimento anti-sociais e excludentes.

Ressalta o mencionado autor que, com o passar dos anos, o alastramento e a perduração da informalidade levaram a se perceber que esta situação se inseria em estratégias mais amplas e que os setores populares mostravam-se capazes de se organizar e instituir novas frentes de mobilização. Em vários países, assim como no Brasil, surgiram movimentos sociais nas periferias, em busca de moradia, serviços urbanos, renda e trabalho. Iniciativas

³ “Expressões” referem-se a manifestações ou representações (NOVO AURÉLIO, 1999, p. 864), o que se julgou pertinente para qualificar traços recentes de Economia Solidária, como o CC.

comunitárias se multiplicaram e despertaram o interesse paulatino de organizações como as Igrejas e as instituições de micro crédito. Multiplicaram-se as comunidades de base, associações de moradores e uniões de produtores familiares, das quais surgiram, nos anos 1980, as primeiras experiências coletivas de geração de renda de que vieram originar mais tarde em expressões da Economia Solidária no Brasil assim como em outros países da América Latina.

Esse cenário vem fazer parte, no último quartil do século XX, das mudanças no modelo de acumulação capitalista, por seus efeitos sobre a reconfiguração mundial dos mercados, as estruturas e cadeias produtivas e a geopolítica (GAIGER, 2009). Estes fatores, em grande escala afetaram o sistema de trabalho assalariado, refletindo na taxa de desemprego e no contexto de crise e instabilidade econômica, atingindo diretamente os trabalhadores e fazendo com que buscassem medidas alternativas de ocupação e renda.

No Brasil, tais problemas ganham uma configuração singular à medida que forças políticas de esquerda chegaram ao poder e viram-se compelidas a dar respostas à sua base político-social, conforme propagado em seus programas de governo. Paralelamente, a evolução das experiências solidárias pioneiras, atestando sua viabilidade e capacidade de trazer benefícios a seus integrantes e entornos sociais, despertou a sensibilidade de ativistas e intelectuais, instaurando um clima estimulante, no qual se multiplicaram agentes de promoção da economia solidária (GAIGER, 2009).

A Economia Solidária pode ser vista como um mecanismo de inclusão social e um fator que contribui para a construção de novas sociabilidades compondo relações mais igualitárias e democráticas no âmbito do trabalho.

Paul Singer, economista e autor pioneiro no estudo de Economia Solidária no Brasil, e que acabou se tornando o Secretário Nacional de Economia Solidária (SENAES) durante os governos Lula e Dilma, argumenta que a ES é um tipo de reação da classe trabalhadora à exploração capitalista e proposta de enfrentamento às mazelas sociais e econômicas, o desemprego e a pobreza (SINGER, 2002). O referido autor defende que os próprios trabalhadores podem lutar e reagir contra esses dilemas socioeconômicos e que eles mesmos, organizados, são capazes de tomar o seu destino em suas mãos, criar seus próprios empreendimentos, tornando a Economia Solidária como uma solução não capitalista, como um caminho para a geração de renda e alternativa ao neoliberalismo (SINGER, 2000). Complementa o autor que, a ditadura do capital sobre o trabalho provoca a desigualdade entre os proprietários dos meios de produção e aqueles que vendem a sua força de trabalho e certifica aos primeiros, poderes ilimitados, aumentando suas riquezas em função da acumulação de bens, enquanto os últimos, os trabalhadores ganham somente o suficiente para

exercer a força do trabalho, abarcando a tendência do capitalismo em excluir, desempregar, empobrecer parte dessa classe trabalhadora, fazendo com que a sociedade se polarize entre ambas (SINGER, 2000).

Singer (2002) afirma que a Economia Solidária se constitui num mecanismo criado e recriado periodicamente pelos que se encontram, ou temem ficar, marginalizados no mercado de trabalho. E que dessa forma, é possível unir a capacidade de produção e consumo com as concepções de socialização dos meios produtivos.

A partir dessa discussão inicial a presente dissertação volta-se para o estudo de um movimento de Economia Solidária, a fim de verificar para qual direção no cenário atual aponta esta categoria econômica e que papéis assumem os agentes em seu fortalecimento. Ainda que seja um resultado – direto e indireto – das consequências do capitalismo sobre a situação de desemprego e pobreza dos trabalhadores, a economia solidária tem provado ser capaz de conviver com o próprio capitalismo e ser uma resposta às suas mazelas. Por isso trataremos da perspectiva de pequenos produtores da agricultura familiar que participam de uma iniciativa de Economia Solidária exercendo na forma singular, o que vem sendo chamada de Circuito Curto de Comercialização.

A Feira da Agricultura Familiar de Magé/RJ, inaugurada em 2012, produz e comercializa, possibilitando diminuir o número de intermediários entre o produtor e consumidor (FRANÇOIS, 2000). Tal empreendimento têm se apresentado também como facilitador da redução da distância tanto geográfica quanto relacional entre produtores e consumidores ressaltando a situação de que a economia solidária se trata de um movimento de emancipação social dos indivíduos que a compõem.

Pelo que se observou desde os primeiros contatos com a experiência em pauta, esta apresenta um cenário rico e deve trazer contribuições relevantes à temática de Economia Solidária discutida no âmbito da Política Social.

1.2. Problema da Pesquisa

Segundo Fonseca (2002), a ciência é uma forma particular de ver o mundo, e pode ser caracterizada por um conjunto de modelos de observação, identificação, descrição, investigação experimental e explanação teórica de fenômenos, entre outros. Ou seja, a ciência tem como propósito central a construção do conhecimento, e nesse processo as ciências sociais e humanas são consideradas distintas das demais por possuírem caráter ideológico, sendo preciso buscar a convivência crítica com a ideologia, além de seu enfrentamento e de seu controle diante de seus questionamentos.

E por isso, o tema de pesquisa dentro deste campo, é visto como descreve Marconi e Lakatos (2003), como uma dificuldade, ainda sem solução. Somente após explorar o problema, examinar, avaliar criticamente é que o pesquisador poderá ser capaz de apresentar uma resposta ao problema de pesquisa.

Por sua vez, a formulação do problema de pesquisa é dada como um procedimento mais específico, mas também de difícil elaboração, assim como Bardin esclarece:

(...) formular o problema consiste em dizer, de maneira explícita, clara, compreensível e operacional, qual a dificuldade com a qual nos defrontamos e que pretendemos resolver, limitando o seu campo e apresentando suas características. Desta forma, o objetivo da formulação do problema de pesquisa é torná-lo individualizado, específico, inconfundível (BARDIN, 1977, p.67).

Dadas essas condições, entende-se que um problema da pesquisa deve estar alinhado aos seus quesitos metodológicos, sugeridos por Bardin (1977), segundo a qual deve apresentar características materiais e experimentais singulares. Visto que, o processo de formular um problema envolve uma gama de variáveis específicas, que não pode, na maioria das vezes ser controlado. Tais variáveis, para emergirem necessitam de uma investigação, e a partir disso, o problema teórico/prático se manifesta, que revelará o que é irrelevante/ relevante analisar. O problema, assim, consiste em um enunciado explicitado de forma clara, compreensível e operacional, cujo melhor modo de solução ou é uma pesquisa ou pode ser resolvido por outros meio científicos (MARCONI; LAKATOS, 2003).

A Economia Solidária rememora a história associativa dos trabalhadores, iniciada no começo do século XIX. Desde então, essa vertente tem cumprido um papel de alargamento da experiência humana, ao manter vigentes outros princípios de produção de bens, de organização do trabalho e de circulação de riqueza, distintos da racionalidade estrita do capital, exprimindo a impossibilidade de muitos trabalhadores viverem segundo as oportunidades oferecidas pelo mercado e conforme sua sociabilidade intrínseca (LAVILLE; GAIGER, 2009).

Laville (2004) em seus estudos sobre ES como um movimento internacional defendeu que essa atividade se dá por meio da geração de iniciativas sociais, políticas e econômicas prolongando e renovando por sua vez, a economia local oferecendo propostas para outra economia em um período de crise capitalista.

Nesse sentido, essa discussão vem sendo conduzida por diversos autores para se assimilar a temática em território brasileiro. Dado que, economia solidária pode ser compreendida como um conjunto de experiências de iniciativas econômicas, que eventualmente articulam relações entre si e que são caracterizadas pelo desenvolvimento de

relações sociais de produção não capitalista no interior das iniciativas, embora na maioria das vezes se relacionem e se expressem economicamente no mercado convencional (capitalista) sustentando, por conseguinte, semelhanças significativas com as iniciativas informais tradicionais (CRUZ, 2006).

Nessa perspectiva, buscamos trazer as contribuições dos principais teóricos da temática de ES, apresentando as diversas abordagens desde as visões clássicas e seus antecedentes históricos, e aquelas que podem explicar com mais clareza a experiência em análise, trazendo à tona expressões atuais do movimento de ES.

O estudo procura evidenciar os fatores endógenos e exógenos da formação do movimento de ES no contexto mundial e nacional, respectivamente, na ótica dos autores que compõem a literatura especializada. Do ponto de vista empírico, a experiência que será estudada trata dos pequenos produtores da agricultura familiar que se organizam e vendem seus produtos na Feira da Agricultura Familiar de Magé – RJ e se debruçará nos aspectos históricos da inserção dos pequenos produtores, seu processo de emancipação e desafios enfrentados a partir de sua organização na ES como um movimento social.

De acordo com a literatura, podemos destacar vários desafios enfrentados pelo movimento de ES. Um dos desafios que procuraremos explicar é o dilema da absorção e propagação de seus fundamentos devido à relação dual de atuar dentro e contra o mercado. Há também a discussão em torno da natureza da Economia Solidária, percebida como uma forma de superação/emancipação de grupos de trabalhadores e ao mesmo tempo funcionar como uma atividade econômica complementar dentro do capitalismo.

No bojo dessas questões, optou-se por realizar uma pesquisa exploratória com o objetivo de permitir maior proximidade com a experiência dos produtores familiares da Feira da Agricultura Familiar de Magé - RJ buscando contribuir no estudo desses desafios e ampliando a agenda de pesquisa da Administração Pública, sobre expressões recentes de Economia Solidária no contexto das políticas sociais brasileiras, compreendendo que políticas sociais são acima de tudo políticas públicas, assim como será tratada nessa dissertação.

A Feira da Agricultura Familiar de Magé foi inaugurada em julho de 2012, por meio de uma iniciativa conjunta da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Agricultura, da Prefeitura Municipal de Magé, do braço de Magé da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e da ONG Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), atendendo a uma solicitação apresentada pela Cooperativa dos Produtores Rurais de Magé (COOPAMAGÉ) e pela Associação de Produtores Rurais de Magé.

A Feira se localiza em Piabetá, Distrito de Magé, município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e conta com 25 produtores da agricultura familiar, ou melhor, 25 famílias. Magé possui um território exclusivamente agrícola que abrange 75,9 km² de um total de 386,80 km² que perfaz todo o município, e é o maior produtor de tubérculos no estado (AS-PTA, 2012).

Junto com esses dados inicialmente levantados, deu-se uma importante aproximação da pesquisadora com a temática durante a sua participação no Fórum Brasil-França de Circuitos Curtos Agroalimentares em 2016 que ocorreu na cidade de Pinheiral, na região sul fluminense do Rio de Janeiro, no qual estavam presentes representantes dos agricultores de Magé. Os agricultores de Pinheiral também estavam nesse fórum em houve uma troca de vivências entre Magé e Pinheiral – estes últimos se preparavam para assimilar essa prática, a partir das experiências brasileira e francesa. O mote do evento, além de trazer em pauta a discussão sobre a agricultura familiar na região, foi a debate sobre o desenvolvimento da ideia de CC como uma forma de economia calcada na ideia de produzir e comercializar de modo a permitir o número mínimo possível de intermediários ou mesmo a eliminação destes, entre produtores e os consumidores, prática que foi tratada como ainda bastante incomum no Brasil, mas com uma acumulada experiência na França; entretanto ainda com escassos registros na literatura.

Após o acesso a uma literatura inicial, mas bastante diversificada sobre o assunto e com base nos debates do Fórum, a pesquisadora se viu diante da oportunidade que se abria de investigar a temática no interior do território fluminense. Nesse sentido, delineou-se o seguinte problema de pesquisa: **que expressões atuais de Economia Solidária têm sido apropriadas por um grupo de agricultores familiares, como capazes de contribuir na busca de soluções para a sua situação de desproteção de políticas sociais?**

1.3.Objetivos

1.3.1. Objetivo Geral

A definição dos objetivos de uma pesquisa tem a finalidade de mostrar o que se deseja da pesquisa e, portanto estes devem ser expressos com clareza, visto que servirão de orientação ao estudo. Deste modo, o objetivo geral deste trabalho é **analisar as expressões atuais de Economia Solidária que têm sido apropriadas por um grupo de agricultores familiares, na busca de soluções para a sua situação de desproteção de políticas sociais.**

1.3.2. Objetivos Específicos

Pretende-se alcançar o objetivo geral do presente trabalho através dos seguintes objetivos específicos:

- a) Caracterizar a Feira da Agricultura Familiar do Município de Magé;
- b) Identificar os agentes sociais envolvidos na Feira da Agricultura Familiar do Município de Magé e o papel de cada um;
- c) Investigar as manifestações de Economia Solidária no grupo dos agricultores familiares partícipes da Feira da Agricultura Familiar de Magé para o enfrentamento da situação social e econômica em que se encontram;
- d) Buscar o entendimento dos agricultores das mudanças sociais, culturais, ambientais e econômicas percebidas com a prática da Economia Solidária em relação às trocas coletivas desenvolvidas por eles;
- e) Analisar o impacto da política social (Economia Solidária), como uma política pública, na vida dos agricultores.

1.4. Suposição da Pesquisa

Desde o início da década de 1970, verifica-se na literatura grande preocupação com a paulatina exclusão de amplas camadas sociais das políticas públicas. Esse problema também tem constado das agendas governamentais nas várias esferas de poder. No enfrentamento a essa situação nos países periféricos, as práticas econômicas baseadas em laços de reciprocidade sempre foram comuns. A América Latina, e aqui destacamos o Brasil, ao longo das últimas décadas têm vivido experiências genuínas de Economia Solidária que se constituíram formas alternativas para trabalhadores rurais e urbanos, indígenas e imigrantes excluídos das políticas de emprego e renda e que valorizaram as práticas de ajuda mútua e fizeram seu sentimento comunitário prevalecer contra a desordem introduzida pelo capital (LAVILLE; GAIGER, 2009).

Ao analisar o fenômeno da ES como originário do movimento social da classe trabalhadora supõe-se que **expressões mais recentes de Economia Solidária, apropriadas por um grupo de agricultores familiares, podem se constituir no enfrentamento e busca de soluções para a sua situação de desproteção de políticas sociais.**

1.5.Delimitação do Estudo

A pesquisa abrange o período que percorre desde a década de 1980 a 2017, resgatando marcos históricos que contribuíram para a formação do Sistema Brasileiro de Políticas Sociais (SBPS) e suas especificidades, assim como o surgimento da Economia Solidária como um movimento social no mundo e no Brasil.

No tocante aos marcos históricos, resgata-se a época da institucionalização das Políticas Sociais e do Estado de Bem Estar Social, no âmbito mundial, que se iniciou em 1834 com o surgimento da *Poor Law*, na perspectiva histórica do autor Karl Polanyi em “A grande transformação” que discorre sobre a era do pré-capitalismo, destacando a origem da Cooperativa de *Rochdale*, em 1844. Esses marcos, para Paul Singer, são relevantes, pois foi justamente o cooperativismo que produziu arcabouço material e ideológico para a ES; 1883 com o princípio do seguro social na Alemanha; transitando para o território brasileiro com o recorte temporal de Sônia Draibe que circunscreve o ano de 1930 aos dias atuais demarcando as transições do Sistema Brasileiro de Políticas Sociais (SBPS). Com um olhar paralelo que se inicia em 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES); 2012, quando ocorreram incentivos locais para a criação da Feira da Agricultura Familiar de Magé - RJ, estimulada pela Prefeitura Municipal e algumas organizações do setor privado e do terceiro setor.

E mais recentemente em maio de 2016 com o acontecimento do 1º Fórum Brasil/França de Circuitos Curtos Agroalimentares em que o foco estava voltado para esses circuitos, considerados uma modalidade da ES, realizado na cidade de Pinheiral-RJ. Esse marco representa a primeira aproximação empírica da pesquisadora com a temática da ES; passou a conhecer agentes sociais públicos e privados envolvidos com o mecanismo de Circuito Curto, alguns dos quais inseridos na experiência de ES em análise. A pesquisa encerra-se no final de 2017 quando se conclui a coleta do material de campo.

No que tange a delimitação espacial, o presente estudo será realizado no município de Magé, especificamente em seu Distrito Piabetá, localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro, onde se realizam as Feiras da Agricultura Familiar, envolvendo os pequenos produtores do referido município.

Do ponto de vista do recorte analítico, o foco principal é compreender na ótica dos agentes sociais envolvidos, particularmente dos agricultores familiares de Magé, as mudanças sociais, culturais, ambientais e econômicas percebidas com a prática da Economia Solidária em relação às trocas coletivas desenvolvidas por eles. Com esses elementos se procederá à análise de como as vivências recentes de Economia Solidária, apropriadas por este grupo, têm

sido capazes de contribuir no enfrentamento do problema e na busca de soluções para a sua situação econômica e consequente sustentabilidade social.

1.6. Relevância da Pesquisa

O estudo busca contribuir para o campo das Ciências Sociais para a ampliação e o aprofundamento dos referenciais teóricos sobre a temática. Colabora com a sistematização de estudos na Área da Administração que abordam aspectos da organização de um grupo social de trabalhadores, e assim contribuindo para a agenda de pesquisa dos Estudos Organizacionais.

É relevante também para expor questões subjetivas, socioeconômicos e políticos da Economia Solidária, fulcrais, no que tange à sua institucionalização como iniciativa local e também como uma Política Social percebida e praticada por grupos sociais produtivos; assim estabelece uma interface com a Administração Pública, entendendo-se que políticas sociais são políticas públicas.

Na perspectiva de Leite (2009, p.12),

a economia solidária estaria emergindo como fruto ao mesmo tempo da crise da sociedade salarial e do processo de terceirização da economia. Diante da exclusão social provocada por esses fenômenos, ou da chamada nova questão social, o fenômeno da economia solidária se apresenta [...] numa perspectiva de busca de novas formas de regulação da sociedade, sob a forma de auto-organização social em torno de ações, ao mesmo tempo econômicas e políticas (LEITE, 2009).

Os estudos consultados sobre as várias modalidades de empreendimentos solidários nos levam a compreender que a temática não se restringe apenas às relações econômicas e políticas com o trabalho, envolve também as iniciativas de cooperação entre os produtores e as relações sociais que podem vir a surgir nos serviços de proximidade existentes no âmbito deste tipo de economia.

O trabalhador que se vê envolvido com algumas dessas modalidades de economia busca não apenas a sua subsistência, mas o reconhecimento de sua própria identidade pessoal e coletiva enquanto sujeito social e valorização daqueles produtos que proporcionam ao mercado (LEITE, 2009).

Em contrapartida, Singer (2002) explica que, quem consome um produto proveniente da ES, pode subsidiar tal iniciativa de modo a assegurar a perpetuidade do seu fornecimento, estabelecendo um compromisso com os produtores e conhecendo a origem e as condições em

que são produzidas as mercadorias. Em vista disso, Singer afirma que se trata de uma economia que privilegia a ética e a valorização do ser humano, através do respeito, abrindo espaço para o desenvolvimento de uma consciência política, econômica e social e de relacionamentos mais afetivos. Ou seja, estudos dessa natureza podem revelar (através da construção de uma fisionomia) o valor do movimento da Economia Solidária (SINGER, 2002).

A inserção dos agricultores de Magé na prática da Economia Solidária vem a ser um relevante objeto de estudo principalmente por abranger o Circuito Curto de Comercialização, modalidade considerada de ES e ainda em construção no Brasil o que traz para a pesquisa um caráter inovador.

II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a elaboração da fundamentação teórica do estudo inicialmente foi realizada uma revisão da literatura nacional com base em dissertações e teses recentes sobre a temática da Economia Solidária no campo das Ciências Sociais Aplicadas e de Circuito Curto de Comercialização sem restrição de área, obedecendo ao limite dos últimos dez anos de tempo de publicação, ou seja, de 2007 a 2017 utilizando-se principalmente a base de dados do domínio público da Capes. Isso gerou um mapeamento inicial. O portal de periódicos da Capes assim como a base de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online) entre outros repositórios de produção científica, foram pesquisados para a obtenção de dados e construção do arcabouço teórico deste estudo, junto com o mencionado mapeamento.

Nesse mapeamento, alguns aspectos foram destacados, sobre os quais teceremos aqui algumas considerações. As experiências brasileiras, tais como, Araújo, 2010; Bertuci, 2012; Teixeira, 2014; Silva, 2014; Pitaguari, 2015 e Silva, 2016 sugeriram nas dissertações e teses acessadas, que o movimento de Economia Solidária é um objeto em construção, com pouca sistematização e que sua organização, em alguns casos, ainda está em fase de experimentação, além de existir certo grau de heterogeneidade nessas experiências. Esta orientação revela que o movimento de Economia Solidária apresenta diferentes níveis de organização de acordo com distintos cenários regionais e locais. Observamos também que a modalidade de Circuito Curto de Comercialização no contexto da Economia Solidária se apresenta como mote relativamente recente e com raras experiências que os relacionem.

Esse mapeamento⁴ foi fundamental também para a organização do enquadramento teórico da pesquisa e na escolha dos assuntos que o compõem, juntamente com o levantamento bibliográfico em base de dados como acima mencionado.

A fundamentação teórica da dissertação constitui-se de uma discussão inicial sobre políticas sociais resgatando-se seus fundamentos históricos e aspectos conceituais, seguida de um debate sobre Políticas Sociais no contexto brasileiro trazendo a origem e conceituação do Sistema Brasileiro de Proteção Social e a subsequente crise do Estado de Bem-Estar Social, abarcando a emergência de uma intervenção social abordada no tópico seguinte com os conceitos e diferentes perspectivas da Economia Solidária focalizando suas tipologias e expressões recentes destacando-se a temática do Circuito Curto de Comercialização.

⁴ O mapeamento realizado encontra-se nos anexos desta dissertação.

2.1. Políticas Sociais: Fundamentos Históricos e Aspectos Conceituais

As Políticas Sociais podem ser consideradas redes de proteção, de bem-estar, implementadas pelo Estado, de forma a garantir a todo cidadão renda, alimentação, saúde, habitação, educação, entre outros direitos que devem ser asseguradas pelas políticas governamentais e não como caridade (MELLO, 2007).

O conceito de *Welfare State* (WE) ou Estado de Bem-Estar Social é baseado na ideia de que o homem possui direitos indissociáveis à sua existência enquanto cidadão; tais direitos são chamados de direitos sociais (NAVARRO, 1997). De acordo com este mesmo autor, todo indivíduo tem o direito, desde seu nascimento, a um conjunto de bens e serviços que lhe devem ser oferecidos e garantidos de forma direta ou indiretamente, tendo o Estado o papel de regulamentá-los no seio da sociedade civil.

Para Arretche (1995), os serviços sociais emergem para dar respostas às dificuldades individuais, visando garantir a sobrevivência das sociedades. Políticas de bem-estar ou do *Welfare State* (WE), portanto seriam a consequência natural das mudanças geradas pelo processo de industrialização, partindo-se do pressuposto de que a aceleração da industrialização teria conduzido à intervenção estatal sob a forma do desdobramento das políticas sociais, com objetivo de neutralizar os desequilíbrios sociais gerados pelo crescimento econômico. Há, segundo essa teoria, uma correlação entre Estado de Bem-Estar e programas sociais, os quais derivariam do excedente econômico gerado pela industrialização (ARRETCHÉ, 1995). A referida autora evidencia que as medidas protecionistas foram aos poucos deixando de tratar os menos favorecidos indistintamente, por meio da sucessão de políticas à heterogeneidade da pobreza.

Por outro lado Draibe (1993), explica que as políticas sociais são necessárias quando os canais considerados naturais ou tradicionais de satisfação das necessidades (podem ser considerados as famílias ou o próprio mercado) não possuem condições de resolver determinadas exigências dos indivíduos: a intervenção possui um caráter temporariamente limitado e deve cessar com a eliminação da situação de emergência.

É possível identificar distintos períodos históricos em que se destacam políticas assistenciais originadas e providas por inúmeros Estados, nos quais se ressaltam dois padrões principais de intervenção social do Estado e se sobressaem na história da modernidade capitalista: o inglês e o alemão.

No que tange o padrão inglês, a legislação vigente da época (*Poor Law*) estava preocupada com a questão da ordem e do disciplinamento do trabalho, porém acabou por dar

espaço também a um tipo pioneiro de assistencialismo que não apenas difundiu-se pela Europa como se manteve presente chegando à nova lei, a *Speenhamland Law*. Até o ano de 1795, vigorava na Inglaterra o “Decreto de Domicílio” de 1662, que restringia cada trabalhador à sua paróquia, impedindo a criação de um mercado de trabalho nacional (POLANYI, 1980). Quando esse decreto se extinguiu, uma nova regulamentação continuou dificultando a formação deste mercado.

A nova lei (*Speenhamland Law*) estabelecia que cada pobre receberia uma renda mínima, independente de seus proventos, fixada de acordo com o preço do pão (POLANYI, 1980). Como o trabalhador tinha direito a esse auxílio mesmo quando empregado, tanto a produtividade do trabalho quando os salários baixaram a níveis inaceitáveis, gerando pobreza extrema.

Essas consequências de extremo pauperismo, não previstas da “*Speenhamland Law*” mostraram aos ingleses que não era viável criar uma ordem capitalista sem mercado de trabalho nacional. O surgimento de um “sistema de abonos” seria tentar proteger sua antiga organização social e, ao mesmo tempo, expandir o mercado de trabalho (POLANYI, 1980).

Explica Polanyi (1980), que a “*Speenhamland Law*” surgiu, em primeiro lugar, porque as pessoas da época não viam com clareza os processos aos quais estavam submetidas. Não percebiam que o pauperismo decorria da desorganização do mundo rural, causada pela própria expansão do mercado. Queriam, portanto, incrementar o comércio e, ao mesmo tempo, diminuir o número de pobres. Em segundo lugar, esse sistema atendia aos interesses dos proprietários rurais, na medida em que os protegia da competição que os altos salários da cidade faziam à baixa remuneração do campo. Os abonos, garantindo a sobrevivência do trabalhador, mantinham-no em sua aldeia. Embora esse “sistema de abonos” tivesse, em curto prazo, sido compensador para os proprietários de terra, em longo prazo, teve duas consequências desastrosas:

a primeira delas é a queda da produtividade do trabalho e dos salários. A segunda é que os trabalhadores, desenraizados de suas tradições, só poderiam sobreviver se formassem uma nova classe, mas o paternalismo dos abonos impediu esse processo, levando a uma grande desmoralização popular. A moderna classe trabalhadora só surgiu com a abolição da “*Speenhamland Law*”, cujo fim se deu de uma forma abrupta mas não inesperada, pois já havia uma descrença geral em sua eficácia. O pauperismo continuava aumentando. A solução proposta, na época, foi a criação de um mercado de trabalho a nível nacional. Com a “*Poor Law Reform*”, surgida na década de 1830, a assistência social restringiu-se às pessoas consideradas indigentes, que deveriam ser recolhidas aos albergues. Os pobres, desempregados e sem assistência, ficavam entre ingressar a qualquer custo no mercado de trabalho, ou sofrer a desmoralização de ser albergado (POLANYI, 1980).

Polanyi destaca que foi a partir da *Poor Law* que a população começou a pensar a vida numa sociedade complexa. O autor nos remete a refletir sobre um período de extrema autarquia, no qual a moderna classe trabalhadora que conhecemos hoje, só surgiu com a abolição da “*Speenhamland Law*”, em que havia presença do mercado e as relações da economia estavam imbricadas nos vínculos sociais, conforme esclarece Polanyi (1980).

Nas sociedades tradicionais, a manutenção dos vínculos ou laços sociais era considerada prioritária em relação à produção de riquezas, que ressaltava a necessidade da duração das estruturas sociais e das relações entre as pessoas (FRANÇA; LAVILLE, 2004).

Conforme Benevides (2011), a política assistencialista de combate à pobreza pode ser caracterizada como uma intervenção residual e discricionária, salvo a importância desta ação social, uma das principais características da mesma, era a constante estigmatização dos assistidos. As demandas dos indivíduos seriam atendidas devido à condição de pobreza e não objetivando a garantia da plena integração social do ser humano.

Em relação ao modelo alemão este consistia na definição dos direitos sociais sob a forma de contrato, através do seguro social que acabou deixando de ser residual dando lugar a uma contribuição feita por empregados e empregadores, que por meio desta estariam subsidiados em situações de velhice, doença e inatividade. O seguro social foi adotado pela Alemanha em 1883, e seu acesso era relacionado ao mercado de trabalho; só recebia quem de fato, trabalhava. O modelo alemão acabou tendo enorme influência na construção conservadora dos sistemas de assistência e proteção social que se espalharam na América Latina principalmente depois de 1930 (FIORI, 1997).

O modelo alemão trouxe para as políticas sociais a questão da proteção ao trabalhador e a desestigmatização de seus beneficiários (BENEVIDES, 2011).

Entre essas duas modalidades de intervenção social do Estado, nos moldes alemão e inglês a literatura aponta uma dicotomia. Benevides (2011) explica a dicotomia dado que, o seguro social baseia-se em direitos, garantindo a obrigatoriedade das contribuições e trata o contribuinte como responsável por sua proteção e financiamento da mesma. Enquanto que a política de caráter assistencial aos pobres se baseia na boa vontade estatal e considera o pobre como assistido. Voltando ao caso inglês, William Beveridge⁵ contrasta a ideia da dicotomia defendendo o princípio de que as políticas sociais devem se materializar em um processo de precaução e de inclusão dos marginalizados à sociedade ativa e de fato, tirá-los da linha de pobreza. Ele traz o conceito da “revolução beveridgiana” de que os benefícios e serviços

⁵ Responsável por apresentar ao Parlamento recomendações sobre os sistemas de segurança social existentes a pedido do então Ministro do Trabalho Ernest Bevin, na Inglaterra, o que resultou no chamado Plano Beveridge de 1942.

públicos devem ser de caráter universal e não somente restrito a uma determinada comunidade, independente de sua ocupação laboral e de contribuição (BENEVIDES, 2011).

Essa ideia de serviço social integra a noção do Estado de Bem-Estar Social que temos nos dias atuais, sendo que a proteção existente até o Plano Beveridge não consistia na cidadania, o beneficiário não tinha direito de requerer a proteção, somente se o Estado achasse devido naquele determinado caso específico. Essa mudança alicerçou o direito social como via para obtenção da cidadania, o que de fato modificou a relação Estado/cidadão.

O interesse do Estado foi além da tradicional ajuda assistencialista e da manutenção da ordem. A seguridade social passa a ser vista como parte do conjunto de direitos e deveres, e receber proteção pública deixou de ser obstáculo para a participação política, configurando um benefício para a plena cidadania (FIORI, 1997).

Para o autor Esping-Andersen (1990), existe uma ruptura entre as políticas sociais anteriores à Segunda Guerra Mundial e o que veio a ser com o Plano Beveridge o *Welfare State* contemporâneo, que passa a considerar os direitos sociais como direitos de todos e não só pertencente ao trabalhador e aos beneficiários. Ainda como Esping-Andersen (1990) o WE não deve ser pensado exclusivamente como concessor de direitos e garantias. Para o autor, é necessário conciliar o papel do mercado e da família no que tange a provisão social, visando proteger os indivíduos dos riscos coletivos.

No que se refere ao WE e suas tipologias há que se concordar que não existe um encadeamento progressivo ou uma sucessão sequencial entre os tipos nacionais no contexto mundial apresentado, que vieram a surgir. Entretanto, dada às conjunturas específicas de cada país e os padrões de organização estatal, os modelos que se originaram dizem muito sobre o nível de desenvolvimento definido nas trajetórias dos cenários políticos e econômicos em que se encontra o WE. E ainda que a evolução dos Estados de Bem-Estar obedeça às trajetórias onde os mesmos se ambientam, suas características e estruturação têm sido diferentes em cada país, segundo as configurações individuais dos mesmos (FIORI, 1997).

O WE pode possuir um teor mais privatista, mais universalista ou focalizado, mais distributivo ou residual, assim como suas características equitativas e suas prioridades substanciais podem se modificar de acordo com o contexto inserido. Para Benevides:

alguns modelos conseguiram reduzir a pobreza de forma substancial, de modo a garantir uma renda mínima àqueles que ficaram desprotegidos pelo mercado, enquanto outros têm deixado a população pouco protegida. Em relação ao financiamento e ao gasto social, as diferenças também podem ser encontradas. Os sistemas de proteção social costumam ser financiados por contribuições sociais de empregados e empregadores, mas os pesos relativos dessas contribuições, assim como a participação do Estado no financiamento do sistema, variam muito ao se analisar diferentes grupos de países (BENEVIDES, 2011),

Alguns autores conceberam tipologias de maneira a agrupar os padrões e características diversas do WE dos países, obedecendo às especificidades históricas dos mesmos. No presente trabalho, ressalta-se a idealização de Esping-Andersen (1990), dado que é visto como importante referência na discussão acerca do tema WE.

Em seus estudos, Esping-Andersen (1990) realiza uma classificação de três tipos (ideais) de WE: o social democrata, o liberal e o corporativista estatal (conservador). Contudo, não é, via de regra, nessa tipologia que países com características liberais apresentem modelos liberais de WE ou estados sociais democratas apresentem modelos sociais democratas de WE. Tais perspectivas servem a título de comparação e como facilitador da compreensão dos modelos explicitados a seguir.

O social democrata é baseado na solidariedade, marcado por políticas de âmbito universalista que visam a desmercadorização, garantindo direitos iguais aos trabalhadores operacionais, colarinhos brancos ou funcionários públicos e por isso, todas as camadas sociais fazem parte do sistema de proteção social e seus benefícios são de acordo com seus ganhos habituais. Nesse sistema busca-se a emancipação do indivíduo no mercado, mas também da família tradicional, motivo pelo qual o Estado atua antes da família. Para o autor, o ideal não é maximizar a dependência da família, mas capacitar a independência individual.

Uma característica expressiva do regime social democrata destacada pelo autor é a conexão entre trabalho e serviço social focalizado no pleno emprego e na concomitância entre a proteção da renda do trabalhador; tal regime só pode ser garantido com toda a população ativa trabalhando.

O WE liberal é aquele marcado por mecanismos de mercado e assistência predominante aos comprovadamente pobres, com reduzidas transferências universais e com planos de previdência social modestos (ESPING-ANDERSEN, 1990). Nesse modelo o Estado incentiva o mercado por meio de subsídios de previdência e com isso há uma minimização dos efeitos da desmercadorização, proporcionando uma igualdade relativa dos menos favorecidos, que por sua vez são minimamente beneficiados pelas ações mínimas do Estado através de um conjunto de serviços prestados pelo mercado. Os países de origem anglo-saxônica apresentam exemplos de modelos de WE liberal, tais como Grã Bretanha, Canadá, Austrália e os Estados Unidos.

Por último, temos o modelo corporativista estatal ou conservador de WE que em seu processo de colonização sofreu grande influência da igreja. É o caso da Alemanha, Itália e França que seguiram os moldes da família tradicional. O modelo corporativista conservador possui, na sua origem histórica, um corte marcadamente discriminatório sobre a mulher,

excluindo da previdência social as mulheres casadas que não trabalham fora e serviços sociais como creches, são pouco desenvolvidos, com exceção do lado leste da Alemanha, onde até o início da década de noventa vigorava o regime comunista (ESPING-ANDERSEN, 1990).

Neste sistema, nota-se a ênfase estatal na conservação das diferenças das camadas sociais (status) resultando em efeitos redistributivos (por parte do Estado) pouco significativos.

O princípio da subsidiariedade⁶ serve para enfatizar que o Estado só interfere quando a capacidade familiar de servir aos seus membros exaure (ESPING-ANDERSEN, 1990). O autor ainda ressalta que o regime liberal e o social democrata vêm se modernizando com o passar dos anos e com isso, se tornando menos autoritários.

É fundamental considerar o WE como um importante princípio estrutural das economias vigentes. E ponderar seu próprio conceito em sua totalidade pode abrir espaço para modelos mais ou menos redistributivos, deixando a concepção idealizada, que associa o termo a resultados socialmente positivos (BENEVIDES, 2011).

Na seção a seguir trataremos da discussão acerca do Estado de Bem-Estar social e seu contexto de crise no Brasil abordando as teorizações atuais da temática, na literatura nacional.

2.2. Políticas Sociais e Estado de Bem-Estar Social no Brasil

Como vimos na discussão anterior, as Políticas Sociais influenciam a situação social dos indivíduos, famílias e grupos sociais, acarretando melhorias na qualidade de vida da população e, conseqüentemente, dadas suas proporções, alteram a economia e a autonomia de um país, o meio ambiente e o próprio patamar de democracia alcançado, podendo se tornar componente fulcral para o processo de desenvolvimento nacional.

Na literatura especializada essa ideia sobressai-se ao ressaltar que grande parte das experiências dos países bem-sucedidos no estabelecimento do desenvolvimento nacional contou com a consolidação e permanência no longo prazo de forte ação do Estado, a qual está, em parte, conectada ao processo de ampliação e melhoria de benefícios envolvidos nos diversos elementos constituintes das políticas sociais.

⁶ Significa que o governo não deve substituir a família, mas sim ajudar as famílias a fazerem o que fazem melhor. Em termos estritos, este princípio, quando transposto para o estado social assenta a intervenção deste na noção de que sua principal função é garantir que os diferentes órgãos sociais inferiores, que se localizam entre o indivíduo e o Estado, possam, eles próprios assumir responsabilidades por sua própria condição, e que haja harmonia entre esses órgãos a fim de que seja mantida a ordem do todo, uma ordem orgânica, natural. A intervenção do Estado deverá sempre ser subsidiária (ESPING-ANDERSEN, 1990).

No Brasil, segundo Draibe (1993), a noção de Estado de Bem-Estar Social⁷ se mostra fortemente impregnada de conteúdos socialmente positivos, parecendo estranho que fosse utilizada para dar conta dessa realidade de miséria, pobreza e exclusão social. Isso faz parte, de nosso processo histórico que influenciou diretamente na direção das políticas sociais, dado que, as esferas do Estado e do mercado jamais constituíram mecanismos fundamentais de regulação para o conjunto da sociedade como ocorrera na Europa (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004), por exemplo.

Ao comparar os processos históricos de constituição do WE de países distintos, diferentes modelos expressam os padrões que marcaram a consolidação dos Estados de Bem-Estar Social da atualidade. Padrões ou modelos que expressam raízes e condições históricas distintas se manifestam em variação das complexas dimensões da proteção social, seja no que tange as relações de inclusão/exclusão que os sistemas abrigam, seja no que concerne a seus aspectos redistributivos (DRAIBE, 1993).

Entre os anos de 1930 e primeira metade de 1970, o Brasil experimentou altas taxas de crescimento econômico proporcionado pela estratégia desenvolvimentista do Estado Brasileiro (DINIZ, 2010). Porém, inexistia uma política de pleno emprego, no que tange o processo de distribuição dos frutos do progresso econômico, tendo como resultado uma parcela significativa da população ativa fadada à informalidade, o que veio reforçar a complexidade do mercado de trabalho brasileiro, com ações descentralizadas e recursos cada vez mais focalizados a parcelas específicas da população desempregada ou pertencente ao setor informal, caracterizando as manobras de geração de emprego e renda. Dessa forma, especificamente nos anos 1970, como uma forma de resposta ao aumento do desemprego os países periféricos estes adotaram um novo conjunto de políticas públicas voltadas ao mercado de trabalho estimulando a adoção de vários mecanismos de inserção produtiva por meio do autoemprego, aumentando o apoio à micro e pequenas empresas. Contudo Pochman (1999), afirma que até hoje o Brasil não possui um sistema que atue de forma integrada e eficaz quanto a estes mecanismos; para o autor, o sistema brasileiro de geração de emprego é desarticulado e de baixa eficácia.

No que se refere ao plano institucional, a sustentação das políticas sociais desempenhou lógicas diversas e desta forma seus perfis variam de país a país. Nesse sentido, Draibe, ao analisar comparativamente os processos históricos em que o WE se inseriu, aponta que dependendo do país, ora se observa nas políticas sociais um teor mais universalista,

⁷ Nos países desenvolvidos houve a construção efetiva de um WE (Estado de Bem Estar Social) provindo de um desmonte que ocorre sobre algo já estabelecido, em detrimento do Brasil que não houve a construção do Estado de Bem Estar Social desmonte encima de uma construção frágil (Estado de Mal Estar Social) (DINIZ, 2010).

institucionalizado e estatizado, ora traços mais privatistas ou residuais, no que tange a variedade de benefícios e cobertura da seguridade social.

Assim, em determinados modelos de políticas sociais, o WE foi capaz de extirpar a pobreza absoluta, garantindo a renda mínima a todos que não lograram integrar-se via mercado e salário e em outros, tem deixado relativamente descobertos e desprotegidas as camadas mais pobres da população (DRAIBE, 1993). Tal argumento de Draibe ressalta como é de suma importância fixar os distintos pontos de partida e as diferentes trajetórias de desenvolvimento perseguidas por países em busca da modernidade.

Conforme Mello,

o *welfarismo* decorreria de padrões culturais de uma dada formação social. Isso explicaria a razão pela qual a instituição não teria florescido nos Estados Unidos, país onde predomina a crença nos valores liberais como ideal de democracia, além de outros fatores intrínsecos à sociedade americana como a excessiva descentralização e a fragmentação política, por exemplo (MELLO, 2007, p.105).

Cabe inserir na presente discussão a visão de Sônia Draibe em trabalho mais recente em relação a estes regimes já supracitados:

Obviamente, as formas de concretizar e implementar as políticas sociais variam também segundo as diferentes concepções conservadoras, liberais ou neoliberais, intervencionistas ou regulatórias do papel do Estado e da relação Estado mercado [...]. Assim, os liberais e os conservadores, coerentes com a ideia de formas mínimas de intervenção no mercado, sublinham a excelência do modo individualizado e seletivo de distribuir recursos em espécie apenas aos necessitados; ao invés de, como endossariam os intervencionistas (keynesianos, marxistas, etc...) implementar a ação estatal através da construção de equipamentos coletivos de produção e distribuição universal de bens e serviços sociais, em grande medida estatizados e burocratizados (DRAIBE, 2014, p.116).

Podemos perceber a variedade de concepções e formas de como o Estado atua em suas políticas sociais. No bojo dessa diversidade, até o momento apresentada, destacam-se estudiosos que tomam como ponto de partida o exemplo da França, que historicamente construiu uma concepção de solidariedade nacional manifesta durante a crise do WE e que fez com que surgissem nesse país expressões efetivas de economia social e solidária (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Os mencionados autores explicam que no continente Europeu, a emergência de uma política social se deu devido ao aumento da população urbana e o crescimento das cidades, ultrapassando a capacidade do Estado em controlar as massas e estabelecer a ordem. Este fato chama a atenção para a situação que se criou aos trabalhadores precários, uma espécie de reserva de mão-de-obra, em busca de vias alternativas temporárias (ou não) de realizarem trabalhos que se caracterizaram pela troca não monetária e sobreviveram graças à

solidariedade dos indivíduos ao seu entorno. Essa mão de obra pouco exigente e de uso imediato veio ganhando proporção provocando o surgimento de uma economia além da tradicional. Portanto, a emergência de uma economia alternativa encontra-se, intimamente ligada à problemática de uma exclusão social crescente, que se define cada vez mais enquanto questão urbana, de crise do Estado-providência (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). A partir do “Estado de Bem-Estar Social”, tem-se início, segundo Singer (2012), ao reaparecimento da economia solidária, não só no Brasil, mas em diversos outros países. Isso pode ser considerado em razão do aumento do desemprego estrutural - tanto nos países desenvolvidos quanto nos periféricos – devido às consequências geradas pela reestruturação produtiva do trabalho no fim da década de 70, levando à “flexibilização” dos direitos trabalhistas que acarretou em empregos instáveis, redução salarial, à precariedade do trabalho.

Nesse contexto, Singer enxerga com lentes positivas, outras formas de economia como resposta ou alternativa a essas condições, o que para ele, vem crescendo e recuperando o “valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento” (SINGER, 2002, p.111).

No território brasileiro, a instituição do Estado de Bem-Estar teve como maior inspiração a experiência inglesa – no que tange a manutenção ou integração da renda, tomado como referência um patamar mínimo considerado como satisfatório para o atendimento das necessidades sociais vitais do indivíduo e da família. Ou seja, contemplam-se também aqueles que estão fora do mercado ou a ele marginalmente incorporados (DRAIBE, 1993). O Brasil também passou por um ambiente cíclico de reformas e pela crise do Estado de Bem-Estar em sua trajetória e para que seja possível compreendê-lo, é preciso conhecer três vertentes históricas sob as quais se fundaram o Sistema Brasileiro de Proteção Social (SBPS).

A primeira vertente surge na década de 1930, período da República Velha, e configura-se numa política social de cunho organizacional, baseada nos Institutos de Aposentadorias e Pensões e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Previa a integração dos pobres, em especial dos pobres urbanos, aos benefícios do progresso pela via do trabalho, e, mais especificamente, do trabalho assalariado. Este modelo de gestão econômica da pobreza se projetava no futuro, com a promessa de sua incorporação progressiva ao mundo do trabalho regulado (CARDOSO JR.; JACOUD, 2005). A fundação da política previdenciária originou o projeto modernizante dos anos 1930, reiterado com o projeto desenvolvimentista predominante entre os anos 1950 e 1970, assegurou, neste mesmo período a proposta de inclusão dos demais segmentos da população (inserção dos pobres não assalariados).

Essa incorporação caracteriza a segunda vertente de reforma do Estado de Bem-Estar Social brasileiro. Sob a hegemonia de um projeto de bem-estar baseado no desenvolvimento

da produção econômica nacional e na ampliação do assalariamento, a proteção social às populações vulneráveis não incorporadas pelo trabalho assalariado continuaria, durante o período entre 1930 e 1980, seguiriam um molde de gestão filantrópica da pobreza, realizada predominantemente por instituições privadas que contavam com o apoio de financiamento público (CARDOSO JR.; JACOUD, 2005).

A segunda vertente é caracterizada pela filantropia e tradição caritativa com o nascimento do Serviço Social – sob a forma de uma rede de ajuda aos pobres que pouco atuava em ações de regulação do Estado e onde não se afirmava a responsabilidade pública.

Em suma, o desenvolvimento da intervenção social brasileira se organizou através de aparato assistencial de origem privada, o qual contava com apoio público no campo do financiamento direto e indireto. Por último, a terceira vertente se caracteriza pela consolidação de um eixo de políticas públicas no campo da assistência social, ocorrida somente após a Constituição de 1988, sendo assim, herdeira de uma ampla tradição de subsidiariedade, ajuda e filantropia (CARDOSO JR.; JACOUD, 2005). O Sistema Brasileiro de Proteção Social que conhecemos hoje, conta com duas políticas de cunho universal, que garante a toda população, independente de qualquer condição: saúde e educação básica.

O fundamento central da intervenção estatal brasileira seria a concepção de que a aceleração da industrialização teria levado à necessidade de atenuar as desigualdades socioeconômicas geradas por este processo; este abrandamento seria feito por meio das políticas sociais.

Segundo a tese durkheiminiana⁸, o WE pode ser interpretado como uma tentativa de criar uma nova forma de solidariedade em sociedades altamente diferenciadas, buscando resolver os problemas correlatos à divisão do trabalho (DRAIBE, 1993). Porém, alguns autores acreditavam que as políticas sociais seriam a evolução natural da busca da ordem social do sistema de capital.

Marshall, na sua obra “Cidadania, classe social e status” (1967) conta que na Inglaterra, a “Lei de Proteção aos Pobres” (*Poor Law*) foi o ponto de partida para a elaboração de políticas sociais neste país e que, progressivamente, foi deixando de tratar a pobreza indistintamente, cedendo lugar a políticas voltadas para segmentos específicos da sociedade como crianças, velhos, desempregados e indigentes. Nesse sentido, o autor também considera as políticas sociais como a evolução lógica e natural da ordem social em si mesma, diga-se, da sociedade capitalista.

⁸ Nesse contexto específico, trata-se de afirmar que quanto mais industrializada a sociedade mais dependente dela se torna o indivíduo, em virtude da especialização da produção (MELLO, 2007).

Quanto ao SBPS, podemos dizer que na década de 80 e 90 uma agenda de reformas sociais estatais foi devidamente instalada no Brasil. Em consequência, uma das mudanças apercebidas fora de fato a Constituição de 1988, que anunciou princípios basilares para as devidas alterações desta nova modalidade de intervenção alargando o arco dos direitos sociais e o campo da proteção social sob responsabilidade estatal, com impactos relevantes no que diz respeito ao desenho das políticas, à definição dos beneficiários e dos benefícios (MELLO, 2007).

Estes alargamentos das garantias legais de proteção aos indivíduos requeriam uma expressiva expansão da incumbência pública perante as dificuldades contrapostas existentes no setor privado. A interferência por parte do Estado tinha como objetivo a equalização do acesso a oportunidades, o enfrentamento dos riscos sociais e diminuição da pobreza.

A Constituição de 1988 no que tange as regulamentações realizadas pelas leis complementares que visam expandir os direitos sociais, apresentou como responsabilidade do Estado políticas de proteção social dos cidadãos, a saber: i) a instituição da Seguridade Social como sistema básico de proteção social, articulando e integrando as políticas de seguro social, assistência social e saúde; ii) o reconhecimento da obrigação do Estado em prestar de forma universal, pública e gratuita, atendimento na área de saúde em todos os níveis de complexidade; para tanto, o texto constitucional prevê a instituição do Sistema Único de Saúde (SUS), sob gestão descentralizada e participativa; iii) o reconhecimento da assistência social como política pública, garantindo direito de acesso a serviços por parte de populações necessitadas, e direito a uma renda de solidariedade por parte de idosos e portadores de deficiência em situação de extrema pobreza; iv) o reconhecimento do direito à aposentadoria não integralmente contributiva (ou seja, parcialmente ancorada em uma transferência de solidariedade) dos trabalhadores rurais em regime de economia familiar; e v) o reconhecimento do seguro-desemprego como direito social do trabalhador a uma provisão temporária de renda em situação de perda circunstancial de emprego (CARDOSO JR.; JACCOUD, 2005).

Draibe (1993) argumenta que, de forma sistemática, pode-se dizer que essas políticas, apesar um viés caritativo de proteção social, não foram de encontro ao modelo conservador, fragmentado e seletista de bem-estar até então vigente no território brasileiro. A construção deste sistema público, na interpretação de Draibe (1993), responde à emergência de conflitos sociais gerados no sistema econômico capitalista e por outro viés, corresponde aos carecimentos por igualdade configurados em uma conjuntura de redemocratização do Estado brasileiro. De certa forma, uma demonstração de democratização do corpo social. Sendo que, explica Draibe que o WE é bem mais do que um mero produto de democratização das massas;

ele implica na transformação fundamental do próprio Estado, de sua estrutura, de suas funções, e de sua legitimidade (DRAIBE, 1993).

Em suma, Draibe (1993) apresenta uma linha temporal demonstrada no seguinte quadro que ilustra os períodos pelos quais passou a institucionalização das políticas sociais, no país, o que consideramos de fundamental importância para a compreensão dos princípios preponderantes que fundamentaram o Estado de Bem-Estar brasileiro.

Quadro 1 - Recortes e Características Temporais do SBPS

Períodos	Recortes	Características temporais
1930/1964	<p>a) 1930/1943 - Introdução (legislação previdenciária e trabalhista)</p> <p>b) 1943/1964 - Expansão fragmentada e seletiva (quadro mais geral da ação social do Estado, abrangendo educação, saúde, habitação e etc.)</p>	<p>Período de registro de ocorrências específicas no que tange as mudanças na forma de Estado e ao nível das próprias instituições do WE.</p> <p>Aspectos marcantes do regime político na elaboração, adaptação e o perfil de proteção social.</p>
1964/1985	<p>a) 1964/1977 - Consolidação institucional</p> <p>b) 1977/1981 - Expansão massiva</p> <p>c) 1981/1985 - Reestruturação conservadora</p>	<p>Momento de crescimento com enfoque em políticas de massas, no qual, o acesso às políticas de âmbito social se amplia fortemente. Portanto, não representa a completa ruptura com os moldes seletivos de crescimento.</p>
1985/1988	<p>a) 1985/1988 - Reestruturação progressista</p> <p>b) 1988 - Definições de novo perfil (constituente)</p>	<p>Período que se estende aos dias atuais, dado que ainda não houve uma reestruturação significativa no SBPS. Reforma iniciada pelas novas definições de direitos sociais contidas na Nova Constituição.</p>
1994/1998	<p>a) 1994/1998 - Plano Real e Política Social com a participação direta dos cidadãos</p>	<p>Política Social passou a ser vista como contribuição para o desenvolvimento econômico. Combate a pobreza, serviços sociais básicos de vocação universal e de responsabilidade pública (Previdência social, educação, habitação, saneamento básico, trabalho e assistência social).</p>
1998/2003	<p>a) 1998/2002 - Criação do Bolsa Escola</p> <p>b) 2003 - Criação do Bolsa família</p>	<p>Estratégias focadas nos segmentos mais vulneráveis e transferência de renda condicionada.</p>
2003/ aos dias atuais	<p>a) 2003 - Descentralização e democratização do Poder Público</p>	<p>Participação social como nova forma de gestão. Maior universalização e ampliação do acesso de benefícios a amplas parcelas da população.</p>

Fonte: Adaptado de Draibe (1993;2003).

A periodicidade do SBPS é de fundamental importância para que possamos compreender a morfologia e o funcionamento do Estado de Bem-Estar Social do Brasil e as influências sofridas no decorrer do tempo, além de conhecer e destacar as propriedades gerais do padrão estabelecido no Brasil ao longo da introdução e consolidação do WE brasileiro. O Brasil, possuindo as características de um país de capitalismo tardio e marcado por um sistema social de regime autoritário, de particularidades excludentes e com resquícios de centralidade burocrática; país este que, ao longo do século XX, distinguiu-se pela conciliação de um ritmo espetacular de crescimento econômico com a preservação de um dos mais elevados padrões de desigualdade do mundo (FLEURY, 2005).

Tomando por base essas características é importante compreender como as políticas sociais foram se configurando num país com tais particularidades. O país é conhecido por ser uma das maiores economias do mundo, com um Produto Interno Bruto – PIB de R\$ 1,6 trilhão, no primeiro trimestre de 2017 (IBGE, 2017) e *per capita* de R\$ 30.000,00, referente ao ano de 2016 (IBGE, 2016) é um país extremamente desigual - 8,4% da população detêm 59,4% da riqueza no país⁹.

No processo histórico de desenvolvimento do Brasil até meados da década de 40, acreditava-se que o fenômeno da pobreza era natural, ou seja, sua origem estava pautada em causas naturais ou catástrofes climáticas. Esta interpretação da razão da desigualdade social acabou perdendo sua força conforme os processos de urbanização e industrialização foram se intensificando. E com a contribuição de estudiosos que por meio de pesquisas fizeram com que essas ideias caíssem por terra e dado lugar à crença de que a pobreza é fruto da desigualdade sócio econômica do país.

No Brasil, durante o segundo quartil do século XX, a intervenção estatal das políticas sociais era direcionada para populações em situação de pobreza e que não possuíam capacidade laboral (como idosos, crianças, ou incapazes), porém o fenômeno de desemprego estrutural (ou seja, a população apta para o trabalho que não encontra emprego) acabou direcionando essas políticas também para a população economicamente ativa (PEA) que estava ficando sem emprego.

Isso se observou desde o final dos anos 1970, quando o desemprego de longa duração sob diferentes formas e intensidades, voltou à agenda social e desafiou desde então os sistemas nacionais de bem estar (DRAIBE, 2014).

⁹ Estimativas do ano de 2015, extraídas do Ministério da Fazenda. Disponível em: <http://www.spe.fazenda.gov.br/noticias/distribuicao-pessoal-da-renda-e-da-riqueza-da-populacao-brasileira/relatorio-distribuicao-da-renda-2016-05-09.pdf>

O processo de tentativa da redução da pobreza da mão de obra capacitada para o trabalho foi complementado pela emergência de uma esfera diferenciada de intervenção pública – com o intuito de produções de atividade econômicas de modo distinto daquela praticada no mercado. Tal crise vem minar as bases do mecanismo histórico de regulação das sociedades na modernidade, marcado pela sinergia entre Estado e Mercado (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). É justamente quando estes dois principais agentes de regulação da sociedade começam a dar sinais de fraqueza na sua capacidade de se articular para satisfazer necessidades, que se têm a chamada crise do Estado de Bem-Estar Social - o Estado deve preencher as lacunas deixadas pelo mercado; o direito social é um dos principais instrumentos destinados a corrigir os efeitos perversos do mercado pela mediação estatal, no centro dessa assertiva, encontra-se o fracasso da utopia do mercado demonstrada através do estabelecimento de um protecionismo social exercido pelo Estado (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

A chamada crise do WE tem sido quase sempre atribuída à globalização e seus efeitos deletérios, indutores de maior desigualdade e pobreza, de desemprego e de fortes restrições sobre as finanças públicas, para não dizer a soberania dos Estados Nacionais (DRAIBE, 2014). Com efeito, tais fatores desafiam o SBPS, exigindo-lhe adaptações, transformações e soluções, mas não são as principais razões, como discutido até aqui. Acredita-se que toda essa dinâmica está atribuída não somente às causas históricas já apontadas como também às constantes mudanças da sociedade e do mercado de trabalho, considerando a reflexão de que elas antecedem os movimentos de globalização do sistema de capital. Essas transformações não são consideradas isoladas, elas estão conectadas à conjuntura de mudanças de cunho econômico, que se associa ao capital em detrimento das necessidades humanas.

Explica Draibe (2014) que os processos de individualismo competitivo e do senso de autorresponsabilização do sujeito são uma consequência da desassistencialização estatal e como esta vem se configurando nos dias atuais. Em decorrência do processo de globalização, se lança como novo desafio às políticas sociais, a introdução de regras que se orientam pelo teor universalista e ao respeito à cidadania na esfera de intervenção pública.

Pelas transformações sociais, dos modos de produzir e consumir (envolvendo a economia da informação, o acesso ao conhecimento, às redes sociais, etc.) e as mudanças relativas ao mundo do trabalho, incluindo o trabalho flexível, precário e o desemprego, tudo isso junto provocou, conforme estudados por Draibe (2014), uma verdadeira desarticulação entre as esferas do ciclo de vida, do trabalho e das políticas sociais, além do fenômeno da globalização que segundo a autora, acentuou muito estas tendências de mudanças e selecionou o mercado como agente regulador da sociedade.

Parafraseando Esping-Andersen (1990), o Poder Público tenta reduzir as desigualdades por meio das políticas sociais após a distribuição da renda realizada pelo mercado, de onde se conclui que, quanto mais desigualdades o mercado gerar, maiores deverão ser os esforços do Estado em direção às tentativas de minimização destas desigualdades causadas pelos critérios de distribuição de renda.

Para Draibe (1994, p. 271), as políticas sociais ancoraram-se no arrocho salarial, no cerceamento às organizações e na exclusão social. Havia um nexo entre regime político, padrão de acumulação capitalista e política social carente de critérios para universalizar direitos. A agenda social era subordinada à modernização da economia, no que Draibe (1994) chamou de “reforma conservadora” das políticas sociais pós-1974.

Para Esping-Andersen (2000), o welfare state passou a enfrentar novos problemas quando a economia pós-industrial deixou de garantir pleno emprego e igualdade. Mudanças no mercado de trabalho afetaram o emprego e igualdade, gerando instabilidade familiar e perda de integração social. Daí a importância de a “desmercadorização” ser uma política pública para disponibilizar serviços sociais como direito dos cidadãos, para que estes se mantenham sem depender do mercado. Se a nova economia de serviços amplia os empregos mal pagos, tal situação incide negativamente sobre a arrecadação dos governos. O modelo do pleno emprego, com políticas sociais de qualidade, e que ampara a “desmercadorização”, tem novos desafios de financiamento para manter sua visão de solidariedade. Para o autor, a resposta para a pouca oferta do mercado seria as famílias buscarem meios alternativos de sobrevivência, apesar de o autor ser pouco claro sobre a forma como essa opção poderia se materializar e ser sustentável. Como já vimos, no Brasil, a cidadania regulada amparada no emprego formal embasou as políticas sociais, pelo menos, até meados dos anos 1970. A partir de 1994, o sistema de políticas sociais passou a ser visto pelo viés positivo de sua contribuição para o desenvolvimento econômico. O Estado constituiu-se no promotor de programas públicos para estimular um ciclo virtuoso entre economia e política social com a participação direta dos cidadãos (DRAIBE; RIESCO, 2006) para que a política social amplie a equidade (DRAIBE, 2003). A partir disso, com o Plano Real já em vigor, gerou-se uma estratégia de desenvolvimento social baseada na universalidade, solidariedade, igualdade de oportunidades, participação, descentralização e associação com a sociedade civil. Os eixos estruturadores foram: reforma dos serviços sociais básicos públicos, melhoria na quantidade e qualidade das oportunidades de trabalho e obtenção de renda, ampliação das oportunidades de acesso a ativos produtivos como terra e crédito, iniciativas para aliviar, no curto prazo, a pobreza aguda e programas de melhora e transferência direta de renda. O sistema de política social foi, desse modo, concebido em bases mais universalizantes. Draibe e Riesco (2006)

destacam que, a partir do Plano Real, a pobreza e a desigualdade social se reduziram de maneira quase continuada até 2005, beneficiando, sobretudo, os setores mais pobres da população. Ainda que o Plano Real não objetivasse distribuição de renda, e sim estabilidade macroeconômica, geraram-se efeitos positivos para as políticas redistributivas. Com o ambiente econômico mais previsível, a capacidade de planejar políticas públicas ampliou-se. O governo intensificou estratégias focadas nos segmentos mais vulneráveis e de transferência de renda condicionada (Bolsa Escola – 1998/2002 – e Bolsa Família – a partir de 2003). O segundo aspecto da reforma do sistema de políticas sociais no Brasil pós-1988 foi o desafio para financiá-lo e regulá-lo. A principal mudança consistiu na descentralização, democratização e participação social como nova forma de gestão. Superados os desafios iniciais, o regime de bem-estar no Brasil passou a ser implantado de maneira descentralizada, cabendo ao governo federal financiar e regular as políticas. No Brasil, a descentralização foi coerente com a maior universalização e ampliação do acesso e benefícios a amplas parcelas da população. A descentralização foi o formato político e administrativo na organização federativa do regime de bem-estar social no Brasil.

Com base na reflexão possibilitada por esse tópico do presente trabalho enxerga-se o movimento de economia solidária (ES) como uma forma de intervenção social, já que se trata de um segmento emergente baseado em um novo modo de produção que possui uma lógica distinta dos princípios basilares da economia de capital. Levando-se em consideração o cenário brasileiro apresentado no tópico, pode-se perceber a problemática da exclusão e desigualdade social crescente no país, o forte índice de desemprego estrutural, entre os outros fatores que se tentou apontar que notabilizam a crise do Estado de-Bem Estar no país.

Nesta perspectiva, a problemática da ES posiciona-se num quadro de falência dos mecanismos de regulação econômico-políticos da sociedade (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Assim sendo, a emergência da ES se mostra num contexto de busca de alternativas de regulação da sociedade sob a forma de auto-organização social, por meio de ações e iniciativas locais, designados sob o termo de “serviços de proximidade” ou “serviços solidários” como será visto na seção a seguir.

2.3. Economia Solidária e Política Social: Diferentes Perspectivas

O movimento de economia solidária foi constituído sob a argumentação do aumento da crise do trabalho no contexto mundial da década de 80. Também podemos considerar o agravamento do descontentamento por parte da população com o sistema público de

seguridade social como um dos fatores que contribuíram para seu surgimento. A perda de emprego ou a sucessão de biscates engendra um déficit de socialização que diminui as chances de se encontrar um emprego “digno”, pois os critérios de recrutamento tendem a privilegiar as capacidades relacionais. Trata-se da espiral que conduz à exclusão: os desempregados, privados do fato de pertencer socialmente, não conseguem adquirir ou manter as atitudes necessárias à cooperação e à comunicação que se tornam determinantes para a obtenção do emprego (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). Esse quadro vai perpetuando o desemprego estrutural.

Como já discutido em tópicos anteriores, o desemprego estrutural foi um dos fatores centrais para que a atividade associativa econômica fosse dada como uma alternativa. Esse conjunto heterogêneo de iniciativas recebe diferentes nomes que aludem a uma “outra economia”: economia social, economia do trabalho, economia popular e economia solidária (CATTANI, 2009). Por intermédio dos empreendimentos considerados solidários, trabalhadores sem ocupação que se encontram à margem da sociedade podem obter seu sustento mesmo que seja de caráter temporário e com isso, redescobrir seu papel como sujeito social. Trata-se em essência de um tipo de resposta à exclusão do mercado de trabalho. Destacadamente no discurso militante, tal construção identitária se baseia na recuperação dos princípios do cooperativismo pioneiro e europeu do século XIX – principalmente a autogestão – e no desenvolvimento de uma “cultura solidária” (CORNELIAN, 2006).

Paul Singer atribui o surgimento da ES aos fundamentos propulsores do cooperativismo, no qual podemos destacar a cooperativa de consumo de operários têxteis na cidade britânica de Rochdale, em 1844. Tal iniciativa marcou o início do cooperativismo moderno, com diretrizes de organização definida. De forma geral, cooperativas são organizações onde um determinado número de pessoas se une buscando fins comuns a partir de um conjunto de regras pré-estabelecidas por esse grupo. A proposta base desses empreendimentos é conseguir força e competência para superar, em conjunto, o que individualmente seria muito difícil (SOUZA, 2011).

A partir dessa iniciativa, surgiram outras cooperativas de segmentos distintos, porém todas estavam sujeitas ao desafio lançado: crescerem seguindo as diretrizes estabelecidas e por consequência com grande quantidade de trabalhadores envolvidos, mas resguardando os princípios de igualdade e autogestão.

No território brasileiro, o cooperativismo teve início do século XX, conduzido por imigrantes europeus. Segundo Souza (2011), as primeiras cooperativas assumiram as formas de consumo, nas cidades, e agrícolas, no meio rural. As de consumo eram estabelecidas por empregados de empresas que buscavam alternativas para os altos preços do mercado varejista.

Porém, com o decorrer do tempo as cooperativas deram lugar aos mercados de grande porte. Mas foi somente na década de 1990, quando surgiram empresas industriais com inspiração autogestionária, no contexto de elevado desemprego, que a expressão economia solidária se difundiu (SINGER, 2002).

A Economia Solidária foi originada no Brasil por meio da combinação de diversos atores do âmbito social – relacionados à “esquerda” brasileira – em atividades reunidas no I Fórum Social Mundial (FSM). A partir deste Fórum, foi formado o Grupo de Trabalho de Economia Solidária, que culminou, no III FSM, com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). A criação do FBES coincidiu, todavia, com o momento da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, consolidando-se no país a institucionalização, devidamente reconhecida pelo Estado, da Economia Solidária como uma Política Social, uma iniciativa popular inserida no conjunto das políticas sociais do estado brasileiro. Segundo o MTE (2006, p. 11), “fruto da proposição da sociedade civil e da decisão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva”. A intenção central da SENAES foi então viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário (MTE, 2013). Atualmente, com a mudança de governo, a SENAES perdeu seu status e foi rebaixada para Subsecretaria na nova estrutura do Ministério do Trabalho, com a redução de dois Departamentos, perda de cargos de direção e saída do economista Paul Singer e entrada do subsecretário escrivão aposentado da Polícia do Estado do Paraná Natalino Oldakoski, conforme Decreto de nº 8894 de 03 de novembro de 2016. Mesmo com restrições institucionais e hierárquicas, a SENAES lançou em 2017, dois editais de chamada pública para apoiar ações de economia solidária com investimentos governamental disponíveis da ordem de 50 milhões para o país, mais nada comparado com os estímulos impetrados na época do então gestor da SENAE, Paul Singer. O objetivo desses editais de 2017 foi de apoiar projetos que contribuíssem para a redução das desigualdades socioeconômicas e o resgate da população que se encontra em situação de extrema pobreza¹⁰.

Singer (2013) acredita que a economia solidária expressa um novo modo de organização da produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a autogestão e a cooperação em empreendimentos coletivos, redes e cadeias solidárias articuladas no âmbito de segmentos econômicos. Para o autor, o pilar norteador deve ser o ser humano em sua integralidade, como sujeito e finalidade das atividades econômicas, desenvolvendo as capacidades dos trabalhadores e trabalhadoras, e valorizando o associativismo, o trabalho dos

¹⁰ Informação obtida no site: < <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2017/ministerio-do-trabalho-abre-edital-publico-para-projetos-de-economia-solidaria>>. Acesso em 16.06.17.

setores excluídos da sociedade objetivando um novo modelo de desenvolvimento sustentável e solidário.

Singer entende que,

a Economia Solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica (SINGER, 2002, p.12).

Afirma ainda Singer que este modo distinto de gerir apresenta-se como um tipo de resposta dos próprios trabalhadores às mazelas do capitalismo, visto que são adotados princípios e conceitos diferenciados que valorizam a democracia, desenvolvimento humano, cooperação e a proteção do meio ambiente ressaltando a condição de que todos os seres humanos são iguais. Assim, para o autor, a ampla abrangência de critérios permite um amálgama de empreendimentos que, em consonância com as diversas qualificações teóricas, configuram um conjunto de práticas heterogêneas no campo da economia solidária (SINGER, 2012).

Com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), as ações de Economia Solidária ganharam institucionalização, com o estímulo do Estado fomentadas em passado recente através de políticas direcionadas para o apoio de bancos e fundos comunitários, processos de capacitação e de desenvolvimento local e ações de comercialização, dentre outros, para fortalecer a ES.

No Plano Plurianual (PPA 2012-2015 p. 266) de governo, a Política Nacional de Economia Solidária previa, conforme a Lei No 12.593, de 18/01/2012, dois objetivos centrais:

Objetivo: 0982- Fortalecer a institucionalidade da política nacional de economia solidária a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento.

Objetivo: 0983- Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário.

Por força da lei, tais ações estão interligadas, visto que estabelecem sinergia com os vários sujeitos que atuam no campo da economia solidária e que compartilham dos seus objetivos. Além disso, a SENAES busca contribuir para a promoção de geração de renda e trabalho e a inclusão social e econômica dos brasileiros do desenvolvimento excludente e da concentração de renda (SINGER, 2013).

Entretanto, apresenta-se um dilema à ES quando França e Laville (2004) argumenta que o Estado não possui capacidade efetiva para inserir o total da população economicamente ativa (PEA) no mercado e por outro lado a indústria ocupa ainda um lugar estratégico na economia em nome dos ganhos de produtividade que ela gera, e ainda assim, contudo, ela não pode mais desempenhar um papel motor na criação de empregos. É coerente, nesse sentido, pensar que a crise do Estado de Bem-Estar requer uma reorganização das diretrizes voltadas a estrutura mercantil, dado que, o aumento do desemprego faz com que outras iniciativas de desenvolvimento sejam prioritárias.

Entretanto, existem vertentes críticas que analisam tal fenômeno de forma distinta. Em seus estudos Carvalho parte do princípio de que a ES deve estar pautada em uma nova lógica de desenvolvimento, que seja capaz de combinar o crescimento econômico, a finalidade econômica, com o desenvolvimento humano, a partir de um ponto de vista humanista (CARVALHO, 2011). Reconhece que por meio do mercado de capital a ES pode se desenvolver, fazendo com que a mesma não seja um modo de produção alternativo, mas sim um movimento concomitante e que se manifesta dentro do próprio capitalismo sem ruptura ou transição. Dado que,

o modo de produção capitalista, que sempre criou meios de se apropriar de formas que fossem, em princípio, alternativas ao capital, também se apropriou de muitas destas tentativas de garantir a segurança da existência, subsumindo-as à lógica global de produção de mercadorias (acompanhado de mais-valia¹¹ e lucro), tornando-as mais uma forma de trabalho precarizado e de baixo custo inserido no modo de produção capitalista. Embora algumas destas perspectivas apostem que tais iniciativas representam e devam representar uma alternativa ao modelo capitalista, acreditam também que os “modelos alternativos” devem ser compatíveis com o modo de produção capitalista, seja por estarem inseridos neste, seja por conviverem com o mesmo [...] Não se trata, todavia, de afirmar que a economia solidária se configura como um projeto “plenamente” oriundo das fileiras das classes dominantes, pois, dentre outros motivos, denuncia o desastre ético do capitalismo como um modo de produção baseado na exploração do homem pelo homem e pela destruição da natureza. Entretanto, sua quase total inserção no atual processo de colonização ideológica faz da economia solidária um projeto compatível ao discurso e prática neoliberal dominantes (CARVALHO, 2011, p. 15).

Carvalho argumenta ainda que longe de ser um espaço de desenvolvimento de pensamentos e políticas contestatórias, a Economia Solidária é uma proposta que reúne o ponto de vista do debate “ideopolítico” da visão da esquerda e que, para o capital, tal iniciativa apresenta perspectivas que podem ser bastante favoráveis. Ao se apresentar como uma alternativa, capaz de superar a alienação capitalista e até mesmo a exploração social, a economia solidária se apresenta como uma política pública (mas também como movimento,

¹¹ O dia de trabalho era tratado como uma mercadoria logo o capital a utilizava como se utiliza qualquer outra, tirando o máximo de proveito da mesma (BENINI; BENINI; NETO 2007).

identificado a diversos movimentos sociais) que promove uma manipulação ideológica como forma de garantir consentimento e contenção social (CARVALHO, 2011). Essa denotação social é para Carvalho (2011), o que relaciona a ES com as diretrizes do desenvolvimento humano, conduzindo suas ações em prol da superação das incoerências da sociedade contemporânea. Respondendo às desigualdades sociais em torno de um projeto que, na realidade, está em plena consonância à estrutura societária contemporânea.

Os valores humanistas e morais envolvidos com a ES, na visão de Carvalho (2011) seduzem a tal ponto que a crítica da realidade na qual está inserido o projeto da ES é prejudicada. Dessa forma, o autor afirma que a ES faz sentido como concebida no interior do sistema capitalista, visto que, embora existam discursos em disputa – que pretendem transformar ou conservar as relações capitalistas –, a economia solidária, em sua relação com uma totalidade mais abrangente, é um movimento que na visão de Carvalho, (2011) não apresenta alternativas reais frente à disputa entre projetos societários, para além do capitalismo.

No entanto para Singer, o sistema capitalista apresenta um viés controverso visto que, cria possibilidades de desenvolvimento de organizações de cunho econômico cujo fundamento se difere ao modo de produção hegemônico. A ES se designa como este tipo de organização, visto que Singer a qualifica com anticapitalista. Ainda de acordo com Singer, para que a economia solidária se transforme de paliativo dos males do capitalismo em competidor do mesmo, ela terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista (SINGER, 2002). Afirma que a economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores que lutam contra o capitalismo. Como tal, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda sua evolução (SINGER, 2013).

Levando em conta as suas distintas interpretações é possível admitir que a ES possua um viés paradoxal de inserção social e desenvolvimento dentro do sistema capitalista.

Como discussão posterior, apresentamos o que nos mostra a literatura sobre a heterogeneidade dos empreendimentos solidários, através das formas que assumem, para que conheçamos melhor esse universo de empreendimentos e possamos focalizar na tipologia do objeto de estudo especificamente.

2.4. Economia Solidária e suas Tipologias

Economia solidária é o termo que vem sendo empregado para designar e identificar politicamente uma variedade de iniciativas coletivistas de produção, comércio, consumo, poupança e crédito balizadas por princípios idealmente igualitários e democráticos (SOUZA, 2011). Esse conjunto de atividades engloba práticas autogestionárias, cooperativismo, associativismo, ações de troca de mercadoria e serviços movidos por princípios alternativos em algo chamado comércio justo, entre outras atividades.

No Brasil, dados oficiais do MTE mostram outras modalidades, além daquelas mais recorrentes na literatura conforme se vê no registro abaixo:

os Empreendimentos Econômicos Solidários e suas formas de organização: cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes e cadeias produtivas, complexos cooperativos, centrais de comercialização e outras formas de organização do trabalho; Redes, Fóruns e Coletivos diversos de Economia Solidária, a relação entre empreendimentos, entidades de apoio e poder público; Finanças Solidárias: cooperativas de crédito, micro-crédito, fundos rotativos, bancos comunitários, aval solidário etc.; Comercialização: comércio ético, justo e solidário, feiras, clubes de troca, consumo consciente; as Entidades e organizações da sociedade civil, entidade de fomento e apoio e outras organizações e movimentos sociais (MTE, 2006 p. 10).

Esse conjunto de atividades, na visão de França e Laville (2004), contribui para a democratização da economia, com base em princípios da cidadania, não sendo de forma alguma substituto da ação estatista, mas sim, uma articulação junto à esfera pública a fim de produzir um realocamento da economia em um projeto de integração social e cultural visto que, conforme esse conjunto de iniciativas denominado às vezes como trabalho associado ou “novo cooperativismo”, sucede da decorrência prejudicial da acumulação flexível que tão bem caracteriza o capitalismo mundial, bem como pela informalização e precarização das relações e condições de trabalho.

Com base nas contribuições de diversos estudiosos de ES, utilizadas no presente trabalho, apresenta-se o quadro abaixo que reúne os principais tipos de empreendimentos de Economia solidária e suas definições:

Quadro 2- Tipologias de Economia Solidária mais populares e suas Definições

Empreendimentos de Economia Solidária	Definições
Cooperativismo	“cooperativas são organizações onde um determinado número de pessoas se une buscando fins comuns a partir de um conjunto de regras pré-estabelecidas por esse grupo.” (CORNELIAN, 2006). Exemplo: Cooperativa de Catadores de Material Reciclável
Clubes de troca	“são formados por pequenos produtores de mercadorias que constroem para si, um mercado protegido ao emitir moeda própria que viabiliza o intercâmbio entre os participantes” (SINGER, 2000). Exemplo: Encontro Nacional de grupos de troca solidária
Empresas autogestionárias	“Trata-se de mais uma forma na qual pode se materializar a Economia Solidária. As empresas autogestionárias geralmente nascem da iniciativa de trabalhadores que se associam e montam uma empresa na qual não terão a figura de um patrão, mas todos são responsáveis pelo bom andamento do negócio. Outra forma de autogestão acontece nos casos em que trabalhadores assumem uma empresa em situação falimentar ou pré-falimentar da qual fazem parte.” (MARTINS; CRUCIAL; ARAÚJO, 2006). Exemplo: Grupo Mulheres Decididas a Vencer
Comércio Justo	“O que se visa com o comércio justo é o contato direto entre o produtor e o consumidor, o que por si só já traz maiores benefícios do que se tivessem intermediários, e espera-se que este contato reflita o propósito dessa atividade, que é justamente a distribuição da riqueza em modo digno e justo” (SINGER, 2013). Exemplo: Consumo Consciente
Circuito Curto	“É uma forma de organizar e comercializar os produtos permitindo diminuir o número de intermediários entre o produtor e o consumidor” (FRANÇOIS, 2000). Exemplo: Sistema de entrega de Cestas dos Produtores

Fonte: Cornelian (2006); Singer (2000); Martins, Crucial e Araújo (2006); Singer (2013); François, 2000.

Para identificar o denominador comum nas iniciativas de ES, Mance (2005) ressalta que estas se orientam pela cooperação, solidariedade, partilha de informações e

conhecimentos entre seus componentes. Ainda como Mance, existem quatro critérios básicos para inserção em redes e empreendimentos de Economia Solidária:

- 1) não haver nenhum tipo de exploração;
- 2) ser gerido democraticamente;
- 3) preservar o meio ambiente; e
- 4) assegurar a autodeterminação dos fins e autogestão dos meios.

A Economia Solidária brasileira absorveu certo número de iniciativas com essas características, assim como alguns casos do Terceiro Setor¹² e fundações (FRANÇA; LAVILLE, 2004).

Outro princípio norteador entre os tipos de empreendimentos de ES é que abriga e compreende um conjunto de atividades de viés econômico no âmbito do consumo, distribuição, produção, poupança e crédito amparados sob o modelo da autogestão.

Para Alves, *et al.* (2016), a Economia Solidária surge como uma possibilidade de inserção, geração de renda e mudança social, consistindo na ideia de que os benefícios da atividade econômica devem estar ao alcance daqueles que a realizam, ou seja, dos trabalhadores. Tal proposta, para o autor diferencia-se da realidade da sociedade centrada no mercado, justamente em função dos seus princípios e valores pautados no humanismo, a liberdade, a igualdade, a solidariedade e a racionalidade.

As diferentes tipologias de ES apresentadas nos estudos disponíveis na literatura, independente das visões distintas de seus estudiosos, acenam, de um modo geral para a ES como uma possibilidade, aos envolvidos, de vivenciar a construção de laços sociais compostos por solidariedade e ajuda mútua no campo econômico alternativo.

A seguir abordaremos a tipologia do Circuito Curto de comercialização que vem a ser a modalidade de pesquisa escolhida como base empírica do estudo.

2.5. Expressões Recentes de Economia Solidária: Serviços de Proximidade ou Circuito Curto

Manifestações recentes consideradas no âmbito da Economia Solidária tem se destacado na literatura, mesmo que ainda com pouca expressividade, mas que requer atenção. Entre essas manifestações, chamou atenção da pesquisadora, como justificado em tópicos anteriores, a dinâmica do Circuito Curto de comercialização (CC). Embora ainda não possua

¹² A denominação “terceiro setor” se explicaria, para diferenciá-lo do Estado (Primeiro Setor) e do setor privado (Segundo Setor). Ambos não estariam conseguindo responder às demandas sociais: o primeiro, pela ineficiência; o segundo, porque faz parte da sua natureza visar o lucro (COUTINHO, 2002)

definição oficial no Brasil, os seus idealizadores, produtores do setor agroalimentar da França, têm utilizado o termo para caracterizar os circuitos de distribuição que dispensam intermediários ou mobilizam até no máximo um, entre produtor e consumidor (DAROLT, 2012). Mas não se trata apenas de distribuição, a dinâmica de Circuito Curto.

Podemos diferenciar o CC em duas vertentes: aquela que ocorre a venda indireta, quando há a incidência de um intermediário, no caso da entrada de outro produtor, um mercado local, uma cooperativa, entre outros, e a venda direta - que consiste na entrega direta do produtor ao consumidor. Além disso, outras denominações também aparecem na literatura, como mercados de proximidade ou mercados locais (DAROLT, 2012).

Com a venda direta cria-se a possibilidade do preço reverter majoritariamente para os agricultores destacando-se como uma forma de valorização dos produtos locais, em virtude dos benefícios que pode trazer para os agricultores, consumidores e em particular para as zonas rurais.

Conforme Caccia Bava (2015), os circuitos de proximidade alimentares como também podem ser chamados os CC possuem uma perspectiva multidimensional que pode ser composta em três vertentes:

1. Dimensão econômica: os agentes locais mobilizam os recursos do território para aumentar a sua competitividade e explorar novos mercados;
2. Dimensão sociocultural: os valores ligados à identidade e ao patrimônio fundamentam e reforçam o processo de desenvolvimento;
3. Dimensão político-administrativa: maior protagonismo dos governos locais.

Ao contrário desse mecanismo, temos o circuito longo, que é predominante na economia contemporânea. Como destaca o referido autor,

por circuitos longos entendemos, por exemplo, a exportação de commodities. A soja que é plantada na região central do país e que é exportada para a China. Tomemos este exemplo. A plantação extensiva de soja requer grandes áreas e acaba por concentrar ainda mais a terra no Brasil, expulsando a agricultura familiar. As técnicas de produção são todas mecanizadas, requerendo grande maquinaria e técnicos especializados para operá-las. Tudo isso requer muito capital. É preciso investir em silos, estradas de ferro, portos, navios, sem considerar o enorme gasto de energia. Os circuitos longos, ao contrário do que prega a ideologia do mercado, pauperizam o território em que operam, retiram dele recursos naturais e a riqueza gerada pela produção, que é transferida para os centros financeiros internacionais. Como seu objetivo não é o desenvolvimento do território, também não se preocupam com a degradação ambiental que geram. Com a adoção de novas tecnologias, dos avanços na mecanização e na automação, estes grandes empreendimentos passaram também a absorver muito pouca mão de obra local. O saldo para os atores locais e o desenvolvimento do território não é favorável (CACCIA BAVA, 2015).

O sistema de distribuição preponderante de circuitos longos favorece as empresas de grande porte, nacionais e multinacionais, grupos que possuem forte *lobby* econômico e forte influência política e financeira. Desta forma, os governos, capturados por estes interesses, orientam as políticas públicas para lhes dar suporte em seu crescimento e lucratividade (CACCIA BAVA, 2015).

Argumenta o referido autor que os circuitos longos alimentam a concentração de renda e favorecem o alcance do fim último das grandes organizações, a maximização do lucro e centralização do poder no mercado. Aprofundam as desigualdades sociais levando uma população “marginalizada” a criar formas alternativas de geração de renda e trabalho, que por muitas vezes redundam em práticas de Economia Solidária.

Como observa Coraggio (2003), nos seus estudos sobre estratégias de sobrevivência local, estas surgem da incapacidade do “sistema” de incorporar a todos, fazendo com que as pessoas, famílias, grupos e comunidades locais recorram, crescentemente, à “táticas coletivas de sobrevivência” e nesse contexto, os denominados empreendimentos econômicos solidários (EES) se apresentam como formas de trabalho associativo, que favorecem a autogestão com consequente valorização da construção de redes colaborativas e novos modelos de produção e consumo pautados na democracia, em que podem ser lançadas as bases para a autonomia desses empreendimentos.

Por sua vez, Caccia Bava (2016) comparando os dois modelos de comercialização, o de circuitos longos de produção e consumo e o dos circuitos curtos que são o campo de atuação dos atores e da economia local, argumenta que não há como substituir o primeiro pelo segundo, o que para ele seria utópico. A recomendação do autor é o fortalecimento progressivo dos setores e atividades da economia que possibilitam a integração de pessoas que necessitam desenvolver suas próprias capacidades de inserção social a partir de suas iniciativas.

Em vista disso, constatamos em DAROLT; LAMINE; BRANDENBURG, 2013que:

os circuitos curtos são inspirados em experiências de desenvolvimento local, com todas suas variantes, economia solidária, comércio justo, e agrega um novo componente, a preocupação com a sustentabilidade ambiental. A proposta é que, ao fortalecer os circuitos curtos de produção e consumo, o projeto de desenvolvimento busque a criação de oportunidades para os atores locais, maiores possibilidades de promover a sustentabilidade ambiental, a equidade social e a qualidade de vida no território (DAROLT; LAMINE; BRANDENBURG, 2013).

A literatura consultada sobre Circuito Curto, mesmo que ainda escassa, inscreve os CC no Brasil como um conjunto de iniciativas que contribuem para construir um novo modelo de

desenvolvimento econômico mais humanitário, em oposição às lógicas de industrialização e globalização na circulação e na distribuição de alimentos, por uma parte, e de intensificação e especialização da agricultura, por outra parte (RETIÈRE, 2014).

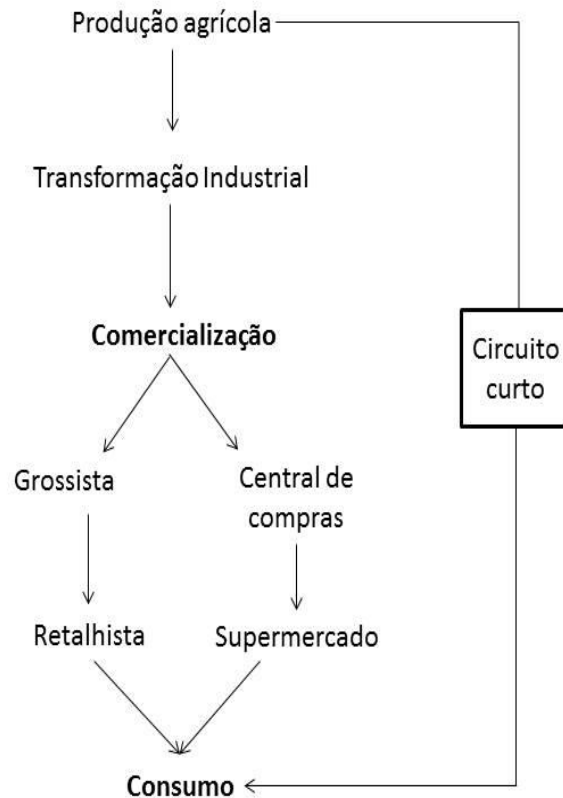
As experiências mais conhecidas de CC no Brasil ocorrem no âmbito da agricultura familiar. Essas experiências procuram realizar a produção e o consumo dentro do mesmo território, o que fortalece o desenvolvimento local, beneficiando a cidade ou região, não se tratando apenas de encurtamento de distâncias, mas também de estruturar uma economia de organizações locais pequenas e médias, que estimulem a circulação de capital, articulem cadeias produtivas, absorvam a mão de obra local, necessitem de pouco capital e utilizem baixa tecnologia, abrindo espaço para que estas iniciativas sejam também empreendimentos populares de maior alcance (CACCIA BAVA, 2015).

A questão da proximidade geográfica estabelece um ponto da maior importância para definir o CC, já que o mesmo se dá pela manifestação das relações de circulação de produtos frescos locais que são comercializados em quantidades proporcionais à produção. E também podem estabelecer redes de comercialização, criação de laços e vínculos de confiança entre produtor/ consumidor e estabelecer novas formas relacionais de governança.

Entretanto, o CC não se restringe a um sistema de distribuição estritamente definido. Existe uma grande variedade nas lógicas seguidas e nos processos observados, nos modos de produção, de circulação e de compra (RETIÈRE, 2014). Podem ocorrer modificações ou até hibridizações nos modos de execução de venda do produtor quanto no modo de aquisição do consumidor, como também nos casos em que há intermediários.

François (2000) apresenta uma proposta sistematizada que indica as distinções entre os circuitos curtos e os circuitos longos de comercialização. A figura 1 evidencia a relação direta entre produtores e consumidores existente no CC.

Figura 1- Distinções entre Circuito Curto e Circuito Longo



Fonte: França (2000, p. 16).

A presente figura visa ilustrar os processos das duas modalidades de comercialização (Circuitos Longos e Curtos), observando-se a primeira etapa, a da produção agrícola (comum aos dois Circuitos). No CL os processos submetidos pelos atravessadores ou intermediários (transformação industrial, comercialização, grossista ou central de compras, chegando ao retalhista ou supermercado) para enfim, chegar ao consumidor final. Por outro lado, o Circuito Curto se inicia na produção agrícola e já passa para o consumo, promovendo o estreitamento dos processos de comercialização e relacional com o consumidor final.

Dentro da modalidade CC, está presente uma série de dispositivos de caráter coletivo ou individual que contam ou não com o compromisso do consumidor e possuem maior ou menor engajamento político (RETIÈRE, 2014), o que ocorre com as feiras de produtores familiares. As feiras geralmente são realizadas por meio de uma parceria entre as prefeituras (poder público local), os produtores e eventualmente contam com a participação de

consumidores e por muitas vezes contam com instituições de fomento à agricultura ecológica (institutos de assessoria técnica, pesquisa, extensão, ONGs e universidades).

Julgou-se interessante pesquisar a origem da palavra feira e verificou-se que vem do latim “feria”, que significa dia santo/feriado, é que deu origem ao termo “feira” em português, “feria” em espanhol ou fair em inglês; elas podem ser compreendidas como o meio mais antigo de relação comercial entre consumidores e produtores (DAROLT, 2012).

As feiras são baseadas num regulamento que exclui atravessadores e valoriza os produtos regionais. A inclusão dos produtores na economia local mostra-se como uma possibilidade realizável, pois demanda uma escala de produção compatível com a do pequeno produtor e exige menores padrões de qualidade em comparação aos circuitos longos. Um dos pilares das unidades produtivas de pequena escala é o trabalho familiar, que tem uma carga intensa e deve aliar diferentes competências (produção, transformação e comercialização) no intuito de diminuir custos e agregar valor aos produtos (DAROLT, 2012).

Os CC constituem-se como mecanismo de obtenção de renda para a agricultura familiar, aumentando as oportunidades para o crescimento de uma produção de qualidade e um mercado justo e solidário. Visto que,

a parceria entre consumidores e produtores na organização de feiras agroecológicas e da economia solidária é uma prática de consumo responsável. Na economia solidária, as feiras constituem importante estratégia de comercialização, combinando espaços de venda direta, trocas solidárias e rodadas de negócios. Além de viabilizar a produção dos bens e serviços comercializados, estes espaços também resgatam relações personalizadas entre produtores e consumidores, favorecendo a fidelidade do consumo de produtos e serviços de origem solidária, e também da produção familiar e agroecológica (MTE, 2013, p.115).

A partir desta perspectiva, a compra em CC é também uma forma de fugir da padronização imposta pelo sistema agroalimentar industrial, que uniformiza modos de vida e direciona o consumo (DAROLT, 2012).

Apesar do acervo de regras e padrões sanitários adotados pela cadeia de circuito longo, episódios de contaminação, excesso de substâncias perigosas e alteração no processo de produção vêm promovendo a demanda por alimentos “naturais” produzidos com respeito ao meio ambiente e ao bem estar social. Portanto, todo esse arcabouço sobre cadeias de circuitos curtos/de proximidade como contraponto aos circuitos longos, estimula investigar se o Circuito Curto como uma expressão recente de Economia Solidária atuando “contra” a economia de mercado, mas inserida nela, resgata princípios basilares de ES e cumpre os objetivos a que se propõe.

III - METODOLOGIA DA PESQUISA

Pretende-se, com este capítulo, apresentar os procedimentos metodológicos entendidos como necessários para a realização da pesquisa. Buscou-se articular o tipo de pesquisa com a forma de coleta de dados assim como os métodos e técnicas aderentes às escolhas metodológicas.

3.1. Tipo de Pesquisa

Quanto à sua natureza, a pesquisa classifica-se como qualitativa dado que, a pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Definiu-se a pesquisa como do tipo analítico e descritivo. De acordo com Gil (1987), as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição de determinadas características da população ou fenômeno e utilizam técnicas padronizadas de coletas de dados como questionários e observações sistemáticas proporcionando uma visão mais abrangente sobre o fenômeno estudado.

O presente estudo está estruturado na construção de um arcabouço teórico focado no objeto de pesquisa, constituindo-se a pesquisa bibliográfica. Utilizou-se de pesquisa documental em que se buscaram registros nessas fontes conforme elencadas adiante. Observou-se a Feira de Agricultura Familiar de Magé e nessas ocasiões os agricultores foram abordados por meio de entrevistas. Isso porque essa Feira congrega agricultores familiares que se percebem envolvidos com atividades de Economia Solidária e na modalidade Circuito Curto de comercialização.

Segundo a definição de Mascarenhas e Dolzani (2008, p.75), a feira livre no Brasil constitui um mercado varejista ao ar livre, de periodicidade semanal, organizada como serviço de utilidade pública e voltada para a distribuição local de produtos alimentícios e produtos básicos.

3.2. Coleta de Dados

A coleta de dados se deu por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa em fontes documentais e pesquisa de campo para realização de entrevistas e observação junto às feiras de agricultores familiares de Magé.

3.2.1. Pesquisa Documental

A pesquisa documental afigura-se à pesquisa bibliográfica, mas não deve ser confundida com esta última; a principal diferença está nas características que a originam dado que

a pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Alguns documentos foram examinados outros serviram de consulta. Os principais foram:

- Regimento Interno da Feira da Agricultura Familiar de Magé de 01 de novembro de 2011.
- Lei nº 2165/2012, que incidi a instalação e funcionamento da FAFM.
- A publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2009, instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, que cria a SENAES no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.
- Decreto nº 8894, de 03 de novembro de 2016, que rebaixa a SENAES para Subsecretaria na nova estrutura do Ministério do Trabalho;
- Documentos da Câmara Municipal de Magé – 2017 (História do Município);
- Documentos da Prefeitura Municipal de Magé – 2017 (História do Município);
- Documentos da EMATER sobre produção agrícola da Baixada Fluminense – 2010.

3.2.2. Abordagem Empírica com Fontes Oraís: Entrevistas e Observação

Para Markoni e Lakatos (2003), compreende-se a entrevista como uma conversação face a face, de forma sistemática e que propicia ao entrevistado obter a informação desejada de forma verbal.

A entrevista, além das informações que se busca apresenta aspectos provenientes de uma conjuntura cultura e social, por isso alguns autores consideram a entrevista como o instrumento por excelência da investigação social. Ainda sobre essa perspectiva:

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (MARKONI; LAKATOS, 2003).

Markoni e Lakatos (2003) destacam que a entrevista é utilizada como instrumento de trabalho nos vários campos das Ciências Sociais e Humanas e também de outros setores de atividades investigativas. Desta forma, durante a fase piloto da pesquisa, foram realizadas 3 (três) entrevistas com agricultores partícipes da Feira da Agricultura Familiar de Magé nos meses de Maio e Junho do ano de 2017, que pertencem à iniciativa da Feira desde o início, sendo estes: o ex-diretor da Associação dos Agricultores de Magé; o atual presidente da COOPAGÉ e uma agricultora familiar componente da Comissão de Organização da FAFM. Nessa fase inicial, o critério utilizado para escolha desses sujeitos além do envolvimento com a temática foi a de acessibilidade.

Teve-se como intuito validar semanticamente o roteiro das entrevistas e, assim, identificar possíveis ajustes e aperfeiçoamento deste na continuidade da pesquisa. Ou seja, verificar se o roteiro permitia alcançar os objetivos específicos e, por conseguinte, o objetivo geral, respondendo, assim, à pergunta de pesquisa.

Após a qualificação da pesquisa, seguiu-se com as entrevistas, envolvendo-se uma gama maior entrevistados, como pode ser observado no Quadro 3. No total, foram nove entrevistados, nos meses de Outubro a Dezembro do ano de 2017.

As entrevistas individuais foram gravadas em áudio, mediante autorização dos entrevistados, por meio do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (ver Apêndice A). As gravações possibilitaram a retomada do conteúdo falado, visto que algumas entrevistas se prolongaram. Tanto os entrevistados quanto a pesquisadora permaneceram cada um com uma cópia assinada do Termo, com o objetivo de resguardar ambas as partes. Acordou-se entre as partes que seria mantido o anonimato da identidade dos sujeitos da pesquisa, caso esse fosse o desejo dos mesmos.

O roteiro das entrevistas foi elaborado com base nas questões norteadoras da pesquisa, elaboradas com base no arcabouço teórico, fontes documentais e na experiência obtida com a pesquisa piloto.

3.3. Observação Participante

Segundo Minayo (1993), a técnica de observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos.

Assim a observação participante como uma forma de captar a realidade empírica é considerada pela autora como a mais antiga e ao mesmo tempo a mais moderna das técnicas de pesquisa, sendo que, para que se torne válida e fidedigna requer planejamento ao que observar e como observar.

Para Minayo (1993), a observação participante tem origem na antropologia e na sociologia e é geralmente utilizada na pesquisa qualitativa para coleta de dados em situações em que as pessoas se encontram desenvolvendo atividades em seus cenários particulares, permitindo examinar a realidade social. Nesse sentido, a pesquisadora, autora desta dissertação, conviveu, mesmo que por breve período com os agricultores durante as feiras, observou sua organização e interações sociais nesse ambiente. Portanto a observação foi de vital importância como uma das técnicas de coletas de dados no presente estudo, devido à possibilidade que oferece de se captar uma variedade de situações às quais não se teria acesso somente por meio de perguntas realizadas aos produtores.

Na fase de familiarização com a FAFM, a pesquisadora apresentava-se com as perguntas norteadoras em seu diário de campo e para que a observação fosse efetuada de modo a atingir os propósitos da pesquisa. Dentre as técnicas de observação existentes, optou-se pela observação participante, com o propósito de facilitar o entendimento do comportamento dos indivíduos. Esse tipo de observação ocorreu quando a pesquisadora estava presente fisicamente, monitorando os acontecimentos. Ressaltando-se como vantagem sua flexibilidade, visto que a técnica permite registrar os eventos assim que ocorrem. Já que a pesquisadora também é livre para trocar de lugar, mudar o foco das observações ou concentrar-se em fatos inesperados, além de permitir a comparação entre as informações recebidas das pessoas pesquisadas e a própria realidade.

Por outro lado, não podemos creditar total confiança às nossas percepções e impressões sensoriais, pois, vez por outra, podemos ser conduzidos a tirar conclusões precipitadas (COOPER; SCHINDLER, 2003). A preocupação com os princípios éticos esteve presente durante todo o desenvolvimento do trabalho de campo, procurando proteger o direito dos indivíduos envolvidos.

3.3. Sujeitos da pesquisa

Para que uma pesquisa qualitativa seja realizada, torna-se primordial a seleção dos sujeitos, que são definidos de acordo com critérios estabelecidos levando em consideração, no caso em pauta, o seu envolvimento com a FAFM. De acordo com Minayo (1993), uma amostra ideal em pesquisa qualitativa não atende a critérios numéricos, mas é aquela que reflete as múltiplas dimensões da totalidade.

Segundo os autores Markoni e Lacatos (2004), não existe um procedimento rígido de seleção dos entrevistados, nas investigações qualitativas, ficando a critério da sensibilidade do pesquisador e da sua imaginação social científica para realizar a seleção dos respondentes.

Portanto, a escolha dos sujeitos seguiu esses pressupostos além de que se julgou importante considerar a vivência destes com tema da pesquisa e assim, o conhecimento adquirido com essa vivência, o que poderia consequentemente ser compartilhado com a pesquisadora.

Nesse sentido, selecionaram-se os produtores familiares partícipes da Feira da Agricultura Familiar conforme o Quadro 3.

Quadro 3 – Sujeitos da Pesquisa

Sujeitos da Pesquisa	Razões para a escolha dos sujeitos
Entrevistado nº 1	Ex-diretor da Cooperativa do Produtores Agrícolas de Magé, ex- membro da Comissão de organização da FAFM e partícipe da FAFM desde o início.
Entrevistada nº 2	Membro da Comissão de organização da FAFM e partícipe da FAFM desde o início.
Entrevistado nº 3	Atual diretor da Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Magé e partícipe da FAFM desde o início.
Entrevistado nº4	Partícipe da FAFM desde o início.
Entrevistado nº 5	Partícipe da FAFM desde o início.
Entrevistada nº 6	Partícipe da FAFM desde o início.
Entrevistado nº7	Partícipe da FAFM desde o início.
Entrevistado nº 8	Partícipe da FAFM desde o início.
Entrevistada nº 9	Partícipe da FAFM desde o início.

3.3.1 Questões Norteadoras das Entrevistas

Para se chegar à formulação do roteiro semiestruturado de perguntas a serem dirigidas aos sujeitos, elaboraram-se, previamente questões norteadoras da pesquisa, que já se havia pensado desde a fase da pesquisa piloto, cujo objetivo foi auxiliar na realização das entrevistas. Essas questões foram elaboradas à luz do referencial teórico e da construção das categorias de análise. A partir das questões norteadoras o roteiro foi elaborado, conforme apresentado no Quadro 4. Pretendeu-se, com as respostas dos sujeitos selecionados, atingir o objetivo geral e os específicos da pesquisa.

Quadro 4 - Questões Norteadoras e Roteiro de Perguntas

Objetivos Específicos	Questões Norteadoras	Roteiro de Perguntas
Caracterizar a Feira da Agricultura Familiar do Município de Magé	Como se formou a Feira da Agricultura Familiar de Magé	1. Qual foi a motivação para que a feira fosse criada? 2. Como os agricultores se relacionavam antes da criação da feira? 3. O que se queria mudar?
Caracterizar a Feira da Agricultura Familiar do Município de Magé	Como ocorreu a organização dos agricultores familiares em função da Feira da Agricultura Familiar de Magé	1. Como os agricultores se organizaram? 2. O que era discutido nos encontros? 3. Qual é seu papel na organização dos agricultores? 4. Qual o seu papel na organização da feira?
Buscar o entendimento dos agricultores das mudanças sociais, culturais, ambientais e econômicas percebidas com a prática da Economia Solidária em relação às trocas coletivas desenvolvidas por eles.	Quais os princípios que regem o trabalho dos produtores	1. Quais os princípios que os agricultores defendem? 2. Quais as questões mais recorrentes e polêmicas apresentadas nas reuniões dos agricultores?
Investigar as manifestações de Economia Solidária no grupo dos agricultores familiares partícipes da Feira da	Como ocorre o processo de decisão quanto à produção e distribuição ao consumidor	1. Quem decide sobre como a produção será escoada? 2. Como vendem ou escoam a produção – apenas na feira ou outros locais? 3. Como os agricultores veem o fator de proximidade com o consumidor

Agricultura Familiar de Magé para o enfrentamento da situação social e econômica em que se encontram.		proporcionado pela feira?
Buscar o entendimento dos agricultores das mudanças sociais, culturais, ambientais e econômicas percebidas com a prática da Economia Solidária em relação às trocas coletivas desenvolvidas por eles.	Que mudanças ocorreram na vida e no trabalho dos agricultores após a sua inserção na rede de Circuito Curto de comercialização	<ol style="list-style-type: none"> 1. Que mudanças sociais foram sentidas pelos agricultores com a sua nova organização? 2. Que mudanças foram percebidas pelos agricultores com a Feira da Agricultura Familiar? 3. E no aspecto financeiro? 4. De que forma os outros agentes ajudaram nas mudanças? 5. Que laços estão sendo construindo entre os agricultores e entre estes e o local?
Analisar o impacto da política social (Economia Solidária) como uma política pública na vida dos agricultores.	Quais as vantagens de interagir direto com o consumidor na feira	<ol style="list-style-type: none"> 1. Você acredita que a feira é uma alternativa de trabalho? Explique. 2. É uma forma de resistência ao sistema econômico dominante? Explique.

3.4. Tratamento e Análise dos Dados

A análise de dados empíricos deu-se através da análise de conteúdo nos moldes de Bardin (1977) que se tornou uma referência no que tange aos métodos e técnicas de análise nas Ciências Sociais Aplicadas e com destaque, na Área da Administração.

A análise de conteúdo compõe-se de um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência e conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977).

Acredita-se que essa abordagem de análise seja adequada para o objeto de pesquisa visto que, é um trabalho que visa investigar a visão intrínseca dos sujeitos envolvidos no movimento de Economia Solidária em suas expressões recentes.

O processo de análise de conteúdo elaborado por Bardin (1977) segue as seguintes etapas:

- a. Pré-análise: Que seria o primeiro contato com os documentos denominado pela autora como "leitura flutuante", visando à formulação das primeiras hipóteses, objetivos do trabalho e as questões norteadoras. Simultaneamente, nesta etapa ocorre a definição do *corpus* de pesquisa e a escolha dos índices, os quais surgirão das questões norteadoras ou das hipóteses, a serem organizados em indicadores.
- b. Exploração do material: Que se dá por meio da codificação dos dados brutos e que se divide em três etapas de codificação, as quais são: a escolha de unidades de registro (recorte) que consiste em escolher as unidades de significação a codificar. A segunda etapa de codificação é seleção de regras de contagem (enumeração) - a presença ou a ausência de elementos podem ser significativas, assim como a frequência de uma unidade de registro, sua intensidade, direção, ordem da aparição e situações de ocorrência. E por último, a escolha de categorias e eventuais subcategorias (por classificação e agregação) que são definidas como formas gerais de conceito, reflexos da realidade, sínteses do saber e que devem ser exclusivas, homogêneas e pertinentes.
- c. O tratamento dos resultados - os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos. Assim, o pesquisador, tendo à sua disposição esses resultados, poderá propor inferências e adiantar interpretações com base nos objetivos definidos ou que estejam relacionados a descobertas inesperadas. Nessa fase, ocorre a condensação, que é o momento da intuição e do destaque das informações para análise reflexiva e crítica, de modo que se atinja mais interpretações inferenciais (BARDIN, 1977).

3.5. Categorias de Análise da Pesquisa

Muitas experiências de pesquisa qualitativa organizam seus métodos por categorias. Na análise de conteúdo as categorias podem ser consideradas classes que reúnem um grupo de elementos em virtude de características que possuem em comum, permitindo reunir um número maior de informações por conta de uma esquematização e desta maneira, relacionar a classe de fenômenos a fim de ordená-los. Conforme Silva; Fossá (2013), consiste no desmembramento do texto em categoriais agrupadas analogicamente. A opção pela análise

categorial se respalda no fato de que é a melhor alternativa quando se quer estudar valores, opiniões, atitudes e crenças, através de dados qualitativos.

A pesquisadora se apropriando do conhecimento teórico, definiu as categorias de análise *a priori*, porém após a qualificação por sugestão da banca, as categorias de análise foram redefinidas baseadas na literatura especializada da tipologia do Circuito Curto as quais serviram de norte à pesquisa empírica realizada.

Nesse sentido utilizamos a perspectiva multidimensional de Caccia Bava (2015) para caracterizar e classificar as categorias de análise da presente pesquisa.

Quadro 5 - Categorias de Análise da Pesquisa

Categorias	Definição teórica
Dimensão econômica	Perspectiva dos agentes envolvidos em relação às melhorias econômicas.
Dimensão sociocultural	Valores ligados à identidade e ao patrimônio fundamentam e reforçam o processo de desenvolvimento local.
Dimensão político-administrativa	Aspectos relacionados à participação dos governos/ instituições locais, e outras entidades envolvidas.

Fonte: Elaboração própria a partir de Caccia Bava (2015).

Com relação às subcategorias, estas foram definidas a partir das entrevistas, onde foram extraídos os principais relatos dos sujeitos da pesquisa. Mais à frente, na análise dos dados empíricos (Item 4.2), serão apresentadas as categorias analíticas emergentes.

IV- RESULTADOS E DISCUSSÃO

ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

No presente capítulo são registrados dados da pesquisa que reúnem fontes documentais acessadas, elementos provenientes da observação participante e das entrevistas com os sujeitos selecionados, envolvidos com a Feira de Agricultores Familiares de Magé e suas conexões com a pesquisa bibliográfica.

4.1. Análise de Dados da Pesquisa Documental

4.1.1 Caracterização do Município de Magé

Magé, fundado em 1565 no povoado de Majepemirim por colonos portugueses, foi um dos primeiros municípios surgidos após o descobrimento do Brasil. O município possuía grande importância durante o Segundo Império, já que em suas terras foi construída a primeira estrada de ferro da América do Sul, inaugurada em 1854 (PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGÉ, 2017). Após a abolição da escravatura, houve relevante êxodo rural, o que ocasionou uma considerável crise econômica. Esse fato, aliado à insalubridade da região, fez com que desaparecessem as grandes plantações, ocasionando o abandono das terras e obstrução dos rios que cortam a baixada do território de Magé. Daí se deu um forte surto de malária, que reduziu a população da localidade e estagnou por décadas o desenvolvimento econômico da região (CÂMARA MUNICIPAL DE MAGÉ, 2017). Em 1696, foi institucionalizada a denominação de Magé, o qual teve seu território composto por terras desmembradas do município de Santana de Macacu e da cidade do Rio de Janeiro. Em 1789, elevada à categoria de vila, obtendo assim sua emancipação. Por efeito da Lei ou Decreto Provincial 965, de 2 de Outubro de 1857 foi elevado á condição de cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGÉ, 2017).

Devido à sua proximidade com outras cidades, Magé recebeu um estímulo ao desenvolvimento no século XX, por meio de implantações de várias indústrias, principalmente no setor têxtil. Em 1992, Guapimirim, então terceiro distrito de Magé, adquire sua autonomia com redução expressiva do território mageense (PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGÉ, 2017). Localizado na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, Magé pode ser considerado o maior produtor agrícola da Baixada Fluminense. Visto que, a cidade

do Rio de Janeiro compra 90% do que consome do município de Magé (EMATER, 2010), o que faz com que o Poder Público promova grande incentivo à promoção da vocação rural da localidade. A população de 2010 era de 227.322 habitantes, tendo como estimativa para o ano de 2015 o número de 236.319 e a área da unidade territorial de 388.496 km² (IBGE, 2016), apresentando características exclusivamente agrícolas, que abrange 75,9 km² do total do território municipal. O município é constituído de cinco distritos, permanecendo essa divisão territorial desde 2007: Santo Aleixo, Guapimirim, Suruí, Guia de Pacobaíba e Inhomirim.

4.1.2. Feira da Agricultura Familiar de Magé

A Feira da Agricultura Familiar de Magé (FAM) foi inaugurada no dia 28 de julho de 2012 no bairro de Piabetá (pertencente ao distrito de Inhomirim) em Magé. Foi uma iniciativa conjunta entre a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Agricultura, Emater-Magé e da ONG Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), atendendo a uma demanda apresentada pela Cooperativa dos Produtores Rurais de Magé (COOPEMAGÉ) e pela Associação de Produtores Rurais de Magé (AS-PTA, 2012).

Os municípios de Magé, Nova Iguaçu, Japeri foram selecionados para o Convênio 198/2009 do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), cujo objetivo é o apoio à agricultura urbana e periurbana na região metropolitana no estado do Rio de Janeiro, fortalecendo os sistemas locais de produção e abastecimento de alimentos, com ações de formação, assistência técnica, fomento e monitoramento dentro dos princípios da Economia Solidária e Agroecologia. O convênio supracitado reitera a presente experiência da Feira como uma forma de ES.

Várias ações de fomento à produção e comercialização local foram iniciadas a partir daí, para atender as características rurais de Magé, que possui cerca de 1640 estabelecimentos agrícolas, sendo 90% deles com áreas inferiores a 20 hectares, o que segundo a EMATER as definem como áreas de exploração da agricultura familiar (MDS/EMATER-RIO, 2011).

Antes da realização do convênio, os agricultores não conseguiam escoar toda sua produção na localidade; direcionavam tanto para a Central de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (CEASA) ou acabavam contando com a presença de atravessadores, o que não lhes proporcionava o ganho econômico devido e acarretava na não utilização da totalidade de suas terras. A Feira, por sua vez, segundo o técnico da EMATER contatado, fez com que a produção passasse a ser totalmente escoada para a Feira.

Entre os principais produtos cultivados e vendidos pela FAFM destacam-se legumes, verduras e frutas como a banana, aipim, milho, inhame, batata, batata doce, hortaliças, mamão, pimenta, quiabo e jiló (AS-PTA, 2012). As famílias também disponibilizam mudas, plantas ornamentais e medicinais e outros produtos oriundos da produção local como doces caseiros, temperos, sabonetes e alimentos prontos para o consumo diretamente das mãos dos produtores¹³.

O mencionado convênio forneceu barracas e balanças para a realização da Feira da Agricultura Familiar de Magé, entre outros equipamentos e uma verba de extensão rural para fornecimento de cursos de capacitação, por exemplo, para os feirantes (como atuar na feira, regulação sanitária, entre outros).

A estrutura das barracas é composta por material capaz de suportar as intempéries e os esforços do peso dos produtos a serem comercializados, com saia e cobertura de lona plástica, tendo o nome dos órgãos financiadores e parceiros impressos na área frontal da cobertura e as balanças são digitais alimentadas por bateria.

São utilizadas barracas padronizadas e os produtos comercializados são todos provenientes da agricultura familiar. A cidade possui uma população aproximada de 900 agricultores, sendo grande produtora de alimentos para o próprio município e para a Região Metropolitana (PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGÉ, 2012).

A FAFM é uma organização comercial de produtores cujo propósito é eliminar os atravessadores convencionais que nesta transação (circuitos longos) são os que mais lucram, constituindo um exemplo de comercialização temporária que foge ao esquema usual de distribuição dos outros programas comerciais – como supermercados, sacolões, feira livre e mercados, assim como documentado no Convênio 198/09-MDS.

O local escolhido para realização da Feira também é utilizado por empreendimentos comerciais locais como lojas, mercado, restaurante, bares, entre outros, o que para os entrevistados torna a Feira um evento integrado a outras atividades locais.

A seguir apresentam-se alguns registros fotográficos de autoria da pesquisadora em movimentos da FAFM que foram realizados no período de observação participante, que durou cerca de três meses (Outubro, Novembro e Dezembro do ano de 2017), o qual a pesquisadora circulava livremente pelas áreas da FAFM, assim como fazia as refeições nas adjacências da feira, podendo observar o relacionamento interpessoal estabelecido. A observação foi

¹³ Art. 2º. Lei Nº 2165/2012 diz: As Feiras da agricultura familiar destinam-se a promoção de venda, preferencialmente a varejo, de frutas, legumes, hortaliças em geral, produtos da lavoura e derivados, aves, pescados, ovos, mel, rapadura, flores, plantas ornamentais, artesanato e gêneros da Agroindústria caseira, produzidos exclusivamente por Agricultores rurais familiares.

utilizada para facilitar a obtenção de dados a respeito das crenças sobre as quais os indivíduos não têm consciências, mas que, de certa forma servem como ponto de orientação comportamental. Por meio desta técnica, objetivou-se captar os aspectos descritivos e analíticos, para perceber a consistências ou não, entre o discurso e a prática dos sujeitos. A escolha da presente técnica segundo Silva e Fossá (2013), permite a obtenção de dados adicionais para a complementação de informações.

Além do uso de fotografias que, conforme Oliveira *et al* (2003), enquanto documento serve para provar ou atestar discussões, projetos de pesquisas é necessário e de grande valor, senão essencial. Ainda como Oliveira *et al* (1993), a documentação histórica precisa ser variada, pois cada uma das fontes desde os tradicionais documentos administrativos, até os depoimentos da história oral, tem vieses específicos e exprime, na maior parte das vezes, um aspecto limitado da questão focalizada pelo pesquisador. Portanto, a técnica de observação participante e o uso de fotografias são fonte de dados complementares.





A FAFM funciona todos os sábados impreterivelmente de 07h00min as 14h00min horas alinhada com o horário de comercialização dos estabelecimentos da localidade.

A área selecionada pelos agricultores não possui fachada de residências e durante a realização da Feira as lojas existentes são respeitadas, não obstruindo a visibilidade dos produtos expostos e suas entradas supostamente.

A FAFM possui um Regimento Interno¹⁴ que contém regras e critérios definidos para sua manutenção e realização das atividades de comercialização desenvolvidas.

O agricultor, para participar da Feira deverá atender os seguintes pré-requisitos, conforme Capítulo III, art.3º do Regimento:

- a. Ser agricultor familiar ou pequeno produtor rural ou periurbano no município de Magé, ou executar produtos processados de transformação;
- b. Aceitar ser inspecionado pela Coordenação da FAFM ou por técnico da EMATER-RIO, ou técnico da SMDEA e ter o compromisso de atender a todas as recomendações e melhorias solicitadas (MAGÉ, 2011).

¹⁴ O Regimento Interno da Feira de Agricultura de Magé na íntegra encontra-se nos Anexos do presente trabalho.

Atualmente, a FAFM conta com 25 produtores e suas famílias, envolvidos com a divulgação e o fortalecimento da agricultura familiar e inspecionados por uma Comissão de Coordenação.

A Comissão de Coordenação da Feira se encarrega, segundo o Capítulo V, art.8º de seu Regimento Interno:

de acompanhar e organizar o cotidiano da feira, receber contribuições, sugestões do Grupo de feirantes a este Regimento Interno, a ações de aprimoramento quanto à ética, a qualidade dos produtos, técnicas de produção, análise de custos, incorporação do espírito associativista e de preservação ambiental (MAGÉ, 2011).

A Feira da Agricultura Familiar de Magé possui uma coordenação formada por três segmentos:

- a) Agricultores (três representantes);
- b) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Agricultura de Magé – SMDEA (um representante)
- c) EMATER – Rio (um representante).

A Comissão de Coordenação possui mandato de um ano podendo ocorrer reeleição. O segmento “agricultores” é eleito pelo conjunto maior de agricultores, e os da SMDEA e da EMATER, pelas suas próprias instituições. A Coordenação e os demais agricultores participantes da Feira se reúnem na última segunda feira a cada três meses, e em casos extraordinários, sempre que for necessário, para avaliar e dirimir conflitos e receber sugestões, encaminhar propostas de melhorias e discutir assuntos de interesse geral dos participantes. Cada agricultor participante tem direito a voto e também pode ser votado. Em relação às mercadorias, os preços são estipulados e praticados de forma livre.

Assim, como consta no Art 10º do Regimento, entre as inúmeras competências da Coordenação destacam-se as seguintes:

1. Receber sugestões e críticas relacionadas ao funcionamento da Feira.
2. Buscar recursos junto a órgãos públicos ou iniciativa privada para a manutenção da estrutura e serviços necessários ao bom andamento da Feira.
3. Administrar bens de uso comum.
4. Buscar junto a órgãos públicos ou iniciativa privada a realização de eventos de capacitação necessários à melhoria da Feira.

5. Estabelecer, na reunião dos agricultores feirantes, valor da taxa que possa cobrir os custos com as despesas para conservação, manutenção, guarda de material da estrutura permanente ou de serviços da Feira.
6. Executar as decisões tomadas coletivamente.
7. Realizar a Gestão do Fundo de Reserva.
8. Apresentar anualmente em assembleia geral ordinária o balancete financeiro do fundo de reserva.
9. Marcar e convocar as assembleias ordinárias e extraordinárias, definindo o local, hora e pauta de discussão.

Além desta Comissão, existe uma equipe de produtores que é responsável pelo recolhimento da taxa mensal (no valor de R\$10,00) dos agricultores envolvidos, cujo saldo em caixa é responsável pela manutenção das barracas e/ou para o surgimento de qualquer imprevisto financeiro que envolva a FAFM.

No que tange sua institucionalidade, em 2012, por iniciativa dos produtores foi enviado ao Poder Legislativo um projeto de Lei que fundamentiza a Feira da Agricultura Familiar de Magé como a primeira Feira regulamentada do Brasil; essa Lei de nº2165 institui a Feira e impede qualquer gestão política futura de modificá-la ou acabar com a mesma, garantindo sua perpetuidade.

Tal Lei foi sancionada pelo então Prefeito Nestor Vidal Neto no dia 01 de Junho de 2012; nela consta os procedimentos de controle de operação e de manutenção da Feira junto ao Poder Público, o qual passa a ter a função de fiscalização de infrações e acompanhar a presença mensal dos agricultores rurais familiares.

Na Sessão VI, da respectiva Lei Nº 2165/2012 contém as obrigações que devem ser seguidas pelos agricultores feirantes para que continuem comercializando na FAFM, os quais são:

Art. 37. O feirante deverá manter a oferta regular de seus produtos, conforme relacionados à permissão no art. 2º desta lei, otimizando sua produção com o mínimo de substâncias químicas;

Art. 38. Depois de descarregados os produtos pelos feirantes no local da feira, os veículos deverão ser imediatamente retirados para outro local, desimpedindo o recinto, até no máximo 9 (nove) horas.

Art. 39. O feirante produtor rural familiar, fica responsável a estabelecer sua barraca pelo menos 02 (duas) vezes num período de 30 (trinta) dias, salvo motivo justificável, ou feirante cadastrado como participação sazonal;

Parágrafo Único – O órgão representativo dos Agricultores rurais familiares participantes na feira ficará responsável em constar à presença e frequência

dos feirantes e encaminhar mensalmente ao órgão Municipal responsável pela coordenação da feira (MAGÉ, 2012).

Apesar de todos os cuidados ecológicos existentes na iniciativa, como demonstrado no Artigo 37 da Lei acima supracitada, a agricultura do município é marcada, em alguns casos, ainda pelo uso de insumos agrícolas não recomendados. Nesse sentido, buscando realizar uma agricultura em bases agroecológicas, um grupo de agricultores constituiu, com o apoio da Associação dos Produtores Biológicos do Rio de Janeiro (ABIO), um sistema de certificação orgânica participativa (AS-PTA, 2012), que consiste no mecanismo de auxiliar quem já possui a certificação, fiscaliza e auxilia quem deseja obter a mesma. Contudo, a maioria dos agricultores familiares partícipes da FAFM ainda não está habilitada a receber essa certificação orgânica.

A FAFM têm se constituído num ambiente oportuno para mediar a relação entre agricultores e consumidores, dessa forma, no mês de agosto do ano de 2016 a mesma feira passou a ser reproduzida no calçadão do Centro de Magé às quartas feiras e não somente aos sábados no bairro de Piabetá.

Apesar das dificuldades encontradas pela FAFM com as atuais políticas governamentais desfocadas das políticas sociais como a da ES, em agosto de 2017, o município de Magé participou do evento de abertura do Plano Safra 2017/2018 e da entrega do certificado do SIPAF (Selo de Participação da Agricultura Familiar)¹⁵ aos produtores da agricultura familiar de Magé.

O evento foi realizado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro que tem se envolvido com a agricultura familiar na Baixada Fluminense e em particular, no município de Seropédica e contou com a presença de autoridades de Magé e também de órgãos federais¹⁶,

¹⁵ O SIPAF foi criado pela portaria do então MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) nº 45, de 28 de julho de 2009, buscando identificar os produtos oriundos da agricultura familiar. O Selo visa a identificação, no produto, da procedência do mesmo vinculado à agricultura familiar perante os consumidores; dessa forma, informando e divulgando a presença deste tipo de produção de alimentos e serviços de base familiar. Foi criada nova portaria do Selo SIPAF, nº 129, em 7 de março de 2018. De acordo com a nova portaria o SIPAF passa a ter validade de dois anos e não mais de cinco, como determinava a portaria nº 7, de 2012. Para adquirir o selo, os interessados fazem a solicitação junto SEAD (Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário), antigo MDA, órgão responsável pela emissão dos selos.

¹⁶ Entre as autoridades envolvidas estavam: o Prefeito de Magé Rafael Tubarão, o secretário de Agricultura Sustentável de Magé Miro Amorim, João Victor Família secretário da Agricultura Sustentável de Magé, a delegada Federal da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e Reforma Agrária Danielle Barros, o secretário federal da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário José Ricardo, o magnífico reitor da Rural Ricardo Barbara, a Mayume Sone presidente do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro, entre outras autoridades. <http://mage.rj.gov.br/produtos-de-mage-terao-selo-da-agricultura-familiar/>

Alguns produtores rurais do município de Magé ganharam o selo (PREFEITURA DE MAGÉ, 2017).

4.2. Análise de Dados Empíricos – Entrevistas

Na presente subseção é apresentada a análise das entrevistas individuais, que foram realizadas com os sujeitos de pesquisa, previamente definidos, conforme a metodologia da pesquisa, entrevistas estas que seguiram um roteiro semiestruturado, orientado pelas questões norteadoras do estudo.

Durante a fase piloto foram realizadas três entrevistas nos meses de maio-junho/2017 com três sujeitos da pesquisa, de forma a se validar o roteiro de entrevistas, o que foi muito proveitoso, pois, após a fase inicial e também recomendado pela banca do exame de qualificação alguns ajustes no roteiro e também nas categorias de análise foram necessárias. Isso veio dar corpo e maior consistência à pesquisa de campo e maior foco para responder à pergunta de pesquisa: **que expressões atuais de Economia Solidária têm sido apropriadas por um grupo de agricultores familiares, como capazes de contribuir na busca de soluções para a sua situação de desproteção de políticas sociais?**

Após a qualificação do projeto, retornou-se a campo para dar prosseguimento às entrevistas com os sujeitos selecionados, decidindo-se como apropriado a apresentação desses dados por meio das categorias de análise da pesquisa.

Com esse intuito, foram realizadas no total, nove entrevistas semiestruturadas com os sujeitos de pesquisa os quais foram previamente selecionados, conforme se observa no capítulo da metodologia.

Os sujeitos de pesquisa foram selecionados de acordo com o seu conhecimento e envolvimento com as atividades realizadas pela FAFM. Todavia ressalta-se que o critério de acessibilidade foi considerado essencial na seleção final dos sujeitos. A partir da metodologia definida anteriormente, a análise dos dados empíricos se pautou na análise de dados, nos moldes de Bardin (1977), abrangendo três categorias: Dimensão econômica, Dimensão sociocultural e Dimensão político-administrativa (Caccia Bava, 2015).

Tais categorias foram confirmadas de acordo com a análise dos dados. Das categorias, surgiram subcategorias extraídas de relatos dos sujeitos escolhidos na investigação.

Em alinhamento à abordagem, as definições teóricas das categorias norteiam a interpretação do conteúdo dos dados coletados a partir das entrevistas com os sujeitos de

pesquisa. Dentre as três categorias definidas, destacam-se subcategorias, algumas das quais emergiram no decorrer das entrevistas, como demonstrado no quadro que segue:

Quadro 6 - Categorias e Subcategorias Analíticas

Categorias Analíticas	Subcategorias
Dimensão econômica	a) Criação de oportunidades para atores locais b) Produção e Comercialização em menor escala de alimentos e a organização da FAFM
Dimensão sociocultural	c) Sustentabilidade socioeconômica d) Relações sociais de benefício mútuo: produtor x consumidor
Dimensão político administrativa	e) Fomento e apoio governamental e não governamental f) Circuito Curto: Uma perspectiva de desenvolvimento “contracíclico”

Fonte: Elaboração própria a partir de Caccia Bava (2015) e dos dados empíricos.

4.2.2 Categoria de Análise: Dimensão Econômica

Perspectiva dos agentes envolvidos em relação às melhorias econômicas (CACCIABAVA, 2015).

A primeira categoria de análise tem como objetivo identificar o que os entrevistados consideram como progressos na perspectiva econômica e o que de fato se modificou nesse aspecto, após o acontecimento da FAFM, além das dificuldades encontradas para a participação dos agricultores de um sistema econômico que se possui princípios que se contrapõe à lógica do capitalismo hegemônico.

a) Subcategoria: Criação de oportunidades para atores locais

Questionados sobre as oportunidades que surgiram no aspecto econômico, com a criação da Feira, um dos entrevistados revela uma experiência que ilustra o sentimento de ter progredido:

O negócio melhorou e foi muito sabe? 500%! Pra você ter ideia no início, o colega começou levando mercadoria com bicicleta, ele anda mais de 10km de bicicleta, saía de madrugada, agora ele tirou carteira de motorista, comprou um fusquinha e agora já comprou uma uno, entendeu? (...) a vida mudou e mudou muito (...) (Entrevistado 1).

Antes da realização do convênio, os agricultores não conseguiam escoar toda sua produção na localidade; direcionavam-na para a Central de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (CEASA) ou se tornavam dependentes de atravessadores, o que não lhes proporcionava o ganho econômico devido e acarretava na não utilização da totalidade de suas terras. Nesse sentido, a fala do entrevistado abaixo acena para uma mudança desse cenário:

Às vezes tinha muita terra improdutiva que a gente não conseguia plantar por falta de dinheiro (...), de capital né? E com isso (a Feira), tiramos o lucro das mãos dos atravessadores (...) além de que a gente não conseguia aumentar a produção porque a gente não tinha dinheiro, tudo isso por conta de falta de capital, falta de dinheiro (Entrevistado 3).

Tal sentimento também se confirma na fala do depoente a seguir:

Melhorou muito, o lucro agora é todo na nossa mão... A maioria da nossa mercadoria era na mão de atravessador e eles é que negociavam as nossas mercadorias no escuro, a gente não sabia pra onde ia, por quanto eles vendiam e por aí vai (...) (Entrevistado 7).

Foi também identificada uma percepção positiva dos entrevistados quanto ao aspecto financeiro com a diversificação da produção, já que, com o aumento das vendas, os agricultores passaram a ter capital de giro para poder ofertar maior variedade de mercadorias, o que também se apresenta como um dos estímulos e recomendações do próprio Regimento da FAFM para participar e se manter na FAFM:

a gente planta um pouquinho de cada coisa pra ter diversidade na banca...eu vendo mais pra feira agora, porque antes eu vendia pra atravessador, os camelô né? Mas agora com a feira a gente planta cinco carreira de batata esses mês e dividimos o terreno pra sempre ter variedade de coisas... agora não produzo só batata, produzo jiló, inhame, batata doce, cará, quiabo, depois disso (feira) fui incentivado a produzir galinha caipira, aí tenho uma produção de ovos e foi a feira que fez isso...me fez diversificar (...) (Entrevistado 7).

Apesar dos depoentes não identificarem o circuito curto como um conceito, todos acreditam na sua capacidade de gerar melhor e maior produção diversificada, o que veio contribuir para o desenvolvimento da agricultura local; ao fortalecer a prática do circuito curto de produção e consumo, os produtores parecem se sentir parte da construção de um projeto de desenvolvimento local coletivo.

Diante da realidade da agricultura familiar de Magé, o circuito curto de comercialização é considerado uma alternativa importante e que tende a crescer dado que, a venda direta dos produtos pelos pequenos agricultores, representa uma estratégia de desenvolvimento econômico e social e também de sobrevivência, gerando ganhos sociais e econômicos face à dificuldade de comercialização e escoamento de produtos na região. As palavras do entrevistado, a seguir, apontam para alguns desses aspectos:

Eu acho que é o melhor pra gente (...) só vejo grandes chances de crescimento, mais agricultores (...) mais produção (...) mais cliente, não tenho nada a reclamar. A feira mudou muito minha realidade de vida (...). Antes da feira, a produção era escassa e o pouco que tinha era vendido sem margem de lucro para o CEASA, para o sacolão, para o mercado, os camelôs e outros atravessadores né? Fora que eu cheguei até a vender uma parte da minha propriedade para poder pagar conta porque eu não via dinheiro né? Era gasto com freteiro, aluguel de carro, tudo isso a gente pagava (Entrevistado 3).

A assimilação dos agricultores familiares nos circuitos curtos de produção e venda tem influência direta das instituições e associações que contribuíram na construção da feira e que continuam a fortalecer e estimular esta modalidade de economia. Por outro lado, a estratégia de inserção desses trabalhadores em mercados, encontrada pela agricultura familiar corresponde à identificação e valorização de mercados locais através de venda direta ao consumidor sem a presença de intermediários.

b) Subcategoria: Produção e comercialização em menor escala de alimentos e a organização da FAFM

Os estudos sobre os circuitos curtos apontam que, de um modo geral estes têm promovido, além das práticas agrícolas, também atividades não agrícolas como o artesanato, processados, marcenaria, entre outros, agregando às dinâmicas locais de desenvolvimento e potencializando a base de recursos através da diversificação produtiva e de renda. Isso implica

no reconhecimento do papel de agricultor enquanto sujeito social, incorporando novas atividades – pluriatividade – no espaço e no fomento ao desenvolvimento rural.

O Circuito Curto de comercialização que vem orientando as práticas na Feira dos Agricultores em estudo, vem provocando uma nova organização desses agricultores que passaram a interagir direto com quem vai adquirir seus produtos, além de gerar mudanças nos ganhos econômicos. A fala do depoente, a seguir, expressa de certa forma essa situação, porem mais focado no aspecto da comercialização:

Antes da Feira não tinha excesso (de produção) porque você tinha mercado pra vender, só que você não vendia direto (...) o preço ele é menor né? Você vindo pra Feira o lucro é maior (...) a gente pega e traz um pouco de mercadoria (...), mas tem um valor significativo de ganho, a gente não tem o atravessador, então o que o atravessador ganhava, ganhamos nós (Entrevistado 7).

Nota-se também, que um dos principais desafios para os agricultores familiares da FAFM é a definição dos preços das mercadorias, de forma a manter certa padronização. Por isso, se baseiam em alguns fatores como: custos da produção, preço de mercado ou processo de negociação juntos aos demais participantes. Porém, a adoção dessas padronizações é opcional, visto que cada agricultor possui livre autonomia para a definição dos preços.

Além desses desafios, quando abordados sobre os princípios que orientam os agricultores, foi ressaltado como um ponto em comum, a valorização da produção de cada família e também a possibilidade de variar os produtos ofertando mercadorias de outras famílias que se solidarizam para ajudar a família vizinha, obedecendo às regras acordadas entre eles, como observado na seguinte fala:

O princípio que a gente defende é tá...só trazendo pra feira produto da agricultura familiar né?! E a gente tem o princípio assim (...) de ter variedade de coisa, tá sempre com coisa nova pra poder fazer a diferença, tudo sempre fresquinho colhendo sempre à tarde, um dia anterior (...) a gente só compra e vende o que produz em Magé, a gente só pode comprar 30% (da produção) de outro produtor, por exemplo, assim, meu milho acabou aí meu vizinho tem e ele não vem na feira aí eu posso comprar com ele pra vender na Feira (...) (Entrevistada 2).

Ainda sobre esses princípios, um entrevistado ressaltou que o produto local das famílias deve ser respeitado e ainda destacou que qualquer produtor que tente não respeitar este princípio não será acatado pela Comissão de Organização da Feira e o produtor estará sujeito a ser suspenso da FAFM. Foi relatado também que o alimento fresco é requerido pela

Comissão e esperado pelos consumidores, o que se torna um princípio a ser seguido pelos agricultores familiares.

Quanto à participação como integrante da Feira foi relatado que todos procuram seguir o Regimento Interno e Estatuto para participar na Feira e que cabe à Comissão de Organização da FAFM acompanhar o cumprimento às essas diretivas. Quando há situações que fogem às regras, são levadas para as reuniões com os produtores para que se delibere coletivamente. A seguir se observa a visão de uma entrevistada:

As regras estão no Estatuto, o pessoal tem que seguir as regras né? Regra de horário, regra de entrada de carro, regra de arrumação, as faltas (...) não pode ter faltas (...) tem o mínimo (...) só quando for necessário entendeu? Essa regra é a Comissão que acompanha e a gente leva pra reunião no caso de quando não há o cumprimento que aí é votado entendeu? Tudo certinho e na base da democracia (Entrevistada 2.).

Os cortes de verba para políticas sociais no país, foi um ponto comentado por muitos já que os agricultores familiares agora não contam mais com o financiamento público ou privado de antes. Tal comentário corrobora a literatura especializada ao evidenciar que:

o modelo de desenvolvimento convencional favorece os grandes e coloca o Estado a seu serviço, e os demais têm de lutar pela sobrevivência. Num país como o Brasil, campeão da desigualdade social, grande parte da população se encontra desafiada a criar novas formas de geração de trabalho e renda. As feiras livres são canais de comercialização de produtos da agricultura familiar, porém esta longe de receber a atenção necessária por parte das políticas públicas e os programas de desenvolvimento rural (CACCIA BAVA, 2015).

Tal argumentação se percebe na fala do seguinte depoente ao ser indagado sobre a relação dos agricultores partícipes da FAFM com as instituições que os auxiliaram e/ou ainda auxiliam na sua organização em função da Feira:

Nós fizemos reunião com a EMATER e outras instituição que ajudou a gente com as barraca, as balança que a gente usa aqui no local (...) graças a Deus tá tendo bom até hoje(...) e assim, a gente vai levando (...) e hoje por exemplo, cada um de nós temos um carro em que nós podemos trazer nossa mercadoria, eles ajudaram a gente no começo mas agora não tá podendo ajudar no momento (Entrevistado 9).

Pelo que se observou no trabalho de campo, os agricultores adotaram essa nova forma de se organizar e de organizar a sua produção e venda como uma estratégia de sobrevivência, e que essa estratégia, vem permitindo maior integração entre as pessoas e os grupos de

famílias a partir da política social governamental que ofereceu as condições iniciais para inseri-los nesse tipo de empreendimento desde 2012. Foi observado também que, com as restrições financeiras do novo governo federal às políticas sociais, os produtores estão se dando conta de que precisam desenvolver suas próprias capacidades de inserção social e produtiva a partir de suas iniciativas. Por exemplo, com o valor acrescentado às produções locais, já que não necessitam mais de atravessadores, os produtores conseguem alargar a gama dos produtos oferecidos e assim reduzir as necessidades de capital investido, com isso, ser menos intensivos na mecanização das operações de colheita das culturas e livres de insumos agrícolas prejudiciais à qualidade do produto e à saúde dos consumidores.

4.2.2. Categoria de Análise: Dimensão sociocultural

Os valores ligados à identidade e ao patrimônio fundamentam e reforçam o processo de desenvolvimento local (CACCIA BAVA, 2015).

c) Subcategoria: Sustentabilidade socioeconômica

Os estudos consultados sobre a Economia Solidária nos levam a compreender que a temática não se restringe apenas às relações econômicas e políticas com o trabalho; envolve também as iniciativas de cooperação entre os produtores e as relações sociais entre as famílias produtoras e também as relações que podem vir a surgir nos serviços de proximidade com os próprios consumidores.

O produtor desta modalidade econômica busca a valorização do produto que proporciona ao mercado, assim como visa o reconhecimento de sua própria identidade pessoal e coletiva enquanto sujeito social (LEITE, 2009).

Na fala do entrevistado abaixo é apontado que na FAFM ocorre uma relação de troca além de sentirem que estão realizando um trabalho alternativo:

Sim, ela é uma alternativa de trabalho porque a gente produz lá e vem vender aqui direto pro consumidor (...). Além da troca que há entre o consumidor e a gente né? Que nós não vamos dizer que nós somos feirantes, nós somos produtores rurais (Entrevistada 2).

Os estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil representam 84,4% do total de estabelecimentos, segundo o último censo agropecuário, realizado no ano de 2010 pelo IBGE e mesmo ocupando 24,3% da área total de estabelecimentos, a agricultura familiar é responsável por 38% do valor bruto total da produção agropecuária (IBGE, 2015). Essa posição do agricultor familiar mediante o desenvolvimento da agricultura no país justifica forte apoio do Estado brasileiro, como deveria ser, e serve de motivação proporcionada pela FAFM, quando resgata a importância deste segmento na alimentação dos consumidores:

Eu vejo mais como uma forma da população conhecer de onde vem o verdadeiro alimento, que a agricultura familiar é que produz o alimento de todo dia, não o agronegócio, os grandes produtores né (...) ele tá com 10% da alimentação diária da população e o agricultor familiar tá com 90%, por quê? Porque o feijão é da agricultura familiar, batata, tudo né, o que você consome todos os dias é da agricultura familiar né? O milho que eles (os grandes produtores) produzem, de milho, soja, isso é pra alimentação animal, é pra óleo, é pra exportar (...) então eles representam na alimentação, eles tem um percentual menor do que a agricultura familiar. Muitas vezes a gente tá comendo alguma coisa e não sabe que isso vem da agricultura familiar, com a feira isso é promovido (Entrevistada 2).

Além da busca pelo reconhecimento dos consumidores em relação aos agricultores familiares, a procura, por parte dos consumidores por alimentos, frescos, com origem e processos informados de forma transparente também são ressaltados nos depoimentos, dado que, os hábitos alimentares da população brasileira estão sofrendo modificação, incentivando, essa prática (SILVA; CECCONELLO; ALTEMBURG; SILVA; BECKER, 2017).

O depoimento que se segue expõe algumas noções conforme acima discutido:

O consumidor vem comprar direto com o produtor e ele sabe o que ele tá levando pra casa também - tá levando uma coisa natural, fresca, que aguenta vários dias, comprou hoje, não precisa usar hoje, pode guardar e consumir daqui a uns três, quatro dias que não tem problema (...). Eu acho que a cada dia ela (feira) vai crescer mais e as pessoas vão vir e nós vamos ter mais fregueses, porque é (...) saúde que as pessoas buscam e querem coisa boa e fresca (Entrevistada 6).

d) Subcategoria: Relações sociais de benefício mútuo: produtor x consumidor

Segundo Silva *et al.* (2017), as feiras livres têm se mostrado estrategicamente promissoras no propósito de efetivar o escoamento da produção de muitos agricultores familiares. São lugares caracterizados por ocorrer em espaços públicos, por promover trocas

de mercadorias entre produtores, escoamento da produção agrícola local, além do fator de proximidade nas relações comerciais e, vivência, tradição e cultura.

Quando os fregueses conhecem os nossos produtos e vêm comprar, eles estão ajudando a gente a nos fortalecer (...) não é só financeiramente, mas conhecemos novas pessoas, a gente troca conhecimentos, troca receitas, faz amizade (...) aí, quando eu não vou, tem freguês que liga pra minha casa pra saber como eu estou (Entrevistada 2).

Depoimento semelhante se observa com o entrevistado a seguir:

As pessoas (consumidores) gostam muito (...) eles vêm, conversam, conhece os produtos, sabe? Perguntam como é produzido, perguntam como fazer, entendeu?(...) tem gente que quer visitar até a nossa propriedade (...). Então, entre a gente, agricultor e o consumidor houve assim (...) uma proximidade, eles conheceram como que é produzido né? E como nosso produto é fresquinho (...) depois que as pessoas começam a ir na Feira, eles sentem falta da gente quando vê fala ah!o que aconteceu?Você não veio. Se torna uma família né?! (Entrevistado 3).

Já o agricultor e ex-diretor da Associação de Moradores de Magé enxerga a Feira da Agricultura de Magé como uma oportunidade para agregar conhecimento à sua experiência prévia como feirante em outro município e também aumentar a produção dos agricultores familiares.

É uma forma nova de comercializar né? Batemos de frente com os empresários, os grandes mesmo (...) vemos que as pessoas preferem comprar com a gente por conta da nossa aproximação (...) acho que é uma questão que acontece porque a gente vende direto pro consumidor (...). Sem dúvida, é uma relação de amizade, financeira e é coisa de doido viu? (Entrevistado 3).

Também podemos perceber sentimento similar da depoente abaixo ao expor um pouco da sua vivência na feira:

Porque aqui o bom é que a gente troca informação né? Aprende também com as pessoas que vêm comprar os produto. Também aprende com a gente (...) pergunta pra que serve isso ou aquilo (...) aí a gente tem que ter um conhecimento pra repassar isso certo pro consumidor (...) preparo e tal (...) hoje teve uma aqui que perguntou pra que serve açafraão que tá ali na frente e eu respondi que não sabia muito sobre açafraão, mas que servia como antibiótico natural (...) aí ela levou e disse que iria pedir pra neta pesquisar mais detalhes em casa e depois iria me passar (Entrevistada 6).

O Circuito Curto visa expressar o conceito de proximidade entre o produtor e consumidor; este princípio de proximidade favorece a confiança, o conhecimento e pereniza as relações (RETIÈRE, 2014).

4.2.3. Categoria de Análise: Dimensão político administrativa

Aspectos relacionados à participação dos governos/ instituições locais, e outras entidades envolvidas (CACCIA BAVA, 2015).

e) Subcategoria: Fomento e apoio governamental e não governamental

A FAFM foi uma iniciativa que se configurou pela composição de diversos atores governamentais e não governamentais como consta na pesquisa documental e empírica.

Quando ouvidos em relação às instituições que interagem com os agricultores, não há um entendimento uníssono sobre esse assunto entre os entrevistados. As informações nem sempre se alinham, como pode ser visto entre os três depoentes abaixo:

Ah...tem a Emater (...) ela praticamente tem o compromisso com a gente (...) Emater é um órgão do governo (...) Então ela faz parte da organização da Feira, tem a Prefeitura, inclusive tivemos a participação da Petrobrás no início (...). Então a Emater é praticamente a administradora ali na fiscalização entre outras funções (...) tá junto com a gente, tem a secretaria da agricultura (...) tem a associação, a cooperativa, sendo a maioria dos agricultores cooperados, tem poucos ali que não são (Entrevistado 1).

(...) eles (instituições) ajudaram a gente no começo, mas agora não tá podendo ajudar no momento. A prefeitura já ajudou, mas agora não tá ajudando mais, digo no financeiro tá? Porque a prefeitura ajuda aqui no local e a EMATER dá um apoio moral (...) nem o governo federal, nem o estadual. Foi só no início né (...) cada um mesmo tá correndo atrás (Entrevistado 9).

(...) agora tá um pouco fraco, mas a gente tá tentando levar ela assim mesmo (...) porque a gente não tem mais ajuda do governo e nem de nada (...) por isso, a gente fica tentando fazer uma coisa aqui e outra ali pra sobreviver (Entrevistado 9).

Foi manifestado um sentimento de desestímulo por parte de alguns que citaram a crise econômica pela qual o Brasil está passando, com o aumento do desemprego e diminuição do poder de compra do consumidor, como consta na seguinte fala:

Agora no momento tá muito fraco pra todo mundo, isso aí a gente tem esperança que ano que vem será melhor (...) que esse ano não foi muito bom tá voltando muita mercadoria nossa aí pra gente (...) o dinheiro caiu (...) e olha que eu produzo muito (...) produzo leite, queijo, hortaliça completa, entendeu? Aipim, batata, batata doce, limão (...) eu tenho muita coisa que eu produzo (Entrevistado 9).

Conforme fontes documentais e fala de alguns sujeitos da pesquisa, há organizações que estiveram presentes desde o início, algumas das quais permanecem no apoio aos agricultores, como podem ser observadas a seguir:

1. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) - principal instituição do Convênio 198/09 junto ao então MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) que desde a origem da Feira da Agricultura Familiar oferece assistência técnica, assessoria e fornecimento de cursos regulares aos produtores; auxiliaram os produtores a formular o Projeto da Lei nº2165/2012, além de disponibilizar um técnico da instituição para dar suporte, como integrante da Comissão de Coordenação da Feira;
2. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Agricultura de Magé (SMDEA), órgão da Prefeitura Municipal de Magé - é responsável pela organização do local da feira (guardas municipais, desvio de trânsito, isenção da taxa de feirante e inspeção da conduta dos feirantes).
3. ONG Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) - promoveu apoio e fomento à Feira e foi responsável pela compra das barracas e balanças no início do Projeto junto ao MDS;
4. ONG Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (IDACO) - Promoveu apoio aos feirantes e fomento à Feira de 2016 a 2017.

f) Subcategoria: Circuito Curto: Uma perspectiva de desenvolvimento “contracíclico”

A literatura especializada nos mostra que a Economia Solidária e sua manifestação através do Circuito Curto se apresentam como um movimento que vai contra o sistema de capital organizado globalmente, em que os alimentos que percorrem grandes distâncias para chegar ao seu destino final, são controlados por gigantescas empresas transnacionais. Em direção contraposta a esta dinâmica, conforme Caccia Bava (2015), o CC pode se

caracterizar como dentro de uma perspectiva de desenvolvimento “contracíclico”, em relação ao desenvolvimento global.

Nas palavras do entrevistado pode-se perceber um fragmento dessa perspectiva:

Agora percebemos que as pessoas fazem uma ideia do que come (...) produzido pela gente aqui em Magé. Isso não acontecia, não existia (...) existe simplesmente amizade entre nós e os clientes, isso o dinheiro não paga (...). As pessoas passaram a valorizar mais o que nós produzimos e nos respeitam como agricultores. (...) essa aproximação com o comprador é bom demais! Sabemos os gostos e as preferências de cada né? E isso ajuda a caminhar a produção.

Há uma diversidade de visões dos sujeitos em relação à sua nova organização e comercialização. Há quem considere que não se trata de uma manifestação de resistência, mas sim, uma forma de resgate do reconhecimento da produção local e da agricultura familiar, que nunca receberam o seu devido valor pelo consumidor e nem pelas políticas governamentais, se comparado como o agronegócio. Já outros acreditam que essa é uma forma de resistir à cadeia dos grandes negócios, pois elimina os atravessadores, e nesse sentido quem está envolvido na Feira está extinguindo velhas maneiras de comercialização.

De todos os entrevistados, somente um deles tem familiaridade com o termo “circuito curto” como um conceito que fundamenta a Feira de Agricultura Familiar de Magé; os outros entrevistados não estão familiarizados com esta expressão, mas caracterizam suas práticas como uma forma alternativa de produzir e comercializar.

V – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

O objetivo do capítulo que se apresenta é realizar uma articulação entre as fontes bibliográficas que fundamentaram a realização do estudo, os principais achados evidenciados com as entrevistas e com a pesquisa documental.

A pesquisa documental mostrou que o município de Magé é considerado o maior produtor agrícola da Baixada Fluminense e que devido a isso o Poder Público possui o papel de grande incentivador a vocação agrícola na localidade. Também se apontou que a maioria (90%) dos estabelecimentos agrícolas neste município caracteriza-se pela agricultura familiar. Nesse sentido, a ideia da FAFM reunia importantes características territoriais para que viesse a se concretizar. Deste modo, se realizou um convênio estabelecido pelo então Ministério do Desenvolvimento Social em 2009, com a combinação de diversos atores governamentais e não governamentais nos âmbitos federal e municipal para que os agricultores familiares se organizassem em torno dessa ideia.

Com o objetivo de relacionar o papel dessa iniciativa à situação de desproteção dos trabalhadores, de políticas sociais, destacam-se aqui os principais pontos detectados na iniciativa da FAFM, e que, as fontes documentais e empíricas ajudaram nessa compreensão, a partir das categorias de análise.

Na análise dos dados empíricos, tem-se como primeira categoria analítica, a “Dimensão Econômica”, que trata da perspectiva dos agentes envolvidos em relação às melhorias econômicas (CACCIABAVA, 2015). Nessa categoria, foram extraídos dos relatos como subcategorias: a “Criação de oportunidade para os atores locais” e “Produção e Comercialização em menor escala de alimentos e a organização da FAFM”.

Observou-se que o fortalecimento da agricultura familiar nos moldes apresentados pela FAFM e na fala dos entrevistados pode ser visto como uma perspectiva de desenvolvimento local, uma vez que, embora haja muitas restrições de diversas ordens, vem propiciando a criação de oportunidades mesmo que ainda tímidas, para os trabalhadores. Assim como apresentado na dissertação de ZARPELON, (2007), (vide anexo p.105) ao realizar a pesquisa quali-quantitativa 73% dos cooperados afirmaram que vida melhorou, 71% entendem que o empreendimento lhes dá a garantia dos princípios de ES e 51% não deixaria o empreendimento mesmo arrumando um emprego formal, o que corrobora com a presente assertiva de que a iniciativa de ES melhora a qualidade de vida dos envolvidos.

Na categoria analítica “Dimensão sociocultural”, surge como subcategoria “Sustentabilidade socioeconômica”, que explicita a visão do sujeito em relação ao reconhecimento do seu papel enquanto agricultor familiar e a valorização do seu trabalho proporcionada pela dinâmica do circuito curto. Já que, as feiras livres se constituem em uma importante estratégia de reprodução social da agricultura familiar (SILVA et.al., 2015).

A segunda subcategoria “Produção e Comercialização em menor escala de alimentos e a organização da FAFM”, revela a oportunidade de ganhos mais justos pela retirada dos atravessadores no processo de distribuição e consumo e também o aumento da diversificação da oferta de mercadorias resultante do aumento desses ganhos. O autor Caccia Bava (2015, p. 189), ressalta que o caminho percorrido por um produto oriundo do circuito longo, desde sua produção até a sua disponibilização ao consumidor sofre várias transformações empregadas pelos atravessadores, resultando em valores acrescentados aos produtos no decorrer do caminho; já a dinâmica do CC utiliza o caminho mais curto, vendendo diretamente ao consumidor independente de transformação e resulta em trocas mais justas tanto para quem produz como para quem compra.

Quanto à última categoria de análise “Dimensão político-administrativa”, corroborando os relatos das entrevistas, emergiram duas subcategorias: “Fomento e apoio governamental e não governamental” e “Circuito Curto: Uma perspectiva de desenvolvimento “contracíclico”.

A primeira subcategoria visa salientar a presença de instituições governamentais e não governamentais no processo de constituição da FAFM, o que ratifica a pesquisa documental. Com efeito, há registros que relatam a presença de várias instituições desde a criação da FAFM e que continuam dando suporte, mesmo que restrito, na visão dos sujeitos. E há também relatos que registram a saída de instituições governamentais e não governamentais da rede de apoio. Essa situação gera incertezas sobre a sustentabilidade das novas práticas e da própria FAFM. Assim como no estudo de MONTEIRO,(2009) vide anexo p.105, o referido autor demonstra o crescimento do fosso entre ricos e pobres; entre os que detêm o capital e os que só detêm o capital e os que só tem sua força de trabalho para oferecer, nessas circunstâncias, a intervenção estatal para fazer face a tal situação encontra-se fragilizada pelo que convencionou denominar de crise do Estado.

Quanto à segunda subcategoria “Circuito Curto: Uma perspectiva de desenvolvimento “contracíclico” aborda-se a visão dos depoentes em relação à FAFM como uma prática de resistência ao sistema de comercialização dominante (circuito longo), posto que, de acordo com Singer (2002, p. 280), a ES possui um caráter essencialmente anticapitalista, por isso, os

princípios e as relações intrínsecas que compõem as manifestações de ES diferem dos princípios e relações das transações econômicas convencionais.

Como evidenciado nos depoimentos, existe esse sentimento nas falas de alguns, todavia, as preocupações maiores são com o fortalecimento dessa nova organização do trabalho que está gerando ganhos econômicos, visibilidade social e o estreitamento de laços com o consumidor. De um modo geral, os agricultores familiares ouvidos na pesquisa, partícipes da FAFM, parecem valorizar a liberdade de, não somente comercializar produtos diretamente ao público interessado, mas também fortalecer laços interpessoais. Como evidenciado no estudo de TEIXEIRA, (2014) vide anexo p.105 os CC têm características que os distinguem dos circuitos considerados tradicionais, sendo possível retirar-se daí vantagens, quer para a promoção da segurança alimentar, quer para o desenvolvimento rural dos territórios em que se inserem.

Por outro lado, percebe-se que as incertezas em torno da sustentabilidade e continuidade da FAFM advindas da crise financeira do atual cenário brasileiro, que penaliza fortemente as políticas sociais, e que possivelmente causaram a retirada de organizações como fonte de apoio a esses trabalhadores rurais podem comprometer os rumos dessa organização como uma modalidade de ES.

As três dimensões que fundamentaram as categorias de análise se mostraram apropriadas ao trabalho de campo, assim como as questões norteadoras. Estas ratificam os estudos tão recorrentes de Laville e Gaiger (2009, p. 114), ao aludir ao movimento da ES “o papel de alargamento da experiência humana ao assegurar outros princípios de produção de bens, de organização do trabalho e de circulação de riqueza, distintos da racionalidade estrita do capital”.

A observação em campo e a análise das entrevistas permitiram que se percebesse que os agricultores familiares de Magé se engajaram numa nova forma de se organizar para produzir e comercializar que vem gerando ganhos coletivos. Entretanto, a experiência apresenta enormes desafios de natureza financeira e institucional para a continuidade e sustentabilidade da FAFM.

Por fim, vale ressaltar que pelo estudo abranger a experiência particular de um grupo de pequenos produtores da agricultura familiar, torna-se difícil atribuir os benefícios citados e os problemas enfrentados a outras expressões de ES e em outros territórios, e nesse sentido não é possível se fazer generalizações. Nessa direção, é preciso levar também em conta a especificidade territorial em que a experiência se dá, como também as restrições quanto a delimitação temporal de pesquisa; para um escopo maior e mais abrangente, seria necessário

empreender-se um tempo maior na coleta dos dados empíricos para se compreender com mais profundidade as percepções e sentimentos dos sujeitos da pesquisa nesse caso singular.

VI – CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi analisar as expressões atuais de Economia Solidária que têm sido apropriadas por um grupo de pequenos produtores da agricultura familiar na busca de soluções para a sua situação de desproteção de políticas sociais.

Para se chegar a esse objetivo delineou-se o problema de pesquisa: que expressões atuais de Economia Solidária têm sido apropriadas por um grupo de agricultores familiares, como capazes de contribuir na busca de soluções para a sua situação de desproteção de políticas sociais?

Um fator que incentivou a pesquisadora na formulação do problema de pesquisa foi que a sua participação no Fórum Brasil-França de Circuitos Curtos Agroalimentares em 2016, na cidade de Pinheiral trouxe, logo de início, próximo contato com o assunto e com atores envolvidos com o desenvolvimento de Circuito Curto de comercialização, tanto brasileiros quanto franceses. Assim abriu-se a possibilidade de explorar essa temática como objeto de pesquisa visto o caráter de inovação de tal modalidade de organização do trabalho no tocante à produção e comercialização dos agricultores, relacionada ao movimento de ES; portanto, ainda é um objeto de estudo em construção no Brasil.

A partir dessa escolha, passou-se a construir o arcabouço teórico da pesquisa que desse conta do desafio de se estudar um tema em construção. A partir desse esforço, foi possível a definição das categorias de análise, assim como a formulação das questões que nortearam a pesquisa, pilares de todo o trabalho.

De acordo com os dados analisados, os resultados da pesquisa confirmaram a suposição inicial do estudo de que expressões mais recentes de Economia Solidária, apropriadas por um grupo de agricultores familiares, podem se constituir no enfrentamento e busca de soluções para a sua situação de desproteção de políticas sociais. Também foi possível mostrar que o movimento de ES pela modalidade de CC vem a ser uma forma de proteção social às mazelas do sistema capitalista.

A pesquisa detectou que a maioria das instituições governamentais que incentivaram a FAFM em sua constituição, não os acompanha mais, o que pode comprometer a sua

continuidade e sustentabilidade, somado às recentes mudanças de governo, em curso, que não estão favorecendo a FAFM com os cortes em investimentos em políticas sociais, o contrário do que ocorreu na ocasião do Convênio estabelecido pelo então MDS em 2009 que congregou instituições governamentais e não governamentais.

Os relatos revelam que esses dados se constituem indicadores de vulnerabilidade que impactam diretamente na FAFM, ao lado de problemas como a concorrência com os mercados e sacolões que possuem preços mais atrativos para o público, a sazonalidade das mercadorias, a falta de publicidade que é consequência da carência de recursos para investimento.

O espaço de venda direta permite entregar o produto e receber o pagamento imediatamente, porém isso não parece ser simples, além de requerer o conhecimento das demandas do público consumidor para ganhar suas preferências, o que envolve uma habilidade dos agricultores sobre os hábitos de compra e na consolidação de uma clientela.

Por outro lado, os relatos apontam eficiência na organização interna da FAFM para o seu funcionamento que conta com o valor da mensalidade dos agricultores familiares, recebido pela Comissão de Organização da FAFM; eles conseguem fazer a manutenção dos equipamentos de trabalho como, por exemplo, troca de barracas e balanças que foram doadas pelo convênio.

Ademais, o Regimento Interno encontra-se vigente e é respeitado pelos partícipes da FAFM, conforme se viu nos relatos; conseguem deliberar as adversidades que surgem, de forma democrática e conforme as regras. O modo de comercialização de proximidade auxilia nesse processo de identificação de descumprimento de regras - já que todos sabem o que cada um produz, e assim parece ser fácil identificar se o produto que está sendo comercializado possui origem da agricultura familiar ou não. E isso vem sendo perseguido pelos agricultores tendo em vista a recente aquisição do Selo de Participação da Agricultura Familiar por algumas famílias partícipes da FAFM, conforme registrado em fontes documentais, pois isso ocorreu após o término da pesquisa de campo.

A pesquisa conclui que, de um modo geral, o Circuito Curto de comercialização conforme vem sendo adotado pelos agricultores de Magé, possui o potencial de promover o fortalecimento e reconhecimento da agricultura local. No entanto, as questões de apoio institucional ameaçam esse potencial. Nos estudos de SILVA (2012) vide anexos p.106 o autor emerge cinco fatores institucionais de coordenação do sistema agroalimentar alternativo (CC): qualidade (alimentos fresco e sem uso exacerbado de agrotóxicos), reconexão com o passado (antecedentes históricos da ES), desenvolvimento territorial (atribuído a circulação

de riqueza oferecida pelo CC), relações sociais (produtor x consumidor, produtor x produtor e produtor x organização governamentais e não governamentais) e valor monetário (melhorias financeiras).

Os fatores de proximidade geográfica e regional entre os produtores e o público consumidor são recursos que elucidam o reconhecimento do agricultor familiar enquanto sujeito social. Porém, a constituição e articulação entre os agentes sociais envolvidos na iniciativa (consumidores, agricultores familiares, instituições governamentais e não governamentais) são de vital importância para garantir que os Circuitos Curtos de comercialização sejam de fato uma alternativa ao sistema dominante de comercialização, propiciando a diversificação da produção, a valorização da produção agrícola familiar no conjunto da produção alimentar brasileira.

Como ideias que possam contribuir para o aprofundamento e continuidade de futuras pesquisas nessa temática, recomenda-se:

- a) Estender as entrevistas para outros atores envolvidos na constituição da FAFM, tais como os funcionários da EMATER, os agentes municipais, entre outros;
- b) Ampliar a pesquisa envolvendo outras iniciativas de Circuito Curto de comercialização (como as outras feiras partícipes do Convênio MDS) com o intuito de comparar os resultados, identificando as dificuldades em cada caso;
- c) Aprofundar o estudo sobre a relação entre mercados e agricultura familiar, o qual se constitui em um tema que somente recentemente passou a despertar o interesse dos estudiosos das Ciências Sociais e a ampliar a agenda de pesquisa do campo disciplinar da Administração Pública brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AS - PTA. É inaugurada mais uma feira da agricultura familiar na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://aspta.org.br/2012/08/e-inaugurada-mais-uma-feira-da-agricultura-familiar-na-regiao-metropolitana-do-rio-de-janeiro/>>. Acesso em 11. Mar. 2017.

ALVES, Juliano Nunes; FLAVIANO, Viviane; KLEIN, Luiz, Leander; LÔBLER, Leodir, Mauri; PEREIRA, Diniz, Augusto, Breno. A Economia Solidária no Centro das Discussões: um trabalho bibliométrico de estudos brasileiros. **Caderno EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v.14,n.2 Jun.2016.

ARRETCHE, Marta. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 40, jun. 1999. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n40/1712. Acesso em 21.mai.2016.

ARRETCHE, Marta. Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: Teorias Explicativas. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)**, Rio de Janeiro, v. 39, p. 3-40, 1995. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-39/451-bib-39-integra/file>

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 1977.

BENEVIDES, Cláudia do Valle. Um Estado de bem-estar social no Brasil. Universidade Federal Fluminense. Departamento de Economia, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:< http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/EBES_no_Brasil__2_dissertacao_benevides.pdf>. Acesso em:16. Mar.17.

BENINI, Edí Augusto; BENINI, Elcio Gustavo ; FIGUEIREDO NETO, Leonardo Francisco. A economia solidária nos prismas marxistas: revolução ou mitigação? Princípios da economia solidária. Artigo apresentado no **V Encontro Internacional de Economia Solidária: O discurso e a Prática da Economia Solidária**, São Paulo, 2007. Disponível em: < <file:///C:/Users/lorya/Downloads/Leituras/Dissertacao/BENINI/Economia/Solidarianosprisma%20marxistas202004.pdf>>. Acesso em: 05.Mar.2017.

CRISTÓVÃO, Artur; TIBÉRIO, Luis. “Comprar Fresco, Comprar Local”: **Será que temos algo a aprender com a experiência americana?** In Moreno, L., M. M. Sanchez e O. Simões (Coord.). Cultura, Inovação e Território, O Agroalimentar e o Rural, pp. 27-34, 2009. Lisboa: SPER.

FIGUEIREDO NETO, Leonardo Francisco; BENINI, Elcio Gustavo; BENINI, Edí Augusto. Economia Solidária e Autogestão: Limites e Possibilidades. **Anais do 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**, UFT, MS Palmas, 2010.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009. 2016.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm>. Acesso em: 23 mai.2016.

_____. **Artigo 5 da Constituição Federal de 1988.** 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 22 mai. 2016.

_____. **Lei nº 8913, de 12 de Julho de 1994. 2016.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8913.htm>. Acesso em: 22 mai.2016.

_____. **Lei nº 12.593.** Plano Plurianual 2012-2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112593.htm>. Acesso em 15. Jun.2016.

_____. **Lei Nº 2165, de 01 de Junho de 2012.** Institui a Feira da Agricultura Familiar no município de Magé e dá outras providências.

_____. **Feira da Agricultura Familiar de Magé, de 01 de Novembro de 2011.** Regimento Interno da Feira da Agricultura Familiar de Magé.

_____. **Decreto nº 8894, de 03 de Novembro de 2016.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8894.htm>. Acesso em: 28.Jun.2017.

_____. **Ministério do Trabalho abre edital público para projetos de economia solidária.** Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2017/ministerio-do-trabalho-abre-edital-publico-para-projetos-de-economia-solidaria>>. Acesso em: 28.Jun.2017.

CACCIA BAVA, Silvio. Circuitos Curtos de Produção e Consumo. In: FUNDAÇÃO HEINRICH BOLL. **Um campeão visto de perto: Uma análise do modelo do Desenvolvimento Brasileiro.** Rio de Janeiro, 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAGÉ. **Histórico da cidade.** Disponível em: <<http://camaramage.rj.gov.br/>>. Disponível em: 06. Mai. 17.

CARDOSO JUNIOR, José Celso; JACCOUD, Luciana. Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo.** Brasília: IPEA, 2005, p. 181-260.

CARVALHO, Lúcio, Keila. Economia solidária como estratégia de desenvolvimento: Uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile. In: II Conferência do Desenvolvimento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, DF. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos,** 2011.

CATTANI, Antonio David et al. **Dicionário internacional da outra economia.** Coimbra: Almedina, 2009.

CRUZ, Antônio. A diferença da igualdade: a dinâmica econômica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul. 2006. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Economia)– Universidade Estadual de Campinas, Campinas.p.p 87-103. Disponível em:<<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286160>>. Acesso em 03. mar.2017.

CORAGGIO, José Luiz. **Sobrevivencia y otras estratégias en LAC**: La perspectiva desde lo local, 2003.Disponível em: [http:// http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos](http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos). Acesso em 21.mar. 2017.

COOPER, Donald; SCHINDLER, Pamela. **Métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia na batalha das idéias e nas lutas políticas do Brasil de hoje. In: FÁVERO, Osmar e SEMERARO, Giovanni (Orgs.). **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 115-237.

CORNELIAN, Ricardo. Anderson. A concepção de “economia solidária” em Paul Singer: descompassos, contradições e perspectivas.2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UNESP/Araraquara. p.p.13-25.Disponível em:<<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/99005>>. Acesso em 21.mar.2017.

DAROLT, Moacir Roberto. **Conexão Ecológica**: novas relações entre agricultores e consumidores. Londrina: IAPAR, 2012. 162 p.

DAROLT, Moacir Roberto; LAMINE, Claire; BRANDEMBURG, Alfio. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Construção Social dos Mercados**, v. 10, n. 2, p. 8-13, 2013.

DINIZ, Eli. “Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos Anos 90”. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, volume 38, nº 3, 1995. pp. 385-415.

DINIZ, Eli. O contexto internacional e a retomada do debate sobre desenvolvimento no Brasil contemporâneo. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 54, n. 4, p. 493-532, 2011 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000400001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 .Mar. 2018.

DRAIBE, Sônia. O Welfare State no Brasil: Características e Perspectivas. Universidade Estadual de Campinas–Unicamp **Núcleo de Estudos de Políticas Públicas–NEPP**, 1993.

DRAIBE, Sônia. Welfare State Tendências de Desenvolvimento e Desafios Atuais. **Política Social e Desenvolvimento**, v. 1, p. 268-279, 2014.

DRAIBE, Sônia. Redes ou sistemas de proteção social: de que conceito estamos tratando? **Observatorio Social**, v. 35, p. 16, 2012

DRAIBE, Sônia. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo social.**, São Paulo , v. 15, n. 2, p. 63-101, Nov. 2003. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320702003000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em:07. Jul. 2018.

DRAIBE, Sônia; RIESCO, Manuel. Estado de bienestar, desarrollo económico y ciudadanía: algunas lecciones de la literatura contemporánea. **Serie estudios y Perspectivas n. 55**, México, CEPAL de México, División de Desarrollo Social, ago. 2006.

EMATER. **Município de Magé**. Disponível em: < <http://www.emater.rj.gov.br/mage.asp>>. Acesso em: 06. Mai.17.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 24, p. 85-116, 1990. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451991000200006&script=sci_arttext> Acesso em 12.fev.17.

ESPING-ANDERSEN, Gosta Fundamentos sociales de las economías postindustriales. **Barcelona**, Ariel, 2000.

FIORI, José Luís. Estado de bem-estar social: padrões e crises. **PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva**, v. 7, n. 2, p. 129-147, 1997. Disponível em: < http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010373311997000200008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 15. Fev. 2017.

FRANÇOIS, Martine. Comercializar os produtos locais: circuitos curtos e circuitos longos. Inovação no meio rural. Caderno n° 7. **Observatório Europeu LEADER**. Julho de 2000.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. UFRGS Editora, 2004.

FONSECA, João. José. Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FLEURY, Sônia. **Democracia com exclusão e desigualdade**: a difícil equação. Disponível em:www.Ebape.fgv.br/pp/peep, 2005. Acesso em: 15 ago.2016.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH, Salvador**, n. 39, 2003. Disponível em: http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/eco_sol_mod_cap.pdf. Acesso em 25. Fev. 2017.

GAIGER, Luiz Inácio. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, p. 81-99, 2009. Disponível em: <http://rccs.revues.org/401>. Acesso em 25. Fev. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE. Município de Magé. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330250>. Acesso em: 07. Mai. 17.

IBGE. PIB per Capita no Brasil. Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/contas-nacionais/pib-per-capita.html>> Acesso em: 03. Mar. De. 2017

IBGE. PIB Produto Interno Bruto do Brasil do ano de 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/indicadores_2017.php.> Acesso em: 04. Mar. 17.

IBGE. Censo Agropecuário do ano de 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>.> Acesso em: 09. Mar.2018

LAVILLE, Louis. Jean; GAIGER, Inácio. Luis. Economia Solidária. In. CATTANI, Antônio. David. (Org.) **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Almedina, 2009.

LAVILLE, Louis. Jean. A economia solidária: Um movimento internacional. 2004. **Revista crítica de ciências sociais**, v.84, p.p 7-47. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/JL_Laville_RCCS_84.pdf. Acesso em: 17.out.16.

LEITE, Márcia. Paula. A economia solidária e o trabalho associativo: Teorias e realidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.24,nº69,p.p 32-50, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269092009000100003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 02.out.16.

MACHADO, Maria Izabel. Economia Solidária: economia de fronteira?. **Otra Economía**, nº. 8, vol. 14, p.11-21, jan.-jun. 2014.

MANCE, André, Euclides. A Revolução da Redes de Colaboração Solidária. **Artigo apresentado no Encontro Internacional de Ecônomas Salesianas, Sevilha, 2005**. Disponível:<http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/A_Revolucao_das_Redes_de_Co_laboracao_Solidaria.pdf>. Acesso em 04.Mar.2017.

MAGÉ. (Prefeitura). História da cidade. Disponível em: <[http:// http://mage.rj.gov.br/](http://mage.rj.gov.br/)>. Acesso em: 06. mai. 17

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed.-São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Cláudio. Herrero.; CRUCIAL, Cristiane. Versesi; ARAÚJO, Evandro. José. Economia e Comunhão e Economia Solidária: Distinção de Conceitos. **Anais...XXVIII EnANPAD**,2006.

MARSHALL, Thomas. Humprey. **Cidadania, Classe Social**. Status. **Rio de Janeiro**. Zahar, v. 14, p. 3, 1967.

MASCARENHAS, Gilmar; DOLZANI, Miriam. Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Revista Eletrônica Ateliê Geográfico**, v. 2, n. 4, agosto/2008, UFG/IESA p.72-87.

MDS/EMATER-RIO. **Proposta de Implantação da Feira da Agricultura Familiar de Magé**: Fortalecendo a Segurança Alimentar e a Agroecologia, de 01 de Novembro de 2011.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relatório da Distribuição da Renda e da Riqueza da População Brasileira**. Dados do IRPF 2015/2014. Secretaria de Política Econômica, maio de 2016. Disponível em: < <http://www.spe.fazenda.gov.br/noticias/distribuicao-pessoal-da-renda-e-da-riqueza-da-populacao-brasileira/relatorio-distribuicao-da-renda-2016-05-09.pdf/view>>. Acesso em: 05.mar.2017

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Ministério do Trabalho abre edital público para projetos de economia solidária**, 2017. Disponível em: < <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2017/ministerio-do-trabalho-abre-edital-publico-para-projetos-de-economia-solidaria>>. Acesso em: 16. jun.2017.

MELLO, Marinilzes Moradillo. Políticas sociais e políticas de bem-estar: algumas considerações. **INTERFACEHS**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 1-20, 2007.

MINAYO, Maria. Cecília. Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis:Vozes, 2001.

MIRANDA, Sandro Ari Andrade de. **Welfare State: críticas e caminhos**. Revista Jus Navigandi, ISSN 15184862, Teresina, ano16, n. 2890, 31 maio 2011. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/19227>>. Acesso em: 24. fev. 2017.

MTE/SENAES. Secretaria Nacional da Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**, Brasília, 2006.

_____. Secretaria Nacional da Economia Solidária. **Apoio ao sistema nacional de comércio justo e solidário por meio do reconhecimento de práticas de comércio justo e solidário**. Brasília, 2013.

NAVARRO, Vicente. Produção e Estado do bem-estar: o contexto das reformas. In: LAUREL, C. A. (org.) **Estados e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1997, p. 281-319 .

OLIVEIRA, Valeria Maria Fortes; OLIVEIRA, Vânia Fortes; FABRÍCIO, Laura Elise. Imagens na pesquisa com professores: O oral e a fotografia. *Educar*, Edição Especial, p. 151-174. **Editora UFPR**, Curitiba, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/nspe_/nspea08.pdf>. Acesso em: 09. jul. 2018.

PREBISH, Raúl. O Desenvolvimento econômico da América Latina e alguns se seus problemas principais. (1949). In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Vol.1. São Paulo: Ed. Record, 2000, p. 69-136.

POLANYI, Karl. **A grande Transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro, Campus, 1980. 360 p.

RETIÈRE, Morgane Isabelle Helene. Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas. (Dissertação de Mestrado). 115 páginas. Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Piracicaba, SP, Brasil, 2014.

SILVA, Mônica Nardera; CECCONELLO, Samanta Toletina; ALTEMBURG, Shirley Grazieli; SILVA, Fernanda Novo; BECKER, Cláudio. A agricultura familiar e os circuitos curtos de comercialização de alimentos: Estudo de caso da feira livre do município de Jaraguão, RS, Brasil. **Revista Espacios**, vol nº 38, nº 47, Paraná, 2017. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a17v38n47/a17v38n47p07.pdf>>. Acesso em: 25. fev. 2018.

SILVA, Andressa. Henning.; FOSSÁ, Maria. Ivete. Trevissan. **Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos**. IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/download/2113/1403>>. Acesso em: 09. jul. 2018.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Apoio a implantação de ações integradas de economia solidária como estratégia de promoção de desenvolvimento territorial sustentável visando à superação da extrema pobreza**, Brasília, 2013. Disponível em: < <http://www.mtps.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/programas-e-acoas/acoes-integradas>>. Acesso em: 14.mai.2016.

SINGER, Paul. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. SANTOS, B. S. (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SINGER, Paul. **Vida nova para as cooperativas de trabalho**. Folha de São Paulo, v. 16, 2012.

SOUZA, Ricardo, André. Um exame de Economia Solidária. Outra Economia. **Revista Latinoamericana de Economia Social y Solidária**, 2011. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2011.59.05/902>>. Acesso em: 26. Fev.17.

TAUILE, José Ricardo; RODRIGUES, Huberlan. Economia solidária e autogestão: a criação e recriação de trabalho e renda. 2004. **Ipea. Nota Técnica**. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5250>. Acesso em 25.fev.2017.

WANDERLEY, Sérgio. Estudos organizacionais, (des)colonialidade e estudos de dependência: as contribuições da Cepal. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 13, nº 2, Artigo 2, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v13n2/1679-3951-cebape-13-02-00237.pdf>. Acesso em: 28.out.2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Autorização do entrevistado para conceder entrevista



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação em Administração

Mestrado Acadêmico em Administração

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Meu nome é Loreane da Silva Francisco, discente do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) no Curso de Mestrado Acadêmico em Administração (MAA) do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Venho, por meio deste, convidá-lo (a) a participar da pesquisa referente ao projeto **ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICA SOCIAL: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E EXPRESSÕES ATUAIS EM VIVÊNCIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO** sob a Orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Gracinda Carvalho Teixeira, membro do quadro permanente de professores do PPGA/MA/UFRRJ, matrícula SIAPE 1805336.

A pesquisa tem fins puramente científicos e tem como objetivo trabalhar analisar a atuação dos agentes sociais envolvidos no movimento de Economia Solidária da Feira Agricultura Familiar de Magé, localizada no Distrito de Piabetá no Rio de Janeiro. Sua participação na pesquisa fornecendo uma entrevista e, se necessário, uma segunda entrevista, é de vital importância para o sucesso do projeto. Entretanto, a sua participação é absolutamente voluntária e, portanto, poderá ser declinada se essa for a sua vontade. O discente/pesquisador ficará à sua disposição para quaisquer esclarecimentos sobre os desdobramentos da pesquisa. A entrevista será gravada em áudio e, caso não deseje que o seu nome seja identificado no registro dos resultados da pesquisa, será mantida a confidencialidade do seu nome/identidade.

Após ler este **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido** e aceitar participar da pesquisa, **solicitamos a sua assinatura em duas vias**, sendo que uma delas permanecerá em seu poder. Qualquer informação adicional ou esclarecimento acerca deste estudo poderá ser obtido com o pesquisador/mestrando pelo telefone (24) 992126540, e-mail: loryannesf@hotmail.com

Loreane da Silva Francisco

Discente do PPGA/MA/UFRRJ – Matrícula 2016.1336.007-6

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO DO ENTREVISTADO

Eu, _____, portador do número de identidade _____, declaro por meio deste documento, meu consentimento em participar da pesquisa **ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICA SOCIAL: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E EXPRESSÕES ATUAIS EM VIVÊNCIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO** que será realizada no município de Magé, RJ.

Local da entrevista: _____ Em ____ de _____ de _____.

Assinatura: _____

Email: _____

Entrevistador: _____

ANEXOS

**ANEXO I - Mapeamento de Teses e Dissertações
sobre Economia Solidária e Circuito Curto (2007 a 2016)**

A N O	AUTOR	TÍTULO	FOCO	LOCALIDADE	SUJEITOS PRINCIPAIS	TIPO DE ATIVIDADE
2007	Coelho, Bonaldo Diego	De catadores de rua a recicladores cooperados: Um Estudo de caso de formação e gestão de uma cooperativa de reciclagem.	Buscar interpretar o processo organizativo de um empreendimento solidário e como os indivíduos constroem e vivenciam sua gestão.	Campinas, São Paulo	Catadores de material reciclável	Cooperativa de Reciclagem
2007	Júnior, Santa Gildásio	A economia solidária Em face da dinâmica da acumulação Capitalista: Da subordinação a um novo modo de regulação social?	Identificar a relação empreendimentos econômicos solidários (dois) e o processo de acumulação capitalista.	Queimada Grande no município de Banzaê e Várzea do Poço, ambos na Bahia	Associação de mulheres costureiras e Associação de pequenos agricultores.	Corte e Costura e Apicultura
2007	Zarpelon, Granella Paula Ana	Contribuições da incubadora tecnológica de Cooperativas populares da uno chapecó para a Proposta de geração de trabalho e renda em EES	Investigar, se houve e em que medida melhorias das condições de vida de trabalhadores de EES.	Chapecó, Santa Catarina	Três empreendimentos de mulheres costureiras	Confecção e corte e costura
2008	Brettas, Costas Regina Marina	Gestão em projetos e economia solidária: Um estudo sobre a implementação dos 17 centros de artesanato mineiro	Analisar a implementação dos 17 Centros de Artesanato de Minas Gerais vinculados ao Programa de Artesanato Brasileiro (PAB).	Minas Gerais	Gestores municipais	Artesanato
2000	Cunha, Vivian Eduardo	Incubação de redes de economia solidária:	Realizar a incubação de forma ampliada, abarcando um	Bairro Santa Luzia, no município de	Incubadora de redes de Economia	Desenvolvimento local pela perspectiva

8		Limites e possibilidades de uma metodologia de intervenção Para o desenvolvimento local - o caso ecoluzia	território por meio da constituição de uma rede de economia solidária	Simões Filho, na Bahia	Solidária e Moradores em situação regular de desemprego e pobreza	da economia solidária.
2008	Pessoa, Andrade Rosângela	Formação de redes de economia solidária: o Caso da rede abelha Ceará Fortaleza	Identificar as soluções originárias do trabalho coletivo e analisar as relações de cooperação entre os membros da rede e com o mercado	Fortaleza, Ceará	Produtores de mel	Apicultura
2008	Bitelman, Farkas Marina	A Disseminação das Políticas Públicas Locais de Economia Solidária no Brasil: Os casos de São Paulo e Osasco São Paulo	Entender como se disseminaram as políticas públicas de Economia Solidária no contexto subnacional brasileiro, desde a época em que tiveram início no país, na década de 1990.	Osasco e São Paulo	Agentes públicos envolvidos no Programa Oportunidade Solidária em São Paulo e no Programa Osasco Solidária	Políticas de Fomento à Economia Popular e Solidária e à EES
2009	Foguel, Santos Henrique Flávio	Redes de colaboração solidária: Um Estudo sobre a Associação de moradores do conjunto Palmeiras-Fortaleza-CE	Descrever a experiência de uma Rede de colaboração solidária organizada pela Associação de moradores do Conjunto Palmeira-CE	Palmeiras, Fortaleza no Ceará	Associação de Moradores do Conjunto Palmeira-CE	Remanejamento de residentes em áreas de risco.
2009	Meira, Bittencourt Fábio	As encruzilhadas da autogestão: imaginário e simbólico nas Empresas assumidas por trabalhadores	Compreender os fenômenos organizacionais de duas empresas em processo de falência assumidas por trabalhadores, no âmbito da ES.	São Paulo	Os agentes não foram identificados na pesquisa	As atividades foram mantidas em sigilo na presente pesquisa
2009	Monteiro, Serqueira Péricles	A economia solidária como Política pública: desafios de uma Construção - reflexões a partir da Experiência baiana	Examinar a economia solidária como política pública e como uma alternativa ao processo de acumulação capitalista e seus reflexos no mundo do trabalho.	Bahia	Atores envolvidos no processo político decisório de escolhas, formulação e implementação de opções da Superintendência de Economia	Inserção de trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho a atividades geradoras de renda

					Solidária da Bahia.	
2010	Araújo, Ferreira Eliakim Geyson	Caracterização da economia solidária à luz do ambiente isonômico de Guerreiro Ramos: um estudo no grupo Mulheres Decididas a Vencer	Evidenciar características de ambiente isonômico em vivências econômico-solidárias, tomando como espaço de investigação empírica o Grupo de Mulheres Decididas a Vencer.	Assentamento de Mulugunzinho, município de Mossoró, no Rio Grande no Norte	Grupo de mulheres em busca de emancipação econômica	Inserção de indivíduos no espaço da ES
2012	Bertucci, Oliveira de Jonas	A economia solidária do pensamento utópico ao contexto atual: Um estudo sobre experiências em belo horizonte	Discutir nesta dissertação como a economia solidária pode trazer novos elementos para a construção de uma sociedade mais democrática e participativa fundada na solidariedade	Região Metropolitana de Belo Horizonte	Três cooperativas de economia solidária – Coopersoli, Conarte e Courosin.	Coopersol reciclagem Conarte bolsas e acessórios e Courosin calçados e mochilas.
2013	Leite, Silvestre Antônio	O governo municipal como indutor de desenvolvimento local: O caso da economia solidária	Abordar duas Experiências que vem sendo desenvolvidas em duas cidades que possuem Programas de economia solidária, compará-las e mostrar como essas Experiências têm contribuído para o fortalecimento do desenvolvimento local	Londrina, no Estado Paraná e São José do Rio Preto, em São Paulo.	Programa de Fomento à Economia Solidária	Criar a Rede Solidária, o Consumo Solidário e a Formação Cidadã.
2014	Retiére, Helene Isabéle Morgane	Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização	Entender quais são os arranjos desenvolvidos pelos agricultores em termos de sistema agrícola, de organização do trabalho e de relações sociais	Piracicaba e no Pontal do Paranapanema em São Paulo	Agricultores da região citada	Vendas na modalidade do Circuito Curto de Produção
2014	Teixeira, Lopes Sofia Flávida	Circuitos Curtos Agroalimentares em Portugal: estudo de casos	Explorar quais as potencialidades dos circuitos curtos agroalimentares para a segurança alimentar e processo de desenvolvimento rural.	Lisboa, Portugal	Uma micro empresa, uma associação de desenvolvimento local e uma cooperativa de consumidores	Circuito Curto de Comercialização
2015	Silva, Jacobson Bruno	Circuitos curtos de comercialização de alimentos orgânicos:	Analisar as relações nas trocas comerciais entre equipamentos que comercializam	Florianópolis, Santa Catarina	Um supermercado, uma loja especializada e	Venda de frutas, legumes e verduras

		emancipação socioeconômica na agricultura familiar?	frutas, legumes e verduras (FLV) orgânicos no varejo e seus fornecedores da agricultura familiar		uma feira	orgânicas
2015	Pitaguari, Osorio Sinival	A economia solidária no Brasil: Políticas públicas e desenvolvimento local	Realizar uma interpretação baseada no método do materialismo histórico-dialético marxista para identificar os motivos que condicionaram a evolução da economia solidária internacionalmente e no Brasil	SENAES	Evidências empíricas da economia solidária no Brasil,	Política de fomento desenvolvida pela SENAES
2016	Silva, Pinto Gustavo	A Construção social dos circuitos curtos de comercialização e consumo dos alimentos: a emergência de novas institucionalidades	Analisar e interpretar o processo de construção social dos mercados de circuito curto	Santiago, Rio Grande do Sul	Mercados de circuito curto da localidade	Comercialização de frutas e hortaliças

Fonte: Domínio Público CAPES <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp> e Base de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online).

ANEXO II – Regimento Interno da Feira da Agricultura Familiar de Magé

ANEXO III – Lei n° 2165/2012